

**Universidade Federal de Uberlândia**  
**Faculdade de Educação**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED**  
**Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação - LPTSE**  
**Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Educação – GPEDE**

Carolina Marques Barbosa

**As mulheres sob o capital: o papel do trabalho doméstico na relação entre a  
opressão das mulheres e a exploração capitalista**

Dissertação apresentada, para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Bosco de Lima

**Uberlândia**

**2021**

**As mulheres sob o capital: o papel do trabalho doméstico na relação entre a  
opressão das mulheres e a exploração capitalista**

Carolina Marques Barbosa

**Uberlândia**

**2021**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B238 2021	<p>Barbosa, Carolina Marques, 1992- As mulheres sob o capital [recurso eletrônico] : o papel do trabalho doméstico na relação entre a opressão das mulheres e a exploração capitalista / Carolina Marques Barbosa. - 2021.</p> <p>Orientador: Antonio Bosco de Lima. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação. Modo de acesso: Internet. Disponível em: <a href="http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.545">http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.545</a> Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Educação. I. Lima, Antonio Bosco de, 1961-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.</p>
--------------	---

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

## **DEDICATÓRIA**

*A todas as mulheres de minha classe, através das quais minha existência não acaba em  
si mesma, dedico.*

“Irracionais boas meninas  
rodeiam-me e desfilam suas canções infantis  
contra mim;  
contra esta mulher  
feita  
plena  
esta mulher de peitos em peito  
e largos quadris  
que, por minha mãe e contra ela,  
eu gosto de ser”.

(Gioconda Belli)

## **AGRADECIMENTOS**

À minha querida mãe, que dedicou árduos anos de trabalho em forma de amor à minha existência;

À minha irmã, que com toda sensibilidade e carinho, partilha as contradições que sermos família carregam;

Às mulheres de minha família, às que vieram e às que virão, – ainda que porventura não saibam – por me ensinarem que ser mulher é resistir a esse mundo;

Ao meu pai, que, ao tentar me ensiná-la, me mostrou que a ordem é algo a ser questionado;

À Nathânia, amiga e camarada para toda a vida, que com sua faca pequena e afiada generosamente recorta dúvidas nas minhas cristalizadas certezas, acompanhando passo a passo cada questão por mim levantada;

Ao Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, em especial à 31ª turma, e aos queridos monitores Cristiano, Daniel e Sabrina, que levo onde quer que esteja e que aparecem em cada palavra deste trabalho, por virarem meu mundo de cabeça para baixo, apontarem o caminho e não deixarem que me perca;

Ao Netto, o primeiro a me mostrar a direção, sempre à esquerda;

Ao Wander, que me ensinou que para a escrita é preciso haver leveza, e no cotidiano caminha ao meu lado nas trincheiras de luta da vida;

À Débora, por me apresentar o real sentido da lealdade;

À Anna Carolina e Marcos Charles, queridos que guardo no peito há longa data, onde o passar do tempo significa estar cada vez mais perto;

Às incansáveis amigas e amigos, em especial, Beatriz, Bruna, Olga, Vanessa e Xêin, cuja presença alonga minha esperança nesta vida;

À Nathalie, que pacientemente me auxilia a construir caminhos em que ser feliz seja um sinal de resistência;

Aos camaradas comunistas de todo o mundo, que me ensinam que ser militante dessa vida é o motivo pelo qual cantamos;

Às usuárias do SUS, mulheres que dia após dia me confiam à escuta, não me deixando esquecer em nenhum momento o verdadeiro motivo deste trabalho.

Ao Antonio Bosco, meu orientador, que corajosamente aceitou me acompanhar nessa jornada;

**À classe que com carinho aprendi a chamar de minha, à classe trabalhadora, pelo vislumbre de um necessário mundo novo;**

**Agradeço.**

## **Resumo**

A questão das mulheres na sociedade capitalista se configura por diversos enfrentamentos que se apresentam cotidianamente na vida das mulheres. Até o momento, de modo geral os estudos sobre o tema têm sido desenvolvidos por teorias pós-modernas e não abrangem a totalidade histórico-social que constitui a opressão entre os sexos. Entende-se a necessidade de se realizarem análises na perspectiva de classe, que se fundamentem nos conceitos da economia política para compreender como se unem opressão e exploração na estrutura da organização social capitalista. Sendo assim, buscou-se realizar uma investigação teórico-conceitual, fundamentada no materialismo histórico-dialético, de modo a apresentar a manutenção e aprofundamento da opressão das mulheres como garantia da exploração capitalista, perquirindo de que forma a literatura marxista tem compreendido o trabalho doméstico realizado de forma não paga como elo entre opressão das mulheres e exploração capitalista. Para tanto, realizou-se uma retomada histórica da gênese da relação de opressão entre os sexos, inserida na luta de classes, bem como o resgate de categorias da economia política para analisar como o trabalho doméstico realizado de forma não paga articula a opressão das mulheres e a exploração capitalista. Na investigação realizada se percebeu que a opressão caminha lado a lado com a possibilidade de exploração do trabalho alheio. A cisão da sociedade em classes configura o momento em que nasce a oposição entre homens e mulheres, e desde então, opressão e exploração se intercambiam de forma inseparável. Entendeu-se também que a opressão vivida pelas mulheres, junto às demais opressões vividas pela classe trabalhadora, é incorporada e adaptada ao capital, compondo a sua contradição central. Para tanto, o capitalismo irá desenvolver uma política reprodutivista, fundamentada tanto na violência quanto na ideologia, na qual o trabalho doméstico e sua naturalização enquanto uma função-trabalho feminina cumprem a função de manter reduzido o valor da força de trabalho e de ampliar a expropriação da mais valia relativa, instituindo a opressão das mulheres como veículo da exploração capitalista.

**Palavras-chave:** Opressão. Exploração. Trabalho doméstico. Mulheres. Capitalismo.

## **Abstract**

The issue of women in capitalist society is framed by several challenges in daily women's lives. So far, studies on this subject have been massively developed by post-modern theories and do not cover the historical-social totality that comprises the oppression between both genders. It is urgent to carry out analyzes from the perspective of class, based on the concepts of political economy, to understand how oppression and exploitation are related in the structure of the capitalist social organization. This study developed a theoretical-conceptual investigation, based on historical-dialectical materialism, to discuss the maintenance and deepening of women's oppression as a guarantee of capitalist exploitation, investigating how the Marxist literature has understood domestic unpaid work as the link between women's oppression and capitalist exploitation. Thus, this study developed a historical review of the genesis oppression between genders, placed in the class struggle, as well as the analysis of political economy categories to discuss how unpaid domestic work articulates the oppression of women and capitalist exploitation. It was noticed that oppression goes side-by-side with the possibility of exploiting the work of others. The division of society into classes sets the moment when the opposition between men and women was born, and since then, oppression and exploitation have been interchanged inseparably. It was also understood that the oppression experienced by women, together with other oppression experienced by the working class, is incorporated and adapted to capital, making up its central contradiction. Therefore, capitalism will develop a reproductive policy, based both on violence and on ideology, in which domestic work and its naturalization as a female work-role fulfill the function of keeping the workforce value reduced and increasing expropriation of relative surplus-value, establishing the oppression of women as a vehicle of capitalist exploitation.

**Keywords:** Oppression. Exploration. Housework. Women. Capitalism.

## **LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS**

**Gráfico 1** – Rendimento médio mensal, por sexo, segundo as Unidades da Federação em 2010

**Gráfico 2** – Perda ocupacional por características individuais (2018-2020)

**Gráfico 3** – Taxas ajustadas de frequência escolar líquida nos anos iniciais e finais do ensino fundamental segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões

**Tabela 1** – Taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio, por sexo e por nível de instrução

**Tabela 2** – Pessoas de 14 a 29 anos e que não frequentam a escola com nível de instrução inferior ao médio completo, por sexo e cor ou raça – 2019

**Tabela 3** – Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo e que já frequentaram escola, segundo a idade que abandonou a escola pela última vez, por sexo, cor ou raça e Grandes Regiões – 2019

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2- A PRIMEIRA DERROTA DAS MULHERES É A PRIMEIRA DERROTA DE CLASSES: sobre o surgimento da opressão das mulheres, da propriedade privada e do Estado .....</b>	<b>20</b>
<b>3- CAPITAL E TRABALHO FEMININO: as bases para compreensão do papel do trabalho doméstico .....</b>	<b>46</b>
<b>3.1- Elementos gerais do funcionamento do capital .....</b>	<b>47</b>
<b>3.2- A opressão das mulheres sob o capital: do nascimento à consolidação da política reprodutivista .....</b>	<b>53</b>
<b>4- O TRABALHO DOMÉSTICO COMO ELO ENTRE OPRESSÃO DAS MULHERES E EXPLORAÇÃO CAPITALISTA .....</b>	<b>66</b>
<b>4.1- O trabalho doméstico não remunerado e a produção da mercadoria força de trabalho.....</b>	<b>67</b>
<b>4.2- Trabalho feminino remunerado e sua relação com o trabalho doméstico não remunerado.....</b>	<b>74</b>
<b>4.3- O componente ideológico na vinculação do trabalho doméstico não remunerado com opressão das mulheres e exploração capitalista.....</b>	<b>87</b>
<b>5- CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>94</b>
<b>6- REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>
<b>7- MEMORIAL .....</b>	<b>108</b>

## 1- Introdução

O capitalismo mantém e aprofunda a opressão das mulheres, para garantir a exploração para o capital. Barroso (2018) afirma que a opressão e a exploração se intercambiam de forma inseparável no capitalismo, de modo que a opressão aqui estudada, a opressão das mulheres, representa uma das bases sob a qual se ergue e se sustenta o modo de produção capitalista, apresentando-se como uma necessidade do capital. Souza (2015) corrobora nesta discussão descrevendo a relação entre opressão e exploração como simbiótica, em que o capital se apropria das relações patriarcais<sup>1</sup> advindas de outros modos de produção incorporando-as ao seu funcionamento.

Engels (2017) afirma que a opressão de um sexo pelo outro tem sua origem no momento histórico em que nascem propriedade privada, família monogâmica e do Estado, de modo que o nascimento da opressão de um sexo pelo outro se funde com o surgimento da opressão de uma classe pela outra. Para Saffioti (2013), deste momento em diante a opressão das mulheres e a opressão de classes se intercambiam como um nó frouxo para, junto ao racismo, sustentar o modo de produção capitalista, complementando que não é novidade que o modo de produção capitalista eleva ao máximo “a contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano” (SAFFIOTI, 2013, p. 53).

O desenvolvimento e naturalização da divisão sexual do trabalho é parte importante da opressão de um sexo sobre o outro, acompanhados de papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres nas relações sociais de sexo, em que se atribui aos homens e ou ao masculino as tarefas que se localizam na esfera produtiva do capital, e às mulheres e ou ao feminino as tarefas de sua esfera reprodutiva (CISNE, 1999).

Cadó (2020), Federici (2019) e Araújo (2000), relatam que é através dessa cisão que se garante que o importante trabalho de reprodução humana, de cuidados da casa e de pessoas, também chamado de trabalho doméstico, em especial aquele realizado de forma não paga, que se encontra uma das contradições centrais que articula opressão das mulheres e exploração capitalista, e é ao estudo desta esfera que nos ateremos neste

---

<sup>1</sup> A autora apresenta o patriarcado como o poder que é exercido pelos homens a partir dos papéis sexuais socialmente atribuídos.

trabalho. Neste sentido, apresentamos nosso tema de estudos, hipótese, problema e objetivo geral.

**Sobre o Tema:** a manutenção e aprofundamento da opressão das mulheres como garantia da exploração capitalista;

**Quanto à Hipótese:** o trabalho doméstico não pago é um dos elos entre a opressão das mulheres e a exploração capitalista;

**Nosso Problema:** de que maneira o trabalho doméstico realizado de forma não paga intercambia a opressão das mulheres e a exploração capitalista?

**Vinculado ao tema e nosso problema temos o nosso Objetivo geral:** analisar de que forma a literatura, em especial, a literatura marxista tem compreendido o trabalho doméstico realizado de forma não paga como elo entre opressão das mulheres e exploração capitalista.

Aproximando-nos um pouco mais do tema apresentado como objeto de estudo deste trabalho, destacamos que salários reduzidos, múltiplas jornadas de trabalho, trabalho doméstico de cuidado da casa, dos filhos e idosos realizados de forma não paga, controle da sexualidade e da reprodução, violência doméstica e sexual, representam alguns dos enfrentamentos que cotidianamente se colocam na vida das mulheres. A situação das mulheres pretas é ainda pior, onde se aliam opressões agravando ainda mais a sua condição de sobrevivência.

Ao observar a questão apontada como diferença na remuneração do trabalho de homens e mulheres, percebe-se que os fatores raça/cor, bem como idade se aliam para determinar a quantidade de horas trabalhadas, o tipo de ocupação exercida, a própria evolução profissional ou planejamento de carreira, que é dificultada por interrupções ou rotatividade no trabalho, mais presentes na vida das mulheres, por serem as responsáveis majoritárias pelo cuidado dos filhos e dos serviços domésticos, muitas vezes sucedendo em uma inserção em funções com menor remuneração e com piores condições de trabalho, trazendo dificuldades para que as mulheres consigam se inserir no mercado de trabalho (IBGE, 2019).

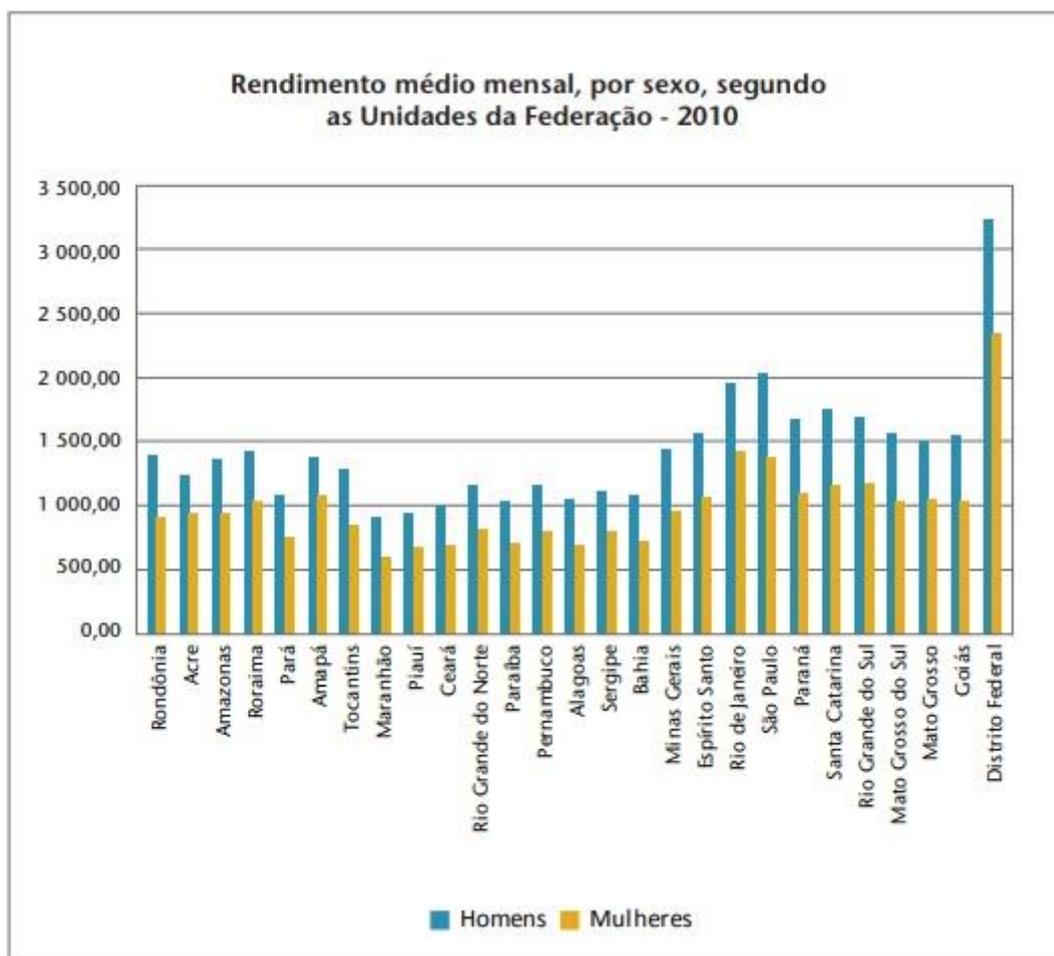
Segundo dados do IBGE em 2018, a hora trabalhada das mulheres foi remunerada em média em R\$13,00, sendo que a dos homens foi de R\$14,20, além disso, ao se equiparar as jornadas de trabalho remuneradas<sup>2</sup>, as mulheres trabalhavam 4,8 horas a menos que os homens. A razão entre o rendimento de mulheres e homens vai ganhando

---

<sup>2</sup> Excluindo-se trabalho doméstico e de cuidado de pessoas não pago.

mais disparidade conforme a idade de ambos avança, de modo que ao comparar homens e mulheres na mesma faixa etária a remuneração das mulheres é menor. Este movimento de redução da remuneração acompanha a redução da jornada média de trabalho, apesar de uma jornada de trabalho reduzida aparentar ser uma conquista, ao serem inseridas em vínculos de trabalho com carga horária menor aliada a menor remuneração, as mulheres acabam por receber salários ainda mais reduzidos em comparação aos masculinos (IBGE, 2019).

**Gráfico 1** – Rendimento médio mensal, por sexo, segundo as Unidades da Federação em 2010



**Fonte:** Atlas do censo demográfico 2010, perfil socioeconômico da população.

Quando se acrescenta o indicador de raça/cor à razão de rendimento, observa-se que a população preta ou parda teve um rendimento médio de 60% comparado à população branca em 2018. Dentro desse agrupamento, as mulheres apresentam um rendimento inferior ao grupo com a mesma raça/cor, sendo mulheres brancas com a taxa

de 76,2% do rendimento dos homens brancos e mulheres pretas ou pardas com 80,1% do rendimento dos homens pretos ou pardos em 2018 (IBGE, 2019).

Tratando-se mais especificamente do trabalho doméstico, o IBGE (2019) apresenta dados de 2018 em que as mulheres com ocupações semelhantes às dos homens despendiam 8,2 horas semanais com afazeres domésticos a mais que os homens. No caso das mulheres sem ocupação remunerada despendia-se 23,8 horas em contraponto às 12 horas dos homens nas mesmas condições. Os dados são levantados a partir de estatísticas de pessoas com 14 anos ou mais, evidenciando a disparidade na divisão sexual deste trabalho não remunerado que se inicia antes mesmo da vida adulta (IBGE, 2020b).

**Tabela 1** – Taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio, por sexo e por nível de instrução

Nível de instrução	Ano x Sexo											
	2016			2017			2018			2019		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	81,2	71,9	89,7	84,3	76,3	91,6	85,5	78,1	92,1	85,6	78,5	92
Sem instrução e fundamental incompleto	78,9	69	88,8	81,5	73	90,1	82,1	74,2	90	81,8	74	89,5
Fundamental completo e médio incompleto	80,1	70,1	90	83,1	74,7	91,6	84,5	76,4	92,6	84,8	77,3	92,4
Médio completo e superior incompleto	83,3	74,5	90,8	86,3	78,7	92,8	87,8	81,2	93,5	88,1	81,6	93,7
Superior completo	84,7	78,2	89,2	89	83,8	92,6	90	85,3	93,2	90,2	85,5	93,3

**Fonte:** IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 5º visita.

Conforme dados da Oxfam (2020) contabilizam-se diariamente 12,5 bilhões de horas de trabalho doméstico não pago realizado por meninas e mulheres ao redor do mundo. Melo e Castilho (2009) e Melo, Considera e Sabbato (2007), ressaltam a invisibilidade do trabalho da mulher no âmbito doméstico, que se fosse remunerado<sup>3</sup>, movimentaria 11,2% do PIB brasileiro<sup>4</sup>. Destacam ainda que mesmo os trabalhos domésticos realizados para terceiros e, por isso, remunerados, possuem alto índice de precarizações, desregulamentações e baixos salários.

Os breves dados apresentados por si só já apontam a urgência que sejam desenvolvidos estudos sobre o tema, tendo em vista as duras consequências da opressão para a vida das mulheres. Com isso, defendemos que é imprescindível que a leitura acerca

<sup>3</sup> Este cálculo foi feito com base no comparativo das mesmas funções que quando exercidas para terceiros são realizadas de forma remunerada.

<sup>4</sup> Os dados representam cálculos referentes ao PIB brasileiro em 2016.

da opressão das mulheres tenha caráter de totalidade, de modo que seja possível compreender com profundidade a lógica que organiza, em sua estrutura, conectada às contradições centrais do modo de produção capitalista, apresentando-se como necessário desvelar como se intercambiam as categorias trabalho doméstico não remunerado, opressão e exploração no real, e quais suas implicações para a vida das mulheres e para o capital.

Estudar a que forma o capitalismo mantém e aprofunda a opressão das mulheres para garantir sua exploração é uma necessidade para, por fim, transformar radicalmente essas relações<sup>5</sup>. Neste sentido, entendemos que estudar a opressão das mulheres desvinculada da perspectiva de classe é compreendê-la de forma incompleta e incorreta.

Lenin (2004) apresenta as classes sociais como

grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõe. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social (LENIN, 2004, p. 150).

Definir a concepção de classe para o marxismo é especialmente importante para o estudo das opressões, tendo em vista que este trabalho se propõe a estudar a opressão que sofrem as mulheres trabalhadoras, mulheres concretas e não abstraídas das características que as constituem enquanto classe, bem como a forma como a opressão de uma parcela da classe trabalhadora impacta na classe como um todo, rompendo com possíveis fragmentações no corpo do proletariado.

Nesse sentido, Cadó (2020) destaca a necessidade de se buscar pela gênese da opressão das mulheres no modo de produção capitalista, desvelando a aparência de naturalizadas e anistóricas que as relações sociais de sexo assumem sob o capital, na defesa que ao desvelar a lógica que organiza a opressão das mulheres, desvela-se também parte importante do funcionamento do próprio capital.

Por isso, este trabalho se apoia no materialismo histórico dialético como método, entendendo que ele é o que melhor explica a realidade em sua totalidade, tendo em vista que este é basicamente o movimento ao qual o método se propõe, traduzir teoricamente

---

<sup>5</sup> “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2007).

o objeto, em busca de suas leis gerais de funcionamento, sendo que é a própria realidade que indica os procedimentos metodológicos a serem utilizados.

No nosso entender, o conhecimento é o momento da prática social, que por meio de um processo aproximativo histórico, socialmente situado e intrinsecamente vinculado à autoconstrução humana busca compreender a totalidade do objeto, uma reprodução no plano do pensamento do movimento real do objeto, suas estruturas fundamentais e determinações essenciais, seus pormenores, suas formas de desenvolvimento e as devidas mediações e conexões entre os processos ocorridos em sua totalidade (NETTO, 2011).

Todo conhecimento da natureza parte de fatos. Os fatos são parciais, diversos, heterogêneos, tornando-se necessário buscar, através da abstração, a lógica que os organiza, sua estrutura, empenhando-se em estabelecer as semelhanças, as diferenças, as contradições, as conexões. Fatos, dados e acontecimentos são sempre resultados condensados de relações e práticas sociais e históricas determinadas, por isso mesmo, essas relações e práticas sociais e históricas tem que ser resgatadas para que se possa compreender o sentido deles. Sendo assim, totalidade, historicidade e práxis são categorias fundamentais para o método (TONET, 2013).

A realidade é em si mesma concreta, uma síntese de múltiplas determinações, uma unidade do diverso, mas a nossa percepção a priori a captura como um conjunto fragmentado de partes, sem a concretude que lhe é própria, e esses dados que captamos não carregam seu sentido neles mesmos, são um concreto abstrato. É necessário então, desmistificar a pseudoconcreticidade da realidade social, na qual o fragmento se apresenta como se constituísse a totalidade. Essência e aparência não coincidem e a imediaticidade deve ser dissolvida. Ainda que não coincidam, essência e aparência não são diametralmente opostos, sendo necessário entender a relação entre ambas, que possuem articulação íntima e determinação recíproca. E apreender a realidade implica a captura desse complexo processo e do modo específico que isso ocorre em cada objeto, compreendendo sua forma e buscando apreender a estrutura, seus elementos centrais que garantem a sua unidade e permanência. A partir do momento que capturamos as conexões do fenômeno estudado, a forma como se movimenta, as contradições que compõe, em busca da sua apreensão total, saímos da pseudoconcreticidade para um concreto pensado (TONET, 2013).

Desta feita, para construir o conhecimento é necessário buscar apreender o conteúdo do fenômeno em suas mediações históricas concretas, à luz das abstrações do pensamento, do pensamento teórico, sem tampouco descartar a forma como o mesmo se

manifesta, mas entendendo a aparência como uma dimensão superficial. O processo de concreção, ou seja, o processo através do qual o movimento do pensamento busca ativamente e de forma crescente capturar as determinações do objeto chegando a um concreto pensado cada vez mais complexo, em um processo aproximativo constante, está calcado na superação da aparência em direção à essência, e para tanto não bastam descrições acuradas, é preciso romper com o visível aos olhos, com a imediatez sensível (MARTINS, 2006).

Essa busca pela adequada tradução, no plano ideal, do que acontece no plano da realidade não pode ter um caráter subjetivo e deve vir do próprio objeto, e este processo aproximativo tende ao infinito, entretanto o esgotamento de todas as partes, relações e determinações é tanto impossível quanto infundado. Por isso, a busca por traduzir teoricamente o objeto deve ter em vista que a identidade da singularidade esteja inconfundivelmente posta. O autor defende que uma teoria verdadeira pode, ainda assim, apresentar em sua imediatez, fatos que a contraponham, bem como pode ser falsa, ainda que os fatos pareçam comprová-la, reiterando a importância de distinguir essência e aparência. Sua verdade dependerá da correta tradução do processo real, historicamente verificado (TONET, 2013).

Por isso, revela-se necessário por à prova a tradução teórica desenvolvida sobre o objeto em seu caráter ontológico prático, ressaltando a compreensão dos resultados pela lógica dos seres em movimento, tendo em vista que prova ontológica é a compreensão pela interioridade do objeto daquilo que lhe ocorreu. É a própria realidade que determina se aquela tradução teórica compreende adequadamente a sua totalidade, entretanto, essa prova não é um simples confronto entre teoria e realidade, e sim, em primeiro lugar, o estabelecimento da identidade teórica; posteriormente, a compreensão dos fatos, dos dados, de determinado resultado através do processo histórico cultural que culmina neles. Ou seja, uma compreensão do processo histórico e social que articula essência e aparência (TONET, 2013).

Atualmente, grande parte dos estudos sobre as mulheres têm sido desenvolvidos por teorias pós-modernas e desconstrutivistas, e acreditamos ser importante tecer alguns apontamentos críticos iniciais acerca dessas leituras (CISNE, 1999). Um ponto central a ser apresentado é o distanciamento das leituras teóricas de uma perspectiva de totalidade, de uma compreensão da realidade histórica e socialmente determinada. As teorias pós-modernas apontam para o fim da história, para o irracionalismo, combatendo leituras que busquem apreender determinações gerais, e preferindo leituras subjetivistas e particulares

que caminhem para a dissolução da compreensão da realidade em detrimento da compreensão da suposta verdade subjetiva de cada um, afastando-se de uma compreensão materialista da totalidade da realidade e da estrutura que organiza e determina a sua produção e manutenção, defendendo que a luta de classes se tornou uma perspectiva obsoleta (STABILE, 1999).

Dessa forma, trazendo mais especificamente a questão das mulheres, os estudos pós-modernos apresentam-se distanciados da prática política que busca transformar radicalmente a realidade. Protegidos pelos muros da academia, buscam compreender uma perspectiva de análise, em estudos teóricos que fujam de determinações gerais, baseando-se nos constructos discursivos compostos pelas narrativas construídas acerca do real, que tampouco existe em si mesmo, acabando por apresentar um distanciamento da luta das mulheres e da luta de classes (CISNE, 1999; STABILE, 1999).

A partir desse debate academicista, o pós-modernismo se volta para as diferenças e semelhanças que se colocam entre os grupos sociais, defendendo que as lutas políticas devem se organizar ao redor das identidades, de modo que as mulheres reais, que tem classe social, cor, orientação sexual, idade, etc. ora ficam ocultas em suas identidades vazias de significado, ora se subdividem ainda mais, apresentando-se em subcategorias cada vez mais fragmentadas em busca dessa suposta representação, confluindo para lutas políticas voltadas para pautas específicas, de caráter reformista e que se colocam contra um “poder” abstrato e difuso (STABILE, 1999). Nesse ínterim aparece o conceito de gênero, amplamente difundido, que dissolve o sujeito político mulheres como um fragmento dessa categoria e no qual as mulheres perdem a centralidade (CISNE, 1999).

É importante tomar nota que não se trata de menosprezar os avanços contidos na alcunha do termo gênero, e sim da necessidade de superação por incorporação do mesmo, ao inserir a categoria na materialidade das relações que a constituem. Nesse sentido, Izquierdo (1992) apresenta o sistema sexo/gênero, defendendo a análise dos fatores biológicos, aliados à identidade de gênero e às atribuições sociais designadas a cada sexo ao nascer, bem como à orientação sexual. A autora ressalta a necessidade de resgatar a materialidade biológica para apresentar a forma que a sociedade se organiza acerca dos papéis sociais atribuídos aos sexos, a hierarquia que acompanha essa divisão, que se fundamenta na biologia para erguer a divisão sexual do trabalho e as consequentes opressões na vida das mulheres.

Entendemos que as mulheres reais apresentam diferenças e semelhanças entre si que marcam a forma como cada uma delas irá sofrer a opressão que está colocada na

atualidade. Dessa forma, apontamos a necessidade de se compreender a totalidade da questão das mulheres na sociedade, a partir do contexto histórico e social que as produz, não como uma questão isolada, mas estudando a fundo de que modo as contradições centrais das opressões vividas pelas mulheres se inserem na estrutura da sociedade de modo geral, em sua gênese até o processo atual de desenvolvimento da sociedade capitalista.

Desse modo, compreender o papel da opressão das mulheres no capital diz respeito a compreender suas determinações essenciais, para além das abstrações necessárias a esse processo, porém sem negá-las. Devemos entender como o caractere de sexo exprime, ao passo que nega, a situação de classe, tendo em vista que a condição da mulher é a combinação de tradições locais a partir das quais são designados papéis sociais específicos às mulheres, que tem a ver tanto com a cultura e moral daquele local e as tradições advindas de outros modos de produção, quanto com a formação social econômica que por sua vez as condicionam, e determinações centrais do capital de forma global (SAFFIOTI, 2013).

Por esse motivo, se faz necessário localizar a questão da mulher sob o capital não de modo abstrato, mas nas características particulares que assume a partir da sua constituição na histórica em cada localidade em que se apresenta, ainda que o nosso objetivo seja chegar às suas determinações centrais, abstraídas de suas características singulares/particulares, desvendando o real aparente sob o qual as opressões ocupam um lugar aparentemente apartado da opressão e da constituição do capital, chegando às linhas centrais que unem opressão e exploração.

Com isso, elencamos o trabalho doméstico realizado majoritariamente por mulheres de forma não paga como objeto de estudo para compreender, a partir de uma análise da economia política, como se interligam opressão e exploração. Defendemos que este é um dos eixos centrais para desvelar a relação entre a exploração do capital e a necessidade de manutenção da relação de dominação e opressão das mulheres pelos homens. Investigaremos, portanto como o trabalho doméstico realizado de forma não paga articula a manutenção e aprofundamento da opressão das mulheres como veículo da exploração capitalista.

Isto posto, os **objetivos específicos** desta pesquisa são:

- Realizar um levantamento histórico do surgimento da opressão de um sexo pelo outro, junto ao surgimento da propriedade privada e da sociedade de classes, indo até a gênese da divisão sexual do trabalho;

- Retomar os estudos da literatura marxista acerca do papel do trabalho doméstico não pago no modo de produção capitalista;

- A partir das investigações realizadas, elaborar uma síntese que vise articular o papel do trabalho doméstico na relação entre a opressão das mulheres e a exploração capitalista.

Com isso, registramos que a partir destes objetivos específicos construiremos as partes que totalizam este trabalho de dissertação.

Entendemos que para compreender a opressão das mulheres na atualidade, é necessário investigar o passado, ir até sua gênese, em seu processo de desenvolvimento para poder analisar os elementos de sua expressão atual. Então esse é o caminho que percorreremos. Inicialmente nos apoiaremos de forma central na obra de Engels (2017) “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” para remontar o processo histórico da formação das classes e da opressão de um sexo pelo outro, bem como da divisão sexual do trabalho, de modo que a partir da investigação do momento histórico em que surgem, possamos levantar os elementos necessários para compreender como o desenvolvimento de ambos se une ou se separa no modo de produção capitalista. Ainda que esse percurso não seja imediatamente vinculado ao nosso objeto, entendemos que sem o histórico que demonstre como se intercambiam opressão e exploração, em sua gênese, não é possível compreender a totalidade da sua forma final.

Em sequência, nos apoiaremos principalmente em “O Capital” de Karl Marx (2011a), aliado ao “Dicionário do Pensamento Marxista” (BOTTOMORE, 2013) e demais obras que sejam necessárias para a apreensão do estudo da economia política no viés marxista, para fazer um levantamento teórico das categorias centrais que estruturam o funcionamento do capitalismo, de modo que, apoiando-se em estudos como “A mulher na sociedade de classes” (SAFFIOTI, 2013), “O ponto zero da revolução” (FEDERICI, 2019) e “Calibã e a bruxa” (FEDERICI, 2017), além de outros trabalhos que possam vir a ser necessários para fundamentar nossa investigação e revisão de literatura, possamos elaborar um panorama geral do que entendemos serem os pontos centrais do papel do trabalho doméstico não pago sob o capital, nos voltando principalmente para seus aspectos estruturantes. Desse modo, resgataremos as categorias analíticas que sejam a chave da subordinação da aparência que o trabalho doméstico assume sob o capital à sua essência, colocando-o em movimento a partir do método materialista histórico dialético.

As obras apontadas como fundamentação teórica deste trabalho foram selecionadas por versarem acerca de elementos que estamos elencando como centrais

para a investigação aqui proposta, não apenas por estudarem a questão das mulheres a partir de categorias da economia política, mas também por se dedicarem a compreender o papel do trabalho doméstico realizado de forma não paga neste ciclo de produção e reprodução capitalista.

Em relação aos aspectos superestruturais e sobredeterminantes, como o papel do Estado e da ideologia, entendemos que não se deve desprezar a dialética e deixar para escanteio na análise o papel que irão cumprir na intercambialidade entre opressão das mulheres e exploração capitalista. Nesse sentido, as obras “O Estado e a Revolução” (LENIN, 2007) e “A ideologia alemã” (MARX; ENGELS, 2007) entre outras que se apresentem como necessárias, ancoram o desenvolvimento desse trabalho e estarão presentes nas análises aqui desenvolvidas, porém destacamos que não nos aprofundaremos neste ponto, que não deixará de compor a construção do mapeamento dos estudos a serem desenvolvidos, ainda que voltemos nossos maiores esforços para os elementos que compõe a estrutura da organização social capitalista, em sua esfera de produção.

A partir dessa investigação conceitual buscaremos, por fim, traçar uma síntese dos estudos realizados, tendo em vista articular o papel do trabalho doméstico na relação entre a opressão das mulheres e a exploração capitalista, apontando seus elementos centrais e tendo em vista a totalidade desta relação.

Reconhecemos a magnitude dos estudos propostos, e não temos a pretensão de esgotar a análise em curso, sendo que este trabalho se propõe a ser um pontapé inicial ao urgente processo de compreensão da relação entre a opressão das mulheres e a exploração capitalista. Ainda que esta pesquisa se proponha a um levantamento inicial, tampouco pretendemos nos ater à superfície ou à mera descrição da realidade, mas esperamos que esse trabalho possa inquietar para novas buscas e novas sínteses das múltiplas determinações que compõe a relação de opressão das mulheres sob a exploração capitalista, com o objetivo de aclarar as vistas e criar as condições necessárias para realizar intervenções na realidade, na tentativa de transformá-la.

## **2- A primeira derrota das mulheres é a primeira derrota de classes: sobre o surgimento da opressão das mulheres, da propriedade privada e do Estado**

“Em nome de quem lava roupa alheia  
(e expulsa da brancura o sebo alheio)

Em nome de quem cuida de filhos alheios  
 (e vende sua força de trabalho  
 em forma de amor maternal e humilhações)  
 Em nome de quem habita um domicílio  
 alheio  
 (que já não é ventre amável, mas sim uma  
 tumba ou cadeia)  
 Em nome de quem come pães amanhecidos  
 alheios  
 (e ainda assim mastiga-os com sentimento  
 de ladrão)  
 Em nome de quem vive num país alheio  
 (as casas e as fábricas e os comércios  
 e as ruas e as cidades e os povos  
 e os rios e os lagos e os vulcões e os morros  
 são sempre de outros  
 e por isso estão aí a polícia e a guarda  
 protegendo-os de nós)  
 Em nome de quem o único que tem  
 é fome exploração doenças  
 sede de justiça e de água  
 perseguições condenações  
 solidão abandono opressão morte  
 Eu acuso a propriedade privada  
 de privar-nos de tudo”.

(Roque Dalton)

Ao olhar para o desenvolvimento da humanidade, é importante que fique clara a relação entre as condições naturais disponíveis e o tipo de desenvolvimento das forças produtivas que se apresenta, a depender do clima, dos recursos naturais, da densidade populacional, entre outros fatores ocasionais, que serão marca importante em como um povo se organiza socialmente ao se desenvolver. Além de determinar a forma pela qual se desenvolverão as forças produtivas, a produtividade que resulta do trabalho também depende das condições naturais, aliada a organização dos processos produtivos, da quantidade e da qualidade dos meios de produção e do seu grau de desenvolvimento, e da destreza média dos trabalhadores que realizam o processo (MARX, 2011a).

É importante lembrar que os seres humanos fazem história, mas não a fazem como querem, tendo em vista que as condições para seu desenvolvimento lhes são apenas transmitidas do modo como já se encontram na natureza, e é a partir das condições dadas que se constrói a história, uma história determinada (MARX, 2011b).

Dessa forma, ao entender que a questão das mulheres está imbricada na intrínseca relação estabelecida na unidade familiar como base dos antagonismos de classe, cujo

desenvolvimento está relacionado com desenvolvimento da propriedade privada e das trocas, das desigualdades no acesso à riqueza e na possibilidade de empregar força de trabalho de outros (ENGELS, 2017), coloca-se como necessário para compreender a totalidade desse processo, olhar a fundo para a forma como se organizavam as relações sociais, a partir dos graus de parentesco, em família, unidade econômica responsável pela garantia da reprodução da espécie e como, a partir disso, se desenvolveu a organização social em cada um desses estágios até a forma atual, com determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, da divisão social do trabalho, de intercâmbio de seus produtos e formas de propriedade.

Por muitos anos o estudo antropológico do desenvolvimento social da humanidade naturalizou a dominação masculina e a inferiorização da mulher, tornando-as alheias ao desenvolvimento da humanidade e ao surgimento da sociedade de classes. A falta de informações sobre as transformações históricas acerca do papel da mulher na sociedade e da organização familiar aliava-se ao ocultamento e ou distorção de épocas em que a humanidade se organizava socialmente a partir da linhagem feminina, de modo que ficassem desconhecidos os grupos com uma divisão sexual do trabalho muito distinta da que conhecemos hoje, sem hierarquias entre os sexos ou entre grupos sociais (REED, 2008). Nesse sentido, foram se desenvolvendo mitos da dominação masculina em decorrência da destruição das comunidades coletivas advindas do nascimento da sociedade de classes e da propriedade privada, com seu ápice com a colonização, onde a concorrência individual se apresenta em sua forma mais desenvolvida (LEACOCK, 2019).

Leacock (2019) reafirma que a naturalização da dominação cumpre papel em sua manutenção, e faz destaque a diversos cientistas que se dedicaram ao longo da história a sustentar teoricamente os mitos da dominação masculina. A partir disso a autora dá ênfase à importância de reconstruir historicamente a naturalização da mulher como sexo inferior, que tem como função não só a liberação das mulheres da opressão, mas também desvelar a questão da família como unidade econômica da sociedade, um dos pilares sobre o qual se ergue a sociedade de classes, compondo a exploração de uma classe sobre a outra. Desse modo, devemos reconstruir o passado para reformular o futuro, olhando atentamente para a transformação histórica do papel que ocuparam mulher e família na sociedade.

Para tanto, podemos dividir a pré-história da civilização em dois grandes estágios, o estágio selvagem e a barbárie, por sua vez subdivididos em outras fases. O estágio

selvagem é caracterizado de forma geral por uma apropriação dos produtos da natureza já prontos, a relação do homem com a natureza para garantir sua sobrevivência se realizava a partir da coleta daquilo que a natureza disponibilizava, e os instrumentos desenvolvidos nesse período eram para facilitar esse processo. Em sua etapa inferior, em que a linha entre a humanização e não humanização da espécie ainda se mostrava muito tênue, o ser humano vivia em árvores e mantinham-se em seus locais de origem, as florestas tropicais e subtropicais, e o principal salto dessa etapa foi o desenvolvimento da linguagem articulada (ENGELS, 2017).

Na fase média do estágio selvagem, começa-se a aproveitar os peixes, inicia-se o uso do fogo por fricção, o que torna possível certa independência do clima e do local, e a humanidade passa a descobrir lugares novos, novos alimentos, além de terem se desenvolvido instrumentos rudimentares de pedras. O fruto da caça era incerto, não havendo garantias da sobrevivência a partir dela (ENGELS, 2017).

Na fase superior do estágio selvagem desenvolve-se o arco e a flecha, arma que foi decisiva no desenvolvimento humano, por aumentar consideravelmente as chances de se conseguir alimento através da caça, e que foi possível de ser descoberta a partir do acúmulo no desenvolvimento das forças produtivas materiais e nos conduzirá ao estágio da barbárie (ENGELS, 2017).

Nesse momento, os laços de parentesco apresentavam papel fundamental na organização social, implicando obrigações recíprocas entre eles. Dessa forma, sempre há uma forma de família que corresponda aos laços de parentesco, marcada tanto pela organização da sexualidade e suas interdições, componente importante da reprodução humana, quanto pela divisão do trabalho a partir dessa organização familiar (ENGELS, 2017).

Com isso, na época primitiva, não havia os limites conhecidos hoje ao intercâmbio sexual entre homens e mulheres, grupos inteiros de homens e mulheres se pertenciam mutuamente. No decorrer da história, esses períodos de diferentes experiências da vida sexual vão sendo suprimidos, marcados tanto pelas transformações e interdições que vão sofrendo, quanto por aparecerem em sua forma final, a família monogâmica, como única forma possível de organização da sexualidade humana, criando a aparência de que os períodos de promiscuidade sexual são exclusivos dos animais (ENGELS, 2017).

Entre os mamíferos encontramos todas as formas de vida sexual, com exceção da poliandria, na qual a mulher se relaciona com diversos homens e que é exclusivamente humana, e não há qualquer indício na natureza de relação entre desenvolvimento

intelectual e forma das relações sexuais, o que as determina é a necessidade imposta pelas características daquela espécie, com uma correspondência às suas condições de vida, podendo apresentar as mais diversas formas de organização reprodutiva, a depender da necessidade que as condições materiais lhes imponham. Com os seres humanos não foi diferente, o modelo de família monogâmica hoje presente, só se desenvolveu quando se tornou necessário à organização social de produção da vida que ele surgisse, apresentando-se a família em diversas organizações correspondentes ao modo de produção da vida e necessidades presentes em determinado tempo histórico (ENGELS, 2017).

Retomamos Araújo (2019) para destacar que é necessário cuidado com as generalizações dos padrões familiares na pré-história da civilização, dessa forma buscaremos expressar suas determinações centrais que marcavam cada período, na tentativa de apresentar as bases materiais que determinavam as formas de organização familiar em cada momento histórico, de modo que fique evidente a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, retirando o caráter de naturalidade<sup>6</sup> que possa ser atribuído a quaisquer formas de relações sociais, incluindo as que se dão entre mulheres e homens.

O ser humano é um animal indefeso, com poucas habilidades, nenhuma delas muito específica ou desenvolvida. Incapaz de sobreviver em pequeno número, se colocava a necessidade de substituir a sua insuficiência em defender-se como indivíduo isolado pela união de forças em ação, no conjunto da horda. A horda é o agrupamento em bando dos seres humanos, também presente entre outros animais superiores, que aparece neste estágio primitivo da humanização, e cuja organização social corresponde ao grau mais elevado de desenvolvimento social entre os animais (ENGELS, 2017; LESSA, 2012).

Entre os vertebrados superiores apresentam-se duas formas de família, poligâmica e monogâmica, em ambas estando presentes os ciúmes do macho e admitindo-se apenas um macho adulto, dificultando a organização em horda, que se torna impossível a depender do período e dissolve-se em períodos de cio, por exemplo. Essa característica coloca-se como uma contradição central para o desenvolvimento da sociedade humana,

---

<sup>6</sup> Morgan apud Leacock (2019, p. 53) destaca que o termo instinto “é um sistema filosófico em uma definição e a inculcação do sobrenatural, a qual silencia, de pronto, qualquer investigação sobre os fatos”. Ainda que o autor se restrinja ao instinto para apresentar a discussão, ampliamos o argumento apontado para defender que é nosso papel desvelar qualquer naturalização que possa ser usada como argumento para ocultar a investigação científica sobre o real.

tendo em vista a necessidade de organizar-se em grupos maiores para a sobrevivência da espécie e o desenvolvimento da humanidade na ruptura com a animalidade. Essa contradição coloca a necessidade de que os ciúmes presentes entre os machos na disputa por fêmeas sejam substituídos pela tolerância entre eles, um salto de qualidade importante em nosso processo de desenvolvimento (ENGELS, 2017).

Dessa maneira, as formas de famílias primitivas não eram restritas pelos costumes em sua chamada promiscuidade sexual, então, assim como os ciúmes, a interdição sexual por consanguinidade não estava presente nesta etapa do desenvolvimento da espécie. Ainda assim, a promiscuidade sexual completa só é encontrada em espécies inferiores, apresentando sistemas familiares com interdições a certos graus de parentesco a depender das necessidades colocadas pela produção da vida (ENGELS, 2017).

Nesse sentido, a primeira forma de organização familiar apresentou-se como família consanguínea, na qual os grupos eram separados por gerações, interditando-se a sexualidade de ascendentes e descendentes, e na qual o vínculo de irmãos pressupunha o sexo. É importante destacar que aqui todos eram considerados irmãos, levando em conta que não se identificavam os pais das crianças (ENGELS, 2017). Manter as crianças vivas era indispensável para a sobrevivência da tribo, e o trabalho necessário para isso era responsabilidade de todos. Tendo em vista não se encarregava apenas a mulher que pariu a criança dos seus cuidados, não havia uma importante função social em precisar quem eram as mães das crianças, que apesar de facilmente identificadas, considerava-se como “mãe” todas as mulheres da tribo (LESSA, 2012).

Na sequência do desenvolvimento histórico da organização familiar, temos a família punualuana, na qual agora se excluem os irmãos por parte de mãe como possibilidade de intercâmbio sexual, o que mais tarde se desenvolve na proibição entre os primos, sempre considerando a linhagem materna. Irmãos uterinos compartilham as mulheres entre si, e irmãs uterinas os homens, excluindo-se os irmãos e irmãs uterinas. Entretanto, pais e filhos não eram excluídos da possibilidade de relações sexuais, diferentemente da etapa anterior e não se sabe ao certo o porquê. A forma de casamento presente nesta etapa é o casamento por grupos, sendo os maridos compartilhados entre as irmãs, excluindo-se os irmãos. Em todas as formas de organização familiar com casamento por grupos, a linhagem é de direito materno, levando em consideração que só é possível identificar as mães das crianças (ENGELS, 2017).

Responsável pelo avanço no desenvolvimento social, a interdição do intercâmbio sexual entre irmãos e irmãs expressa certa organização social, cindindo as famílias

primitivas após algumas gerações e agora compostas por grupos de irmãs uterinas. Esse grau de organização social expressa a instituição da gens, que se constitui como um grupo de parentes consanguíneos de linha feminina e que não podem casar-se entre si e marca a transição para o período da barbárie (ENGELS, 2017).

De forma geral, podemos caracterizar o estágio da barbárie pela criação de gado e pela agricultura, e por se incrementar a produção da natureza por meio da atividade humana, diferentemente do estágio anterior no qual a intervenção humana apenas facilitava o processo de se apropriar dos produtos já prontos na natureza, aqui já se incrementa, intensifica, acelera-se esse processo. Isso se desenvolve da seguinte forma: a fase inferior da barbárie tem seu início quando se descobre a cerâmica, a domesticação de animais e cultivo de plantas, o que se desenvolveu de modo diferente a depender do hemisfério e das condições naturais que cada localidade impunha. Em locais onde as terras eram ricas em pastagens, por exemplo, desenvolve-se a mais facilmente a domesticação de animais, bem como a agricultura de cereais para alimentá-los. Dessa forma, no leste, a domesticação de animais se amplia de modo mais intenso, já no oeste, desenvolve-se mais fortemente a agricultura, o uso de tijolos e pedras nas construções (ENGELS, 2017).

Na fase superior da barbárie, desenvolve-se a fundição do minério de ferro, inventa-se a escrita e já se encontram registros literários no hemisfério oriental. Desenvolve-se o arado de ferro puxado pelos animais, a agricultura em grandes extensões, percebe-se um aumento nos meios de subsistência, aumento populacional, um aperfeiçoamento dos instrumentos de ferro já desenvolvidos e o desenvolvimento arquitetônico como arte (ENGELS, 2017).

Nesse período, a humanidade já estava mais desenvolvida ao ponto de ter mais regras, leis e moral consolidadas, constituindo-se com algumas diferenças regionais a depender da localidade em que se encontrava e das particularidades ali presentes, porém com algumas características que lhes eram centrais na sua organização social, agora estabelecida como gens. Podemos definir a gens<sup>7</sup> como uma forma de organização social comum aos bárbaros composta por um grupo de consanguíneos, organizados a partir da

---

<sup>7</sup> Aqui apresentaremos alguns elementos de como a gens se organizava entre os iroqueses, para descrever o momento em que a produção rudimentar, a baixa densidade populacional, a sujeição do homem à natureza quase por inteiro produziam uma organização social comunista primitiva, na qual a economia doméstica era feita em comum, a terra era comum, quem produzia tomava as decisões acerca do que era produzido e se dividia o trabalho e seus produtos de forma coletiva. É importante destacar que a depender da localidade se apresentam diferenças, aqui tomaremos como exemplo os iroqueses, por entender que expressam a linha central da organização comunista primitiva neste momento (ENGELS, 2017).

linhagem materna e desde a constituição em família punaluana. Ela surge na fase média do estágio selvagem e se desenvolve na fase inferior da barbárie. Além disso, podemos descrever algumas características centrais que, de modo geral, envolviam uma igualdade de direitos entre os membros e na forma de organização do cotidiano (ENGELS, 2017).

A regra de ouro da gens era que seus membros não se casavam entre si. Os bens, as heranças, não eram herdados pela família, permaneciam na gens de origem e eram divididos. A gens poderia adotar estranhos, quando em combate com outras gens, ou indivíduos de outras gens, resolvendo-se o conflito ou com sua morte ou com sua adoção àquela gens. A ajuda e proteção mútua eram direito e dever de todos entre si, bem como a vingança (ENGELS, 2017).

Havia um chefe para tempo de guerra e de paz, eleito por voto, e todos votavam no processo de elegê-lo. Os chefes não tinham poder coercitivo e o poder soberano era o conselho da gens, no qual todos os adultos possuíam direito de voto com o mesmo peso. As gens, por sua vez, se uniam em fatrias, que tinham funções sociais e religiosas, encarregando-se de tomadas de decisões e funerais. E em sequência, as fatrias se uniam em tribo. Para constituir-se como tribo era necessário um território e nome próprios e o território deveria ser composto por uma região destinada à caça e pesca e outra região que ficava neutra, de modo que dividisse as tribos. As tribos tinham um dialeto particular e concepções religiosas em comum. Os conselhos das tribos tinham direito de dar posse ou depor os chefes militares e as decisões eram tomadas por consenso (ENGELS, 2017).

As tribos, por sua vez, eram unidas em coligações, confederações que representavam o germe do que se desenvolveria em nações. As confederações representavam uma aliança entre as tribos com igualdade e autonomia entre elas. Elas possuíam uma língua comum, um conselho federal que não podia se autoconvocar, com sessões públicas e decisões por consenso. Sobre aqueles fora da tribo não havia tratado de paz nem igualdade de direitos (ENGELS, 2017).

Por sua vez, a forma de família correspondente a esse período representava a família pré-monogâmica, na qual se apresentavam mulher e marido principais, e a gens, agora mais consolidada, impulsionava a proibição do intercuro sexual entre parentes consanguíneos. Com o aumento das proibições do casamento, o casamento por grupos começa a se tornar uma impossibilidade, dando início a união entre pares. Nesta etapa, já haviam rígidas leis sobre as mulheres que cometiam adultério, a poligamia e infidelidade ocasional permanecia entre os homens. Os filhos continuavam pertencendo exclusivamente às mães. Com a restrição do intercâmbio sexual a pares, as mulheres

começam a se tornar escassas, dando início à prática de rapto e compra de mulheres para o casamento. O casamento era dissolúvel e arranjado pelas mães através de dotes, presentes dados à família da mãe (ENGELS, 2017).

A economia doméstica comunista prevalece, a mulher tinha o domínio sobre a casa, eram dela todos os instrumentos responsáveis pelo trabalho de sua responsabilidade, e a impossibilidade de se conhecer o verdadeiro pai das crianças garantia uma elevada consideração pelas mulheres. Como na etapa anterior, homens e mulheres se relacionavam entre gens diferentes, base real sobre a qual se ergue o predomínio das mulheres, tendo em vista que estabelecia as gens como de direito materno, dando às mulheres grande poder sobre os clãs, para além do âmbito doméstico, mas também de destituir chefes ou rebaixá-los a guerreiros, por exemplo (ENGELS, 2017).

É importante destacar que para algumas autoras (ARAUJO, 2019; LEACOCK, 2019), a matrilinearidade presente nesse período não se configurava em uma organização matriarcal da sociedade, ainda que as mulheres tivessem poder decisório nos clãs e fossem de grande prestígio, não havia hierarquia entre os sexos de modo que se pudesse afirmar a configuração de uma sociedade matriarcal. Reed (2008) aponta uma divergência na defesa de sociedades matriarcais, partindo do pressuposto que a organização social através da linhagem materna, bem como a elevada importância econômica do trabalho de procriar e cuidar dos filhos naquele momento histórico da humanidade em que o número de pessoas na tribo era indispensável a sobrevivência, colocavam as mulheres como base do progresso social e, por isso, com um papel central na sociedade daquele momento. Para a autora, a maternidade funda o primeiro sistema social, tendo em vista que as tarefas que envolvem ser mãe nesse período se fundem com o trabalho, o impulsionam, de modo que eram as mulheres que organizavam e dirigiam a vida. Reed (2008) defende ainda que ocultar o matriarcado daquele período representa um ocultamento ideológico que cumpre a função de manter a inferiorização das mulheres.

Leacock (2019), ao expor seu contraponto, defende que apresentar essa época da evolução social como um matriarcado apenas inverte o argumento que justifica a dominação de um sexo sobre o outro, quando na verdade se trata de um período histórico em que a tomada de decisões não representava uma hierarquia entre os grupos, tendo em vista que seus interesses não se antagonizavam. A presença de grupos com interesses opostos que justifique que decisões sejam tomadas apenas por parte do todo tem seu início somente após a cisão da sociedade em classes.

Dessa forma, aqui apontamos novamente a importância de marcar a diferença entre a divisão sexual do trabalho presente nesta etapa de uma suposta dominação de um sexo sobre o outro (ENGELS, 2017). Às mulheres cabia a responsabilidade pelas tarefas do lar, a culinária significava o domínio do fogo, da química, do calor, da transformação da natureza e seu controle, a busca e conservação de alimentos, que envolviam a coleta de alimentos e de pequenos animais nas proximidades, deram as condições para que se desenvolvessem os rudimentos da agricultura<sup>8</sup>, sua armazenagem proporciona o surgimento da arquitetura para construção de celeiros, a domesticação de pequenos animais selvagens, o curtume de couro para conservação de peles desenvolvendo rudimentos da química, o desenvolvimento da cerâmica e das primeiras formas de arte, etc. Já aos homens cabia a tarefa de trazer alimento ao lar através da caça, atividade também importante para a humanidade, tendo em vista que seu caráter coletivo e colaborativo exigia organização, comunicação, destreza manual, desenvolvimento de ferramentas (REED, 2008).

Tanto nas tarefas masculinas quanto nas femininas se percebe avanços trazidos ao desenvolvimento da espécie humana, entretanto Reed (2008) destaca o papel das mulheres. Ainda que historicamente tenha sido exaltado o papel da caça na ruptura do humano com a animalidade, a autora reforça os limites dessa atividade, tendo em vista seu caráter mais silencioso e solitário, isolando o homem das formas mais desenvolvidas de trabalho, e defende que quem desenvolve a linguagem e a articulação da vida social humanizada de forma mais ampla são mulheres, pelo caráter coletivo de suas atividades, permitindo fossem as primeiras trabalhadoras agrícolas e industriais, desenvolvendo os rudimentos da botânica, química, medicina, arquitetura, educação, ciência, entre outros que já citamos. Para a autora, a primazia das mulheres surge da sua capacidade de procriar e atinge seu ápice com as atividades socialmente úteis que desenvolvem (REED, 2008).

É importante retomar como ocorreu a divisão do trabalho entre homens e mulheres, que se colocou por uma necessidade histórica. Nesse período, era preciso proteger as mulheres do risco da caça e da floresta, tendo em vista que a quantidade de mulheres em uma tribo estava diretamente relacionada à taxa de fertilidade daquele povo, que pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas e baixo contingente populacional, tornava necessário um estrito controle populacional para garantia da sua sobrevivência, sendo as mulheres da tribo poupadas de tarefas mais perigosas, como a caça, não por um

---

<sup>8</sup> Ao revolver a terra durante a coleta acabam por espalhar sementes e dar melhores condições para novas brotações.

caráter frágil ou de incapacidade, mas por sua capacidade de procriar, que tornava suas vidas muito valorosas à sobrevivência de todos (ENGELS, 2017; LESSA, 2012).

Desse modo, o caráter colaborativo do trabalho e a divisão do trabalho entre os seres humanos não compunha uma hierarquia entre eles, e sim era indispensável para garantir a sua autonomia, o que não significa que não havia violência. Devido à escassez de recursos, havia violência entre os indivíduos, com o caráter distinto do que posteriormente assume a violência entre grupos, ou para ser mais precisa, entre classes, seguida da forma que, por conseguinte, também assume a violência na oposição entre homens e mulheres (LESSA, 2012).

Ainda que prevalecesse o direito materno e o elevado prestígio pelas mulheres, nesse então já aparece o direito à mulher como sinal de soberania, tendo os chefes, sacerdotes-feiticeiros e homens mais velhos da gens o monopólio de grande parte das mulheres, além de aparecer a prática do direito da primeira noite, no qual toda a comunidade mantinha relações sexuais com a noiva antes do próprio noivo. Em algumas tribos, as mulheres praticavam relações sexuais com seus escolhidos antes de lhes ser concedida a permissão para se casar, por outro lado também aparece o direito da mulher de se entregar a apenas um homem, o direito à castidade (ENGELS, 2017).

Por mais que já aparecessem elementos que expressavam o germe do que se desenvolveria como a opressão das mulheres pelos homens, isso ainda não estava completo. Com o desenvolvimento das forças produtivas materiais presente na barbárie, com a descoberta da agricultura e da domesticação de animais principalmente, aparece, por um lado, o desenvolvimento e consolidação da forma mais desenvolvida da gens, por outro, os elementos necessários ao seu declínio. Antes do nascimento de um novo período histórico, já se gestavam no modo de produção anterior os elementos de sua destruição (ENGELS, 2017). Por isso, aparecem nessa apresentação, elementos que só se desenvolverão por completo na forma posterior, mas que no seio da sociabilidade presente já se colocavam como contradição.

Sendo assim, junto ao declínio da gens, vai crescendo a inversão do prestígio e consideração pelas mulheres em substituição pela sua humilhação e opressão. Essa inversão começa a surgir no limite entre o estágio selvagem e a barbárie, na qual o grupo já estava reduzido a sua última unidade, homem e mulher, cujas características contraditórias marcam a gestação de uma nova etapa, na qual o germe do nascimento família monogâmica, a derrocada do direito materno e a transição ao direito paterno e a consequente derrocada das mulheres e se aliam a primeira grande derrocada da

humanidade, o surgimento da propriedade privada e o nascimento da sociedade de classes, demarcando o início do estágio da civilização (ENGELS, 2017).

Na fase inferior da barbárie os homens derrotados eram mortos ou acolhidos como irmãos. O grau de desenvolvimento do trabalho, dos instrumentos, quantidade da população, tecnologia, etc., resumindo, o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais neste período não era capaz de produzir qualquer tipo de excedente aproveitável em relação aos gastos com sua manutenção, ou seja, a quantidade de trabalho necessário para manter-se vivo, com todos na tribo trabalhando<sup>9</sup> não deixava sobras, de modo que não havia a possibilidade que uma parcela da população apta ao trabalho não o fizesse. A sobrevivência da tribo dependia do trabalho de todos e a escravidão era uma impossibilidade histórica nesse período (ENGELS, 2017; LESSA, 2012).

A introdução da criação de gado, aliada ao avanço na metalurgia, na tecelagem e na agricultura traz algumas características novas a esse processo. Em um primeiro momento, cumprem papel importante na emancipação do ser social, que pode se apropriar das atividades mais desenvolvidas e a caça aos poucos se torna um esporte. Com o aumento dos alimentos, aumenta-se a população, e se torna possível se fixar à terra. Rapidamente os homens aprendem trabalho desenvolvido anteriormente pelas mulheres e o intensificam. Por um breve período, homens e mulheres dividiram socialmente o trabalho entre si, porém se abre a possibilidade de nova organização social em que a velha divisão sexual do trabalho será substituída por uma nova divisão social do trabalho, em que se separa trabalho agrícola do trabalho industrial urbano, trabalho manual do intelectual e se invertem atividades femininas para masculinas (REED, 2008).

É a primeira vez na história da humanidade que surge o excedente na produção. Desse modo, além da possibilidade de se produzir excedente que nasce junto à revolução neolítica, a descoberta das sementes e a possibilidade de desenvolver-se a agricultura, a domesticação de animais e o salto que essas descobertas representam no desenvolvimento das forças produtivas, também está presente o componente da escassez. Sendo assim, ao passo que esses avanços permitiam que se produzisse certa quantidade excedente individual, também se mantinha a carência de recursos, tendo em vista que nem todos produziam na sociedade (crianças, idosos, enfermos, etc.), a quantidade de excedente produzido individualmente era insuficiente para garantir abundância a todos, sendo necessário partilhar a escassez. Essas duas características aliadas à recém-criada

---

<sup>9</sup> Crianças, idosos, enfermos, pessoas impossibilitadas do trabalho de modo geral não são consideradas.

necessidade de mais pessoas para desenvolver o trabalho de criação do gado e da agricultura abrem a possibilidade de uma parcela da humanidade explorar o trabalho de outra, torna-se possível escravizar o trabalho de outros em benefício próprio, controlando os recursos e concentrando-os, de modo a desenvolvê-los (LESSA, 2012; ENGELS, 2017).

Aqui, é importante não cair na fatalidade histórica do desenvolvimento das classes. Houve sociedades que, ainda com a produção de excedente e a escassez, organizaram-se de outro modo, sendo então o desenvolvimento das forças produtivas responsáveis por mais tempo livre, por exemplo. Entretanto, as sociedades organizadas em classes possuíam um grupo, necessariamente pequeno, que se localizava aparentemente acima da sociedade, que concentrava e geria os escassos recursos de modo que desenvolvia as forças produtivas com maior velocidade. Ao se contraporem essas diferentes formas de organização social, as sociedades sem classes eram derrotadas, passando a compor a exploração do trabalho da sociedade dominante. Sempre, na história da humanidade, que se tentou submeter um grupo à dominação de outro, houve resistência, não devemos nos esquecer disso, e com a primeira dominação de classes, bem como com a primeira dominação das mulheres, não foi diferente (LESSA, 2012).

A gênese da propriedade privada marca a gênese de uma nova relação social, em que há exploradores e explorados. Como já dissemos, a propriedade privada é descrita por Marx (2007) como o poder de dispor da força de trabalho de outros, para além de deter algo, externo a si próprio, como posse individual, podemos caracterizar esse salto ontológico pela característica que dá aos possuidores de dispor da força de trabalho alheia (LESSA, 2012).

Nesse então, com o nascimento da propriedade privada, nasce também uma nova forma de relação dos indivíduos com o trabalho. O que antes era uma atividade essencialmente humana, por meio da qual homens e mulheres transformavam a natureza e, por conseguinte, transformavam-se si próprios, garantindo sua sobrevivência, agora passa a ser trabalho alienado, alienado porque, a classe que domina, aliena o trabalho dos seus produtores, ao apropriar-se dos seus produtos (LESSA, 2012).

Nesse ínterim, a violência se apresenta de outra forma, não só como disputa pelos escassos recursos entre indivíduos, mas como meio de dominação de todo um povo sobre o outro, e de oposição da humanidade contra ela própria, necessária para manutenção da sua dominação. A cisão entre trabalho manual e intelectual, a verdadeira divisão social do trabalho a qual nos referíamos anteriormente, entre aqueles que produzem e aqueles

que organizam o processo produtivo, agora aparece completa, sendo a violência componente essencial de sua manutenção, ainda que não apenas ela (LESSA, 2012).

Nesse sentido, com o desenvolvimento das forças produtivas, a divisão sexual do trabalho no seio da família, inicialmente de caráter natural, agora ganha um novo elemento. A regra geral que organizava a divisão dos instrumentos entre homens e mulheres é que os grupos eram proprietários do conjunto de instrumentos do qual faziam uso, os instrumentos necessários ao seu trabalho. Dessa forma, os homens, responsáveis por obter alimentos, eram proprietários do gado e dos escravos, utilizados nesta tarefa. As mulheres, responsáveis pela economia doméstica, eram proprietárias dos utensílios domésticos, o que previamente não representava uma hierarquia entre eles, ou forma de dominação, mas isso se transforma à medida que os rebanhos e escravos começam a se tornar fonte de riqueza importante. Conforme essas riquezas aumentam, os homens começam a ganhar uma posição mais importante que as mulheres na sociedade (ENGELS, 2017).

Aqui é importante retomar que devido à organização social por direito materno os filhos não herdavam dos homens e sim das mulheres. Da nova relação social e as necessidades dela decorrentes, surge a ideia de modificar a herança em favor dos filhos, tendo em vista que com a morte do pai, seus bens retomavam a sua tribo de origem, ficando com seus irmãos ou outros parentes, de modo que os filhos eram prejudicados (ENGELS, 2017).

As bases econômicas necessárias ao desenvolvimento da monogamia, a saber, a concentração de riquezas nas mesmas mãos e a necessidade de transmissão de herança, estavam colocadas. Surge a família patriarcal: “organização de certo número de indivíduos, escravos e livres, numa família submetida ao poder paterno do chefe de família” (ENGELS, 2007, p. 79) e seu objetivo é cuidar dos rebanhos e manadas. Incorpora-se os escravos ao poder paterno, o próprio termo *famulus* significa escravo doméstico. A expressão família, termo cunhado pelos romanos, significava esse novo organismo social no qual o homem tinha poder de vida e morte sobre mulher, filhos e escravos, conhecido com pátrio poder romano (ENGELS, 2007), ou seja, a família é a propriedade do patriarca de tudo que se encerra ao âmbito doméstico (LESSA, 2012).

Com o início da família monogâmica, aliado ao grande marco da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem, dá-se início ao domínio dos homens sobre as mulheres, instaura-se um conflito entre os sexos. A finalidade de procriar agora se alia à recém-criada necessidade de garantia sobre a paternidade para a manutenção da

herança, desenvolvendo um novo modo de organização familiar (ENGELS, 2017). Essa inversão representa o fim do direito materno, na qual os homens se tornam os produtores, provedores da unidade familiar, e mulher e crianças são de sua responsabilidade e propriedade (REED, 2008).

A necessária fidelidade da mulher para garantir a herança é assegurada com direito de morte sobre ela. Os laços conjugais já não podem mais serem rompidos pela vontade, as rígidas punições sobre a infidelidade feminina que já apareciam na família pré-monogâmica se intensificam e são garantidas por lei, bem como a infidelidade masculina. Os maridos são obrigados a cumprirem com seus deveres sexuais e os casamentos sem filhos são dissolvidos, o homem toma posse da direção da casa. Há um rebaixamento geral da condição da mulher, que é privada do mundo público e de sua autonomia no âmbito doméstico, é convertida em instrumento de reprodução. O papel das mulheres na divisão social do trabalho se modifica, e as mulheres ficam a cargo de fiar, tecer, costurar, por vezes aprendem a leitura e a escrita, ainda cerceadas ao ambiente doméstico, porém com uma divisão do trabalho que agora ganha um caráter hierárquico que antes não estava presente, a administração do lar perde seu caráter público (ENGELS, 2017; LESSA, 2012).

As mulheres convertem-se nas primeiras criadas e afastam-se da produção social, se tornam serviço privado, passam a viver enclausuradas, por vezes em aposentos separados dos homens. Não podiam mais sair sem companhia das escravas e eram vigiadas por eunucos. O homem passou a ocupar a posição de dominador, de quem dá o sustento e as discussões públicas passam a excluir as mulheres (ENGELS, 2017).

Dessa forma, a família monogâmica era composta pela imposição da castidade e fidelidade às mulheres com duras punições, as mulheres pertenciam aos homens, em uma relação de instrumento reprodutivo que se assemelha a das escravas, ainda que administrassem e comandassem a casa e as próprias escravas domésticas, repetindo a relação de dominação sob a qual estavam agora submetidas, com as escravas e também com as crianças (LESSA, 2012).

Aliado ao controle da sexualidade imposto às mulheres estava a legitimidade do adultério dos homens, que aparece como regra na relação monogâmica, não só aceito pela moral como legalmente legitimado em algumas localidades, de modo que a liberdade sexual garantida aos homens se manifesta como uma forma de supremacia sobre a mulher. Essas traições eram marcadas pela relação com a prostituição, trabalho assalariado que coloca as mulheres em relação de concorrência (ENGELS, 2017).

O ato sexual em troca de dinheiro inicialmente se apresenta como ato religioso, no qual as oferendas eram depositadas no templo, e se manifestava como uma forma de liberdade sexual das mulheres antes do casamento. Quando se transforma a propriedade comunal em individual e surge o trabalho assalariado, aliado ao trabalho escravo, surge também prostituição e entrega forçada das mulheres (ENGELS, 2017).

Como não se pode haver um termo da contradição sem o seu correspondente, junto à mulher traída surge o seu par dialético, o inevitável amante. O adultério das mulheres, ainda que reprimido e duramente punido torna-se uma instituição social, tornando necessário que se estabelecesse uma convicção moral sobre a paternidade, instituindo por lei que o filho concebido tem por pai o marido da mãe (ENGELS, 2017).

O casamento era um ato político, um contrato não firmado pelas partes interessadas, já se vinha ao mundo casado. Quando se institui herança, direito paterno e monogamia, o casamento passa a depender inteiramente de condições econômicas, desenvolvendo-se o casamento por compra, no qual homem e mulher tem seu preço determinado a partir de suas posses (ENGELS, 2017).

Além disso, o matrimônio inicialmente ocorria apenas entre as classes proprietárias, no escravismo apenas os patrícios podiam se casar, e os escravos precisam de autorização para ter filhos. Já os plebeus se uniam, porém sem a formalidade do casamento. No feudalismo, estende-se o casamento a uma parcela das classes inferiores, tendo em vista que a Igreja considera útil por múltiplas razões ampliar essa união entre os seus fiéis. É apenas na época da burguesia que se generaliza o casamento entre as classes não proprietárias, tornando-o obrigatório e com punições às mulheres não casadas, quando nesse momento histórico sua função de manutenção da propriedade através da garantia da hereditariedade se amplia para alocar na forma de obrigações familiares uma importante parcela do trabalho socialmente necessário para manutenção da vida (REED, 2008).

Aqui, podemos entender um pouco melhor do que se trata a afirmação de Engels (2017) e de Marx e Engels (2007) ao dizer que a família monogâmica ao fundar a oposição entre homem e mulher e suas contradições essenciais coloca em miniatura as mesmas oposições e contradições que movem a sociedade desde que cindida em classes, tendo em vista que a divisão central ocorrida na sociedade, que cinde o trabalho manual e intelectual, quem faz e quem decide ou planeja, repete-se no seio da família. O homem aparece como o guardião da propriedade privada da família, e, por conseguinte, aquele

que toma as decisões acerca dela, e a mulher figura como aquela que executa o trabalho, submetida, através do uso da força, às condições de quem a domina (LESSA, 2012).

A organização da família monogâmica parte então de uma nova estrutura social, na qual as relações de produção se organizam a partir da propriedade privada em sua característica mais genuína, o poder de dispor da força de trabalho de outros, erigida nessas condições, a família monogâmica expressa uma inversão. A organização familiar agora se opõe às condições naturais de sua constituição, a partir do direito materno, e passa a ser determinada pelo direito paterno, baseando-se nas necessidades agora impostas pelas condições econômicas, distanciando-se da natureza. Desse modo, a decadência do direito materno representa a grande derrota da mulher e primeira grande derrota da humanidade (ENGELS, 2017).

A primeira oposição de classes expressa na história da humanidade coincide com o então criado antagonismo entre homens e mulheres, bem como coincide a opressão de uma classe sobre a outra com a opressão de um sexo pelo outro. A instauração da monogamia representa a inauguração de um período que dura até os dias de hoje, em que “cada progresso é um relativo retrocesso e no qual o bem-estar e o desenvolvimento e uns se realizam às custas da dor e da repressão de outros” (ENGELS, 2017, p. 89).

Sendo assim, podemos dizer que a oposição de interesses então criada na humanidade, constitui-se porque parte dela agora opõe seus interesses à outra e que essa contradição significa que o avanço de parte da sociedade necessariamente significa o retrocesso de outros. Ou seja, com a divisão social do trabalho, com a cisão do trabalho material e intelectual, derivada da cisão da sociedade em classes, a fruição e o trabalho, a produção e o consumo, passam a caber a indivíduos diferentes. Desse modo, essas contradições produzidas pela cisão da sociedade em classes e pela divisão social do trabalho, que ainda se desenvolverá exponencialmente, repousam na divisão natural do trabalho a partir da família (MARX; ENGELS, 2007).

Com o nascimento da propriedade privada dos rebanhos e dos escravos, as famílias passam a representar os interesses privados na sociedade, em oposição aos interesses coletivos da humanidade. Essa oposição se contrapõe à necessidade humana de interdependência, de vida em coletividade para garantir a sobrevivência, ao mesmo tempo que a oculta. Os interesses particulares e coletivos ficam cindidos. A sociedade passa a se organizar em pequenos núcleos familiares, que se opõem uns aos outros, distribuindo desigualmente entre eles tanto o trabalho quanto seus produtos, de modo que a propriedade irá repousar no núcleo na família (MARX; ENGELS, 2007).

Desse modo, o poder social que nasce da ação humana, da sua cooperação, da sua força produtiva, cindido pela divisão social do trabalho derivada do nascimento das classes, passa a representar um poder estranho a si próprio e passa a subjugar os seres humanos, ao invés de ser por eles dominado. Os trabalhos passam a ser distribuídos de modo que cada um tenha uma atividade fixa e os produtos do trabalho são consolidados em poder objetivo superior àqueles que trabalham, escapando ao seu controle. Produto e produtor agora estão em oposição. O interesse comum aparece como estranho, pois os indivíduos irão buscar seus interesses privados, que diferentemente do período anterior que a vida em coletividade que era responsável por garantir a autonomia e os interesses dos indivíduos, agora não mais coincidem os interesses privados com os coletivos (MARX; ENGELS, 2007).

A partir dessa cisão estrutural, modifica-se mais ou menos rapidamente toda a imensa superestrutura erigida sobre ela, em suas leis, sua política, sua consciência social (MARX, 2008b), de modo que passa a ser necessário, que o interesse coletivo tome, em face de um Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares, como coletividade ilusória, erguida sobre a base real, baseada na cisão em classes e determinada pela divisão do trabalho. Sendo assim o Estado nasce para regular a luta prática entre interesses particulares e coletivos, e ilusoriamente tidos como coletivos. O controle e a intervenção do Estado se tornam necessários (MARX; ENGELS, 2007).

Como já dissemos anteriormente, esse processo de dominação de uma classe sobre a outra, que se repete no seio da família e repousa sobre ela, está fundado, de imediato, sobre a violência. Mas é importante tomar nota que não só sobre a violência repousa-se a dominação. As leis, a política e a consciência social (ideológica) constituem a sociedade e organizam-se em seu Estado, representando elementos tão indispensáveis quanto a violência para se erguer e se manter a dominação. Também se torna necessário que a própria violência seja regulada. Nesse momento, nos questionamos como se dá então a transformação de uma organização social da vida coletiva, em caráter de comunismo primitivo presente na gens, para o nascimento do Estado?

De modo geral, a organização gentílica na fase inferior da barbárie, fase que representa seu pleno desenvolvimento, era capaz de resolver seus conflitos internos. Seus conflitos externos eram resolvidos com guerras que nunca resultavam em dominação ou servidão, que não existia em qualquer parte. Os direitos e deveres se igualavam internamente e não havia classes sociais (ENGELS, 2017).

Constituída a partir de uma densidade populacional baixa, organizando-se por local de residência, o restante da área representava local de caça e divisão entre tribos. A divisão do trabalho era absolutamente natural, entre os sexos. Os homens caçavam e pescavam; as mulheres cozinhavam, fiavam e costuravam. Os instrumentos eram de posse de quem os utilizava. A economia doméstica era comunista. O que era feito em comum era de propriedade comum, ainda que já se encontrasse propriedades individuais fruto do trabalho pessoal. A domesticação de animais começava a aparecer em algumas regiões (ENGELS, 2017).

Com o desenvolvimento das forças produtivas materiais, especialmente o gado, a agricultura, as artes e os ofícios domésticos, torna-se possível a produção de excedente, que aliada à escassez e ao aumento da quantidade de trabalho diário de cada membro da gens, abre a possibilidade dos prisioneiros de guerra se tornarem escravos. Neste então, ocorre a primeira grande divisão social do trabalho, a divisão entre os que produzem e os que se apropriam do trabalho produzido, a divisão entre classes. Nasce exploradores e explorados (ENGELS, 2017).

A partir dessa cisão, o aumento dos rebanhos e o desenvolvimento da agricultura passam a promover o aumento da diferença de riquezas, devolvendo-se as guerras em disputa pelos melhores territórios, os saques e a escravização de prisioneiros de guerra. A escravidão inicialmente aparecia entre membros de tribos distintas e evoluiu para a escravização entre os membros da própria tribo e até mesmo da própria gens. A organização que antes se dividia em gens, fatrias, tribos e confederação de tribos, agora também se organiza em povos, cercados por muralhas que não existiam anteriormente (ENGELS, 2017).

A busca sistemática por terra, mar, gado, escravos e tesouros crescia e a riqueza aparecia como bem supremo. Desse modo, o recém nascido direito paterno e a transmissão de herança para os filhos favoreciam a acumulação de riquezas na família, que se opunha a gens, repercutindo sobre a organização social e representava o germe da nobreza e realeza hereditárias (ENGELS, 2017).

Com isso, os conselhos da tribo vão sofrendo transformações. Ainda que a assembleia ainda fosse soberana, que todos pudessem falar, que todos os homens fossem guerreiros, e que não houvesse força armada separada do povo, já havia a presença de um comandante militar<sup>10</sup> que se assemelhava a um monarca, com direito de primogenitura, e

---

<sup>10</sup> O comandante militar era chamado de basiléus (ENGELS, 2017).

que, apesar da necessidade de consentimento do povo, e de suas atribuições serem voltadas aos âmbitos religiosos e judiciais (mas não administrativos) que ainda ficavam a cargo do conselho, já possuía os elementos necessários para se apresentar como o germe da nobreza (ENGELS, 2017).

Outro ponto importante do declínio da gens diz respeito à primeira grande divisão social do trabalho ter surgido na tribo dos pastores, que possuíam mais leite, laticínios, carnes, peles, lã, etc. Entre eles, o excedente na produção que tornou possível a cisão de classes, também torna possível o escambo regular e não mais ocasional. É importante destacar que algumas habilidades excepcionais e ocasionais na fabricação de armas, desenvolvidas principalmente entre as tribos que se ocuparam principalmente da caça também promoviam certa divisão social do trabalho (ENGELS, 2017).

Com isso, a separação das tribos de pastores permitiu o intercâmbio entre membros de tribos diferentes, consolidando as trocas como instituição regular, primeiro por meio dos chefes das tribos, posteriormente entre os indivíduos. O gado era principal mercadoria usada para avaliação das demais, ou seja, o primeiro produto que iria funcionar como dinheiro (ENGELS, 2017). O comércio cinde com a coletividade, os valores de uso vão gradativamente se transformando em mercadorias, deixando-se de compartilhar para trocar. A completa interdependência não podia ser separada da real autonomia dos povos. Ao se individualizar a vida coletiva em uma sobrevivência cindida em unidades familiares consolida-se a cisão entre o público, a vida produtiva, e o privado, a vida reprodutiva (LEACOCK, 2019).

A horticultura surge como precursora da agricultura e os cereais deixam de ser apenas ração para o gado e tornam-se alimentos para o homem. Nesse momento, a terra cultivada era considerada propriedade da tribo, da gens, das comunidades de famílias e por último dos indivíduos, apenas como direito de posse (ENGELS, 2017).

Devemos precisar que não se sabe como ocorreu a transição dos rebanhos como propriedade da tribo para propriedade individual dos chefes de família, mas é a partir dessa transição que decorre a transição na família tendo em vista que os rebanhos que pertenciam aos homens constituíam uma nova fonte de riqueza<sup>11</sup>. Desse modo, o excedente da produção pertencia ao homem e as mulheres participavam no consumo, mas não na propriedade (ENGELS, 2017).

---

<sup>11</sup> “A divisão do trabalho na família havia regulamentado a divisão da propriedade entre homem e mulher” (ENGELS, 2017, p. 201).

Sendo assim, a divisão natural do trabalho entre homens e mulheres, que garantia a elas o domínio e a autonomia sobre os trabalhos realizados no âmbito doméstico, local onde exerciam sua supremacia, agora se torna seu contrário, tendo em vista que o trabalho doméstico perde sua importância frente ao trabalho do homem, fonte de riquezas a partir da apropriação do trabalho alheio. Com isso, a divisão social do trabalho na família permanece, porém se inverte, porque a divisão social do trabalho fora da família se modificou (ENGELS, 2017).

Como vimos, na antiga gens, a produção era coletiva e o consumo por distribuição direta. Quando surge a divisão social do trabalho, mina-se o caráter coletivo da produção e agora uma parcela produz e a outra se apropria de seus produtos. Os produtores perdem o domínio sobre a produção, que vai se voltando para a troca de modo cada vez mais generalizado (ENGELS, 2017).

Outro ponto que compõe a destruição da gens é que para a sua organização era necessário que as pessoas estivessem reunidas num mesmo território e as associações gentílicas perante laços de sangue se tornaram insuficientes. Devido à mobilidade exigida pelo comércio, se finda a fixação das residências e a distribuição territorial se torna ponto de partida<sup>12</sup>, sem considerar gens ou tribo. Os interesses dos artesãos tornam necessária a criação de novos órgãos fora da organização gentílica e a democracia primitiva se transforma em odiosa aristocracia. Em Atenas, instala-se uma administração central, com uma confederação de tribos vizinhas unidas em um só povo e um sistema de leis ateniense popular unificado, que garantia uma nova proteção legal, independente de estar em território distinto de sua origem (ENGELS, 2017).

Neste então, adquirir riquezas foi se tornando finalidade de vida, e sua acumulação intensificava a diferença de riqueza entre os chefes de família, agora em oposição, o que foi destruindo comunidades domésticas, o trabalho em comum foi se findando, as terras comuns foram se tornando privadas, de modo que a transição para a propriedade privada se deu aos poucos. A família individual passou a ser unidade econômica da sociedade (ENGELS, 2017).

Com introdução do trabalho remunerado para homens e comércio de mercadorias básicas acelera-se a fragmentação da vida em coletividade em famílias individuais e a dependência econômica das mulheres e crianças. Soma-se a isso a autoridade que foi concedida aos homens exclusivamente (LEACOCK, 2019).

---

<sup>12</sup> A nova forma de distribuição territorial representava o germe do nascimento da nacionalidade (ENGELS, 2017).

Com a finalidade de vida voltada para obter riquezas, as guerras para saquear e ampliar territórios se desenvolveram como negócio permanente, as próprias guerras de rapina internas se intensificaram, e com isso, o poder do chefe supremo do exército aumentou, de modo que os chefes militares passaram a exercer poder soberano sobre o território. Com o direito paterno, fortalecia-se o direito hereditário dos chefes, que constituíram a base da monarquia e nobreza hereditárias (ENGELS, 2017).

Sendo assim, a partir da diferença colocada entre ricos e pobres no interior da gens, que aos poucos vai se consolidando com a diferença entre escravos e pessoas livres, apresentou-se como necessária a transformação de uma organização social que se regulamentava livremente através de seus conselhos para outra organização, na qual houvesse órgãos que dominassem e oprimissem o próprio povo para manter a ordem geral. Na gens, a única forma coercitiva era a opinião pública, com essa oposição central sobre a qual se ergue a civilização, isso se torna insuficiente, tornando necessário o surgimento de um órgão autônomo que regulasse esses conflitos (ENGELS, 2017).

Dessa forma, os antigos preceitos das gens foram se transformando para favorecer o acúmulo de riquezas através do roubo e da violência. Tornou-se necessário o nascimento de uma instituição que colocasse a propriedade privada como finalidade da comunidade humana, que autorizasse as formas de obtenção da propriedade e a acumulação acelerada de riquezas, que perpetuasse e estimulasse a divisão da sociedade em classes, concedendo à classe possuidora o direito de exploração das classes que nada possuem, e sua dominação (ENGELS, 2017). Assim nascerá o Estado.

O Estado destrói a gens, divide os membros entre privilegiados e preteridos, e divide os que trabalham de acordo com seus ofícios, erguendo-se, desse momento em diante, novas divisões sociais do trabalho, que seguem desenvolvendo a oposição das relações sociais existentes. A organização gentílica havia se transformado em seu contrário, os antagonismos inconciliáveis desenvolvidos no interior da sociedade agora colocavam, segundo as palavras de Engels (2017),

(...) em luta aberta e permanente as classes entre si, tornando necessário o surgimento de um terceiro poder que, aparentemente situado acima das classes em luta, reprimisse os conflitos abertos e só permitisse que a luta de classes se travasse no campo econômico numa forma legal. A organização gentílica já havia chegado ao fim de sua existência. Foi destruída pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes. Foi substituída pelo Estado. (ENGELS, 2017, p. 210).

Como ficou demonstrado, o Estado não é um poder vindo de fora, é um produto social de determinado grau de desenvolvimento da sociedade, que expressa irremediável contradição presente no seu interior. Faz-se necessário para amortecer o choque entre as classes de modo que não se destruam, surge dentro da sociedade e se coloca aparentemente acima dela (ENGELS, 2017; LENIN, 2007).

Em uma breve retomada, entendemos que para produzir socialmente a vida contraímos relações sociais, materialmente determinadas e que independem de nossa vontade. A estas relações corresponde um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, certo desenvolvimento da ciência, da tecnologia, dos meios de produção, do grau de destreza dos trabalhadores, da sua quantidade, dos recursos naturais disponíveis, etc. A totalidade dessas relações irá formar a base econômica sobre a qual se erguerá a superestrutura da sociedade, de modo que a política, as leis e consciência social de forma geral é determinada por sua base (MARX, 2011a; MARX, 2008b).

Em virtude da divisão de classes presente na sociedade desde o início do período da civilização, o antagonismo inconciliável entre os interesses de exploradores e explorados torna necessário que exista um organismo aparentemente acima dessas classes, que regule as leis gerais de funcionamento da sociedade, impedindo que ela destrua a si própria. O Estado nasce, então, da oposição entre classes que se desenvolve no seio da sociedade, representa o produto e manifestação do seu antagonismo inconciliável, na qual se ergue a civilização, e sua existência é a prova viva que os interesses de cada classe, que os interesses de exploradores e explorados, não podem ser conciliados (ENGELS, 2017; LENIN, 2007).

Ao observar a gênese e o desenvolvimento do Estado, fica evidente que sua função é proteger a classe possuidora em sua lei central, a lei da propriedade. É um órgão que regulamenta a submissão e ao fazê-lo amortece as tensões produzidas pelo antagonismo entre as classes (LENIN, 2007). Ainda assim, ao olharmos superficialmente para o Estado, propõe-se que este representa uma ordem jurídica soberana, meio através do qual os indivíduos podem atingir seus fins particulares, com a finalidade do bem comum de um povo situado em determinada localidade (DALLARI, 2011). Desse modo, o Estado aparece como órgão responsável pela conciliação interesses, ocultando sua origem e determinação reais, que através de uma suposta igualdade legal oculta e mantém a desigualdade real.

De fato, o Estado ao cumprir seu papel de regular a dominação, organizá-la e mantê-la, concilia a coexistência de classes antagônicas, atenua seus conflitos, entretanto

seu objetivo ao fazê-lo é manter as relações de dominação como estão e privar as classes oprimidas dos seus meios de luta, alegando estar ele próprio encarregado de realizá-las. Entendemos que caso fosse possível conciliar classes antagônicas o Estado se tornaria desnecessário e tampouco existiria (LENIN, 2007).

Uma segunda característica essencial do Estado é a necessidade de uma força pública apartada da população, um braço armado, que impeça, por sua vez, a organização armada da população e mantenha sua submissão. Como já dissemos, nunca houve na história da humanidade um povo que se submetesse a dominação de outro sem resistir. A força policial do Estado é ao mesmo tempo produto do antagonismo de classes e da necessidade de amortecer suas tensões, e indispensável para mantê-las. O exército e a polícia são essenciais para o poder estatal, e se reforçam a depender do grau de tensão colocado pela luta de classes (ENGELS, 2017; LENIN, 2007).

Ainda que a violência seja elemento indispensável do poder estatal, a república democrática apresenta-se como a sua forma mais elevada, através da qual a classe dominante exerce seu poder de forma indireta e mais sofisticada, reforçando a aparência do Estado como conciliador dos interesses particulares. É importante destacar, que nos períodos em que as lutas de classes se equilibram, poder do Estado adquire certa autonomia. Nessa breve janela, o Estado, tensionado pela luta de classes, é chamado a cumprir o papel que se propõe, para que as classes em luta não se destruam (ENGELS, 2017; LENIN, 2007)

Como vimos, a base da civilização é a exploração de uma classe por outra, e seu desenvolvimento opera centrado em uma contradição. A partir de então, cada progresso representa semelhante retrocesso na condição da classe oprimida, e o benefício de uns é sempre prejuízo para outros, a libertação de uns é opressão de outros.

O Estado representa o órgão através do qual se mantém a dominação de uma classe, aparece aparentemente acima da luta de classes. Ao se tornar gerente dos interesses das classes dominantes, se torna a classe politicamente dominante, desenvolvendo, por sua vez, seus próprios meios de opressão e exploração (LENIN, 2007), se utilizando de acessórios materiais, cárceres e instituições coercitivas, incluindo a educação e a própria família, o que comporá a sua ideologia, que representa parte importante dos novos meios criados para “repressão e exploração da classe oprimida” (ENGELS, 2007, p. 213).

Com isso, um dos papéis exercidos pelo Estado para manter o progresso da civilização, ou ao menos para manter-se como se apresenta, é encobrir suas contradições fundantes. Para analisarmos mais de perto a forma como as classes dominantes de um

tempo também dominam através das ideias, é necessário explicar as formas ideológicas através das quais os homens adquirem consciência dos conflitos fundantes da sociedade, entendendo essas formas como jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, ou filosóficas. Para tanto, é necessário nos voltarmos para sua origem, ou seja, os conflitos em si, existentes entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 2008b). Tendo em vista que,

a totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social é que determina sua consciência (MARX, 2008b, p. 47).

As ideias dominantes são as próprias relações materiais da classe dominante apreendidas como ideias, uma expressão ideológica das relações que a tornam dominante, a base real de sua expressão, não simplesmente um conjunto de ideias que são impostas como dominantes. Desse modo, levando em consideração que as ideias que compõe a ideologia são determinadas pelas relações sociais que a estruturam, para a superação dessas ideias é necessário superar as relações que a determinam (MARX; ENGELS, 2007).

Para além disso, a classe dominante, por deter os meios de produção, dispõe também dos meios de produção e disseminação do conhecimento, apresentando, por sua vez, apenas suas ideias, utilizando-se até mesmo de imposições coercitivas, sempre que necessário. Entretanto, entender a ideologia simplesmente como a imposição e reprodução de ideias pela classe dominante, é insuficiente para dar conta da totalidade do que a compõe, ainda que não deixe de ser verdade, não explica o porquê da classe explorada nessa relação tomar para si as ideias da classe que a explora (IASI, 2013).

É necessário à classe que domina apresentar suas ideias apartadas das condições que as produzem, e, por sua vez, apresentá-las como ideias abstratas, abstraídas de suas determinações, que se ultrageneralizariam a toda a humanidade, atingindo o caráter de universalidade. A classe dominante se propõe a apresentar os interesses de todos os membros da humanidade ao apresentar, na realidade, seus interesses particulares. Ao ocultar sua real determinação, coloca suas ideias como universais, as únicas válidas, o que é necessário para sua dominação (MARX; ENGELS, 2007).

Inicialmente, seu interesse de fato está ligado ao coletivo das classes que não dominam, antes de ascender à dominação, seu interesse não pode figurar como interesse privado, sua vitória é útil a indivíduos de outras classes. Ao se colocar em dominação, cada classe dominante estende a base sobre a qual a dominava a anterior, agravando e aprofundando a dominação, e se colocando em oposição com sua proposição anterior no qual seus interesses privados coincidiriam com os interesses coletivos das demais classes oprimidas, tornando-se agora necessário, ocultá-los (MARX; ENGELS, 2007).

Esse mecanismo é possível tendo em vista que no processo de divisão social do trabalho, que se deu inicialmente de forma natural, entre os sexos, seguindo para a grande divisão do trabalho entre material e espiritual, e as conseqüentes subdivisões que o acompanharam, tornou-se possível que a consciência aparecesse para nós como algo distinto da práxis existente. É a cisão no real que promove a inversão no pensamento de que este cria a si próprio (MARX; ENGELS, 2007).

Desse modo, a partir da divisão de classes que cinde o trabalho de quem pensa a produção e quem produz de fato, torna-se possível que a ideia apareça também cindida no pensamento como algo que produz a realidade. A consciência – ou filosofia – só entra em contradição com as relações existentes porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças produtivas (MARX; ENGELS, 2007). Na ideologia, o ser social e suas relações sempre aparecem invertidos, de modo que a inversão, o encobrimento da realidade, a naturalização das relações de dominação são a base para a justificativa da manutenção da sociedade burguesa (IASI, 2011a).

Com isso, os indivíduos singulares ficam submetidos a um poder que lhes é estranho, de modo que as ideias dominantes se separam dos indivíduos dominantes e das relações que garantem sua dominação, aparecem como se elas próprias dominassem e, por conseguinte, como uma ideia, ou *a* ideia, figurando as relações humanas como conceito de humano, essência ou *o* humano (MARX; ENGELS, 2007).

Por isso, as concepções de história até momento ocultam a sua base real ou a secundarizam, de modo que a história é escrita de acordo com critérios situados fora dela. A relação da humanidade com a natureza é excluída, produzindo oposição entre eles. A política e religião aparecem como determinação da época, quando na verdade são apenas a forma sob a qual se manifestam seus motivos reais de determinação. A forma da divisão social do trabalho e da propriedade determinam sua organização política e consciência social, o que aparece como seu contrário, transforma-se em força determinante, ocultando sua própria determinação (MARX; ENGELS, 2007).

Dessa forma, para se superar o mistério do indivíduo que cria a si próprio é necessário expor o processo real de produção, que parte da produção real da vida imediata, da forma de intercâmbio que deriva deste modo de produção, apresentando a história em sua ação enquanto Estado e explicando, por sua vez, os produtos da consciência, esclarecendo a totalidade da realidade, da história real, explicando como se erguem as ideias a partir da práxis. Os produtos da consciência não se dissolvem por força da crítica. A revolução é a força motriz da história e para o materialista, trata-se de revolucionar o estado das coisas (MARX; ENGELS, 2007).

Em busca das recomendações dadas por Marx e Engels (2007) da necessidade de separarmos as ideias dominantes dos dominadores, reconhecendo a dominação das ideias ou ilusões (ideologia) na história, além de se introduzir ordem nesta dominação, estabelecendo conexão entre a sucessão das ideias dominantes, o que se produz na humanidade ao entender essas ideias como autodeterminadas buscamos até aqui apresentar o momento histórico em que surgem tanto a propriedade privada quanto a opressão de um sexo pelo outro, por entender que aí se encontram alguns indícios da forma como a opressão de um sexo pelo outro, a constituição e organização familiar como unidade econômica, se intercambiaram com a origem da propriedade privada, a divisão da sociedade em classes, com o nascimento do Estado e suas funções, bem como se mantém no modo de produção capitalista.

### **3– Capital e trabalho feminino: as bases para compreensão do papel do trabalho doméstico**

“O branco açúcar que adoçará meu café nesta manhã de Ipanema não foi produzido por mim nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.

Vejo-o puro e afável ao paladar como beijo de moça, água na pele, flor que se dissolve na boca.

Mas este açúcar não foi feito por mim.

Este açúcar veio da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira, dono da mercearia.

Este açúcar veio de uma usina de açúcar em Pernambuco ou no Estado do Rio e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana e veio dos canaviais extensos que não nascem por acaso no regaço do vale.

Em lugares distantes, onde não há hospital nem escola, homens [e mulheres] que não sabem ler e morrem de fome aos 27 anos plantaram e colheram a cana que viraria açúcar.

Em usinas escuras, homens [e mulheres] de vida amarga e dura produziram este açúcar branco e puro com que adoço meu café esta manhã em Ipanema”.

(Ferreira Gullar)

Para compreendermos o papel do trabalho doméstico não pago no capitalismo reconhecemos a importância de resgatar as categorias analíticas com as quais trabalharemos, de modo que se subordine a aparência que o trabalho doméstico assume sob o capital à sua essência, colocando-o em movimento a partir do método materialista histórico dialético. Dessa forma, iremos retomar alguns elementos centrais do funcionamento do capital para analisarmos como a opressão das mulheres, a divisão sexual do trabalho e, por fim, o trabalho doméstico não pago irão se inserir no seu funcionamento.

### *3.1- Elementos gerais do funcionamento do capital*

Defendemos que a determinação central que une as diversas expressões das opressões vividas pelas mulheres é o seu caráter de classe. A luta de classes representa o cerne da oposição entre os sexos, tendo em vista que é a partir da cisão da sociedade em classes que se torna necessária a oposição entre os sexos como forma de se sustentarem as relações de produção. Com isso, a opressão das mulheres e a luta de classes devem ser compreendidas em um só nó, desde seu germe até sua forma final, no modo de produção capitalista (SAFFIOTI, 2013).

A desigualdade entre os sexos e a dominação masculina estão subordinadas ao nascimento da sociedade de classes e se mantém nos seus períodos mais importantes, escravagismo, feudalismo e capitalismo, sendo difundidas e perpetuadas pela propriedade privada, pelo Estado, pela Igreja e pela instituição família (REED, 2008).

Marx e Engels (2007), ao se voltarem para as sociedades humanas na análise do seu processo histórico, constatam que elas são totalidades concretas e em constante movimento, e que, para compreendê-las é necessário olhar para as relações de produção que os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza. A História da humanidade é a própria história dessas relações, necessárias e independentes de nossa vontade, por meio das quais buscamos dominar a natureza, criamos instrumentos de trabalho, desenvolvemos certos modos de nos relacionar com o fim de produzir e reproduzir a vida, ou seja, desenvolvemos modos de produção.

Os autores destacam que o pressuposto inicial da existência humana é que os seres humanos precisam estar vivos para “construir a história”, e, para isso, precisam satisfazer necessidades essenciais, dentre elas, comer, beber, vestir, morar etc., desenvolvendo instrumentos para isso. Ao serem satisfeitas, essas necessidades conduzem a novas, e assim por diante. Nesse sentido, o primeiro ato histórico é a produção dos meios que irão satisfazer essas necessidades, isto representa a produção da vida material, condição fundamental para existência e desenvolvimento da humanidade (MARX; ENGELS, 2007).

Sendo assim, é importante dar destaque à relação estabelecida entre os seres humanos e a natureza, em oposição a ela, para garantir sua sobrevivência, a relação de trabalho. O trabalho é uma atividade exclusivamente humana, na qual mulheres e homens utilizam-se da prévia ideação para “impulsionar, regular e controlar seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2011a, p. 211), de modo que satisfaçam suas necessidades. Ao fazê-lo, desenvolvem instrumentos e ferramentas com grau crescente de sofisticação, transformando não só a natureza, mas a si próprios, distanciando-se de sua própria animalidade, sem, no entanto, separar-se da natureza por completo (MARX; ENGELS, 2007; MARX, 2011a).

O trabalho é condição fundamental da vida humana, cria o ser humano, que da ação instintiva, gregária e ocasional presente na sua animalidade, quando ainda não se distanciava da natureza, passa a antever no pensamento suas ações. Não mais se submete a natureza, mas a domina, sendo aqui importante precisar que esse domínio distingue-se do domínio que conhecemos de uns povos sobre os outros, ou de uma classe sobre a outra, como se fosse o ser humano situado fora da natureza e trouxesse a ela suas próprias leis para submetê-la. O domínio dos seres humanos sobre a natureza constitui o oposto disso, os humanos não deixam de pertencer à natureza, ao se distanciarem dela são capazes de apreender suas leis, sua forma de funcionamento, e ao aplicá-las de modo adequado, a

dominam, retornando a ela em um patamar superior. Desse modo não há antítese entre o ser social e a natureza, entre ideia e matéria, e sim, unidade (ENGELS, 2004).

Dentro das relações sociais de produção que estabelecemos uns com os outros e com a natureza para produzir e reproduzir a vida está a relação que homens e mulheres estabelecem entre si para procriar e, posteriormente, a relação entre pais, mães e filhos para manterem-se vivos, que também se mostra como condição indispensável para o desenvolvimento da humanidade, presente desde os seus primórdios, e se apresentando em um duplo caráter. Por um lado, de relação natural, com divisões biológicas entre os sexos, e, por outro, como primeira relação social estabelecida entre os seres humanos, ou seja, a primeira relação de cooperação entre vários indivíduos estabelecida na humanidade (MARX; ENGELS, 2007).

Dessa forma, Marx e Engels (2007) afirmam que a primeira divisão do trabalho foi a que se fez entre homens e mulheres para procriar e cuidar dos filhos, representando também uma primeira forma rudimentar de propriedade, que é, tanto por eles quanto pelos economistas modernos, entendida como “o poder de dispor da força de trabalho de outros” (MARX; ENGELS, 2007, p. 46). Pode-se dizer que o grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho de determinado local, expressa seu grau de desenvolvimento geral, e a partir dele se apresentam diversas formas de propriedade, tendo em vista que suas subdivisões são condicionadas pelo modo de produção vigente.

A partir disso, é necessário precisar que a divisão que se dava entre os sexos era baseada em características naturais ou ocasionais, como vigor físico, por exemplo. De modo que a divisão rudimentar colocada entre os sexos não se expressava como uma divisão hierárquica ou de dominação. Sendo assim, há um hiato entre a divisão do trabalho entre homens e mulheres e a opressão de um sobre o outro. A verdadeira divisão do trabalho, que ocorre entre trabalho manual e intelectual ou material e espiritual, só se desenvolve mais tarde na história da humanidade (MARX; ENGELS, 2007). É apenas posteriormente, acrescenta Engels (2017), que se desenvolve o antagonismo entre o homem e a mulher, que compõe, junto à escravização, a primeira oposição de classes que aparece na história, de modo que a primeira opressão de classe coincide com a opressão de um sexo pelo outro.

Dessa forma, o trabalho, que representa o intercâmbio de homens e mulheres com a natureza, marca a nossa consolidação e desenvolvimento enquanto espécie, e assume distintas formas de organização ao longo da história da humanidade (MARX; ENGELS, 2008a). Como dissemos, em certo momento do desenvolvimento social da humanidade

surge a exploração do trabalho do humano sobre o humano, a primeira oposição de classes. Desde então, a história dos seres humanos tem sido a história da luta de classes<sup>13</sup>, percorrendo modos de produção diversos, na qual opressores e oprimidos se colocam em luta, ora encoberta, ora explícita, com uma cisão em classes que se altera a depender do modo de produção vigente no período e do próprio desenvolvimento das condições de opressão e de luta, das características da propriedade privada e do desenvolvimento das forças produtivas que o compõe, bem como do modo de circulação dos produtos do trabalho, acompanhadas de um desenvolvimento político que corresponde a este modo (MARX; ENGELS, 2008a).

Entendemos que a estrutura de divisão do trabalho e da propriedade presente em cada tempo histórico é produto das condições reais de existência e que condiciona a relação dos indivíduos entre si. Na História, nos movimentamos do modo de produção tribal, para o escravista, posteriormente o feudal, até chegarmos ao capitalismo (MARX; ENGELS, 2007).

No modo de produção atual, o modo de produção capitalista, divide-se o trabalho de modo que alguns são proprietários dos meios de produção e não produzem e, por sua vez, compram a força de trabalho daqueles que não tem os meios de produção (MARX, 2011a). Essa divisão do trabalho condiciona a divisão de classes, de modo que os proprietários dos meios de produção e compradores do trabalho assalariado representam a burguesia, e o conjunto dos trabalhadores assalariados desprovidos de meios de produção e que sobrevivem a partir da venda da sua força de trabalho compõe o proletariado (MARX; ENGELS, 2007).

As mercadorias são consideradas como a forma elementar da riqueza, são objetos úteis e necessários à sobrevivência, são produtos do trabalho e são acessadas por meio da troca. A troca de mercadorias é regulada pelo seu valor, conceito sobre o qual Marx se debruça por toda a vida para sintetizar, chegando a uma lei geral que regula o acesso aos produtos do trabalho necessários para garantir a nossa sobrevivência no modo de produção capitalista (MARX, 2011a).

O valor de uma mercadoria, explica ele, não tem haver com sua utilidade ou importância, há algo em comum entre mercadorias absolutamente distintas que permite

---

<sup>13</sup> É importante destacar que neste trecho do Manifesto do Partido Comunista (MARX; ENGELS, 2001) há uma nota de rodapé acrescentada por Engels em 1888, suprimida em algumas edições (MARX; ENGELS, 2008a), que esclarece que a história escrita da humanidade tem sido a história da luta de classes, evidenciando todo um período da história humana em que se viveu sem classes, e que aparece oculto quando se estuda a história da humanidade.

que qualquer uma delas seja trocada entre si, a depender das quantidades em que se trocam, de modo que, quando se prescindir dos valores de uso das mercadorias, ou seja, da utilidade que elas têm ou de sua importância, só resta a elas o fato de serem produtos do trabalho. Desse modo, valor é a quantidade de trabalho socialmente necessária para se produzir uma mercadoria, e representa a lei geral que regula as trocas na sociabilidade capitalista, forma pela qual os produtos do trabalho são acessados (MARX, 2011a).

Nesse sentido, trabalhadores e trabalhadoras, privados dos meios de produção necessários para garantir sua sobrevivência, precisam ir até o mercado vender livremente sua força de trabalho, que também se apresenta como uma mercadoria, e com a qual também se estabelece uma relação de troca, sendo comprada de forma assalariada e regulada pela lei geral do valor. Entretanto, a força de trabalho é uma mercadoria peculiar, que tem capacidade de produzir mais valor do que ela própria vale, de modo que o valor pago pela mercadoria força de trabalho é inferior ao valor transferido para a mercadoria produzida pelos trabalhadores e trabalhadoras em seu processo produtivo. A esse trabalho não pago cristalizado na mercadoria produzida, chamamos mais valia, e à relação de apropriação desse trabalho não pago estabelecida entre trabalhadores e proprietários privados dos meios de produção chamamos exploração (MARX, 2011a).

É importante diferenciar as formas nas quais a apropriação da mais valia se apresenta. Como já dissemos, a mais valia representa a diferença entre o valor produzido pela força de trabalho e seu próprio valor, em outras palavras, a parcela de trabalho excedente não paga aos trabalhadores no processo de produção de mercadorias. No ciclo de produção capitalista é de interesse dos donos dos meios de produção que intensifique e se estenda a produção de modo a aumentar as taxas de apropriação da mais valia. Isso se dá de duas formas centrais, alterando-se as taxas da mais valia absoluta e da mais valia relativa (MARX, 2011a).

A mais valia absoluta diz respeito à extensão da jornada de trabalho como forma de ampliar a parcela de trabalho excedente não paga. Tendo em vista que uma parcela da jornada de trabalho irá produzir o equivalente ao valor pago pela força de trabalho amplie-se o dia de trabalho, gerando uma fatia maior de trabalho excedente (MARX, 2011a).

Já a mais valia relativa, mantém constante a jornada e intensifica o trabalho, alterando a relação entre a magnitude do trabalho excedente em paralelo ao trabalho necessário para a produção da força de trabalho, ou seja, alteram-se as condições técnicas e sociais da produção, sejam elas máquinas mais sofisticadas, uma organização diferente da planta da fábrica, a velocidade da esteira na produção, ou ainda alterações na

configuração da divisão social e sexual do trabalho, por exemplo, de modo que se produza mais valor em uma mesma quantidade de tempo, ampliando a proporção entre trabalho excedente e trabalho necessário. Para tanto, é necessário que se altere o valor da força de trabalho, aumentando a produtividade dos “ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, pertencendo ao conjunto dos meios de subsistência costumeiros ou podendo substituir esses meios” (MARX, 2011a, p. 366).

Para que esse processo de produção e exploração de mais valia possa acontecer é necessário que haja, de um lado, proprietários privados dos meios de produção, com grandes volumes de capital e, de outro, trabalhadores livres para venderem sua força de trabalho. Não foi de forma natural que se colocaram em oposição proprietários de mercadorias distintas, meios de produção e força de trabalho. Ao longo de alguns séculos, em um processo chamado acumulação primitiva de capital, que através da violenta expropriação de todo e qualquer meio de subsistência que possuía o trabalhador para garantir sua sobrevivência, se cria a subsunção ao modo de produção capitalista, tornando os trabalhadores livres de qualquer vínculo de dependência escravagista ou feudal, que os prendia à terra e às suas propriedade individuais (MARX, 2011a).

Em um primeiro momento, essa subsunção ao trabalho se apresentava formalmente, ao eliminar qualquer condição de sobrevivência que não fosse vender a sua força de trabalho, inscrevendo a ferro e fogo aqueles que não se adaptassem<sup>14</sup>; e num segundo momento, representou uma subsunção real do trabalhador e da trabalhadora ao capital, de modo que “desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume, aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais e evidentes” (MARX, 2011a, p. 851).

Ressaltamos que independente da forma em que se apresente a produção em uma sociedade é necessário que ela se mantenha consumindo e produzindo, e em uma sociedade em que a produção se organiza de forma capitalista também se organizará assim a sua reprodução (MARX, 2011a). Nesse sentido, a produção e reprodução da vida material constituem unidade, totalidade indispensável à sua manutenção (MARX, 2011a; LEACOCK, 2019).

---

<sup>14</sup> Marcações a ferro com a letra V, de *vagabond* (vagabundo), daqueles que eram encontrados pedindo esmolas ou vivendo nas ruas, açoitamentos, encarceramentos, torturas e enforcamentos constituíam alguns dos métodos legalmente legitimados para manter os trabalhadores em vínculos assalariados e com baixos salários (MARX, 2011a).

Bottomore (2013) esclarece que o trabalho produtivo é aquele contratado pelo capital para, no processo de produção, gerar mais valia, de modo que o que caracteriza o trabalho produtivo são as relações sob as quais se organizam os trabalhadores, e não à natureza do processo de produção, tampouco à natureza do produto.

Em seu complemento, o trabalho reprodutivo é composto por se recriarem as forças produtivas de modo geral, as máquinas, instalações, matérias-primas, etc., consumidas durante o processo produtivo, além do grande motor do modo de produção capitalista, a força de trabalho, única mercadoria capaz de produzir mais valor que ela própria vale, que também é produzida e adequada ao capital e suas exigências. Além disso, o trabalho de reprodução do capital não apenas recria as condições para a produção de mercadorias e mais-valia, recria também a própria relação capitalista e a subsunção dos trabalhadores a ela (MARX, 2011a).

Araújo (2000) destaca a importância de se desenvolverem análises da questão das mulheres a partir dos elementos da economia política, apontando que a chave de compreensão teórica da opressão das mulheres está na estrutura das relações sociais. Quando se realizam críticas da leitura marxista da questão das mulheres aponta-se que Marx e Engels, em seu estudo sobre o funcionamento do capital, deixaram em segundo plano a análise do papel do trabalho doméstico, reprodutivo da força de trabalho. De fato, a análise da economia política realizada pelos autores se centra em uma leitura mais detida do aspecto da produção, mas Araújo (2000) defende que em um estudo mais cuidadoso da obra, percebe-se que os autores sempre destacam a intercambialidade entre trabalho produtivo e reprodutivo para manutenção e expansão do capital, em que aparece a relação entre trabalho pago e não pago, incluindo o trabalho doméstico.

Levamos até aqui alguns elementos centrais do funcionamento do capital de modo geral e, em seguida, buscaremos aprofundar nos elementos que a literatura marxista tem entendido como elo entre a opressão das mulheres e a exploração capitalista.

### *3.2- A opressão das mulheres sob o capital: do nascimento à consolidação da política reprodutivista*

Ao analisar a relação entre a opressão das mulheres e a exploração capitalista, Federici (2017) faz um resgate histórico do período de acumulação primitiva apontando que a opressão das mulheres nesse período foi parte importante da formação capitalista. A autora defende que as diferenças hierárquicas entre os sexos foram acentuadas e

aprofundadas para erguer as novas funções sociais exigidas pelo capital, em especial, sua necessidade da produção e reprodução da força de trabalho como uma mercadoria. Com isso, a opressão das mulheres não irá representar um resquício das relações feudais, mas um dos pilares sobre o qual se ergue o capital, a partir da necessidade de disciplinar, expandir e reproduzir o proletariado, mantendo reduzido o valor da sua força de trabalho.

Nesse sentido, Federici (2017) perscruta o período de transição para o capitalismo resgatando a história da caça às bruxas e sua função na dominação das mulheres e acumulação capitalista. Ela destaca que a caça às bruxas representou a extensão do controle estatal sobre a reprodução da vida, pedra angular da acumulação primitiva, tendo em vista que era necessário consolidar o Estado como o único agente capaz de preservar as relações de classe, tornando-se seu gestor supremo e supervisor da reprodução da força de trabalho, capaz de criar uma força de trabalho mais disciplinada, além de dissipar os protestos sociais e fixar os trabalhadores nos trabalhos que lhes foram impostos. Dessa forma, ao se buscar a disciplina social, se atacam as formas de sociabilidade e sexualidade coletivas, além da individualização da reprodução da força de trabalho, bem como a imposição do uso mais produtivo do tempo livre, aliados à reforma moral.

Com isso, o Estado irá aos poucos se consolidando como gerente dos interesses da classe dominante, assumindo o papel de mantenedor tanto da máquina de repressão que assegura a dominação através da violência, através de seus aparelhos repressivos<sup>15</sup>, quanto dos seus aparelhos ideológicos, compostos por instituições distintas e especializadas que, mesmo que não diretamente vinculados a ele e, por isso, com relativa autonomia, tem sua dominação assegurada pela ideologia, e funcionando em complementariedade e simultaneidade aos aparelhos repressivos (ALTHUSSER, 1980).

No período feudal os servos estavam atados aos senhores por meio das terras e suas vidas eram reguladas pela lei do feudo, a partir do direito consuetudinário, e havia certa dificuldade dos senhores em garantir sua obediência, sendo necessário o uso direto da força. Tendo em vista sua relativa autonomia pelo acesso aos meios de subsistência, a ameaça de expulsão e da fome não era o suficiente para constranger os servos à obediência. Nesse sentido, a expropriação camponesa e escravização das colônias se apresentavam como responsáveis pela criação do proletariado e da acumulação, mas não apenas elas, tendo em vista que foi necessária a “transformação do corpo em uma máquina

---

<sup>15</sup> Com a consolidação do capitalismo, os aparelhos repressivos do Estado irão assumir a forma de polícias, prisões, exércitos, etc.

de trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 119), e aqui a subsunção das mulheres para a reprodução da força de trabalho cumpre papel importante (FEDERICI, 2017).

Levando em consideração o limite da terra, havia um esforço entre os servos de controlar a natalidade, e as mulheres conseguiam ter relativo controle sobre ela<sup>16</sup>, o que se tornará um problema quando, aliado à peste bubônica, instaura-se uma crise demográfica que produz uma ameaça à estabilidade econômica e social. Além da redução populacional, a estreita relação com a morte dificulta a disciplina social, a recusa ao trabalho se apresenta como instrumento importante de resistência (FEDERICI, 2017).

Neste então, as leis forjadas no império Romano se reinscrevem, dando nova importância à família como instituição guardiã da propriedade e de reprodução da força de trabalho, com forte intervenção do Estado sobre a procriação e reprodução. Havia uma guerra contra as mulheres para quebrar o controle que haviam exercido sobre seus corpos e reprodução para colocar a procriação a serviço da acumulação capitalista, transformando o corpo feminino em instrumento reprodutivo e de expansão da força de trabalho (FEDERICI, 2017).

Nesse período, a Igreja tenta instaurar um catecismo sexual. A partir da preocupação com diminuição populacional, da crescente privatização e das mudanças trazidas pela burguesia nascente, aumentava-se a necessidade de controle sobre a paternidade e conduta das mulheres, o que se acentua no século XII quando aparece pela primeira vez a condenação da homossexualidade<sup>17</sup> e de outras práticas sexuais não reprodutivas, bem como a caça às bruxas, atuando como instrumento para disciplinar as mulheres, regulando seu controle sobre a reprodução e procriação (FEDERICI, 2017).

Consideramos como indispensável apresentar a ressalva feita ao trabalho de Engels (2017) em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (ENGELS, 2017) por Lessa (2012), bem como por Mascaro (2019). Nos seus escritos, Engels (2017) apresenta a homossexualidade como um desvio, uma prática repulsiva a ser superada. Ainda que estejamos apontando a condenação da homossexualidade como uma importante incompreensão teórica de Engels, consideramos que isso não desmerece a qualidade de seu trabalho, feitas as devidas correções e pontuações necessárias.

---

<sup>16</sup> Neste período as mulheres haviam desenvolvido certo conhecimento de métodos de controle da natalidade, fossem eles contraceptivos, de interrupção da gravidez, etc. (FEDERICI, 2017).

<sup>17</sup> Nos concílios de Latrão de 1123 e 1139 iniciam-se as limitações mediante penitências sobre os atos sexuais, consolidando-se no concílio de 1179, quando se condena explicitamente a homossexualidade e o sexo não procriador, o sexo entre pessoas de idades e classes diferentes, sexo anal, nudez e danças (FEDERICI, 2017).

Os autores ressaltam que a condenação da homossexualidade deriva da separação entre reprodução biológica e sexualidade como mediação afetiva, fruto da política reprodutivista desenvolvida no período de acumulação primitiva (LESSA, 2012; MASCARO, 2019). A criminalização histórica da homossexualidade é produto de um período em que se tornou necessária a proibição de práticas sexuais não reprodutivas, justamente para estabelecer o controle da reprodução, e nesse momento a Igreja cumpre papel fundamental (MORAES, 2013).

Para Federici (2017), a caça às bruxas cumpriu um papel importante na superação por incorporação da opressão das mulheres ao modo de produção em gestação, tendo em vista que representou um dos acontecimentos mais importantes do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da formação do proletariado moderno, encarregando-se de aprofundar a divisão entre mulheres e homens e destruir as crenças incompatíveis com a disciplina de trabalho capitalista, bem como seu caráter de coletividade, além de redefinir os elementos da reprodução social (FEDERICI, 2017). Desse modo, além do controle da sexualidade e da natalidade, também se controlavam as formas de organização popular.

Os primeiros julgamentos de bruxas surgem em período de revoltas populares, epidemias e crise feudal incipiente, coincidindo com período de colonização e atingindo seu ápice quando instituições econômicas e políticas típicas do capitalismo mercantil já estavam se consolidando. Sendo que a Igreja representou o seu arcabouço, mas a cooperação entre Igreja e Estado, principalmente após Reforma Protestante, foi fundamental para sua consolidação (FEDERICI, 2017).

Um aspecto importante da caça às bruxas, em especial na Europa, foi o ataque à resistência das mulheres contra a difusão das relações capitalistas sob o controle da reprodução sexualidade. A constante identificação da sexualidade feminina com bestialidade representava o caminho da reestruturação da vida sexual à adequação capitalista e a disciplina exigida por ela, criminalizando atividades sexuais que ameaçassem a procriação e a transmissão da propriedade no seio da família, ou ainda que diminuíssem o tempo e energia para o trabalho (FEDERICI, 2017).

No contexto da luta feudal a personalidade feminina era de rebeldia, libertinagem e promiscuidade e a bruxa era aquela que não se submetia diante de torturas<sup>18</sup>. Dessa

---

<sup>18</sup> Uma dos critérios de se comprovação da condenação de uma mulher como bruxa era a mulher responder, insultar e não chorar mediante as torturas presentes nos interrogatórios, características atribuídas à bruxaria.

forma, a caça às bruxas representou uma guerra contra as mulheres que buscava regular os corpos femininos através do poder estatal, representando o primeiro passo na transformação da atividade sexual feminina a serviço da produção de força de trabalho. Buscou-se eliminar comportamentos femininos indesejados, forjando os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade, institucionalizando o controle estatal sobre o corpo feminino (FEDERICI, 2017).

No modo de produção feudal, o principal aparelho ideológico do Estado (AIE) era a Igreja, que neste então também concentrava as funções escolares, e nesse sentido a luta ideológica se apresentava como uma luta anticlerical e antirreligiosa, pela necessidade da burguesia em desenvolver novos AIE. Hoje, pode-se afirmar que a burguesia desenvolve seus AIE substituindo o par escola-igreja pelo par escola-família (ALTHUSSER, 1980), mudança que se consolida após a Revolução Industrial.

Souza (2006) ressalta que a opressão das mulheres é desenvolvida em características objetivas e subjetivas, devendo superar a dicotomia entre aspectos estruturalistas e uma análise subjetivista, resgatando a dialética sem, no entanto, negar a sua determinação primeira. Nesse sentido, a construção objetiva da subjetividade dos seres sociais irá operar concretamente no fortalecimento e consolidação da opressão.

Outro ponto a ser destacado é que por detrás da caça às bruxas estava a expansão do capitalismo rural, a expropriação camponesa, a deteriorização da vida em coletividade, o acentuamento das diferenças sociais, a abolição dos direitos consuetudinários e primeira onda de inflação da Europa em transição. As mulheres acusadas de bruxaria, também conhecida como associação subversiva, eram, em geral, camponesas pobres, mulheres mais velhas que mendigavam por comida ou roubavam de vizinhos (FEDERICI, 2017).

A população era aterrorizada com os perigos apresentados pelas bruxas, e a caça às bruxas representou a primeira forma de perseguição como controle social, de modo que foi usada para punir o ataque à propriedade. A Igreja cumpria importante função de perseguir e atacar quaisquer insubordinações sociais e políticas, opondo-se também ao movimento herético, movimento popular que buscava a redemocratização radical da vida social, em oposição à autoridade feudal (FEDERICI, 2017). Dessa forma era através da caça às bruxas que se legitimava a necessária violência estatal para manutenção da ordem nesse período.

Era necessário destruir o caráter de coletividade entre as mulheres, que mantinham ampla sociabilidade e solidariedade, nas quais as terras coletivas cumpriam importante função, além de garantir parcela fundamental na sua subsistência e autonomia. As

próprias amigas femininas, seus laços de coletividade, foram considerados ameaçadores e paulatinamente dissolvidos e combatidos, considerados uma subversão da aliança entre homens e mulheres, e se forçavam as mulheres a se delatarem umas as outras, as colocando em oposição (FEDERICI, 2017).

Vemos aqui um dos germes do que hoje aparece como a naturalizada competição e oposição entre as mulheres. Reed (2008) ressalta que a competição entre as fêmeas não advém de uma relação natural, não existe na natureza. No período primitivo a necessária colaboração entre as mulheres para o trabalho impossibilitava a competição entre elas, conforme se individualizam as famílias enquanto guardiãs de mercadorias, colocando-as em oposição, bem como se individualiza o trabalho reprodutivo cerceando-o ao núcleo familiar, vai se construindo uma oposição entre as mulheres, colocadas em disputa para conseguir um bom marido, o que poderia significar uma alteração de sua condição social de classe.

Uma das principais estratégias da dominação sob o capital é o desenvolvimento e manutenção de papéis sociais nos quais as pessoas internalizem as suas funções determinadas socialmente no mais profundo âmbito do seu psiquismo, de modo que as necessárias divisões para o bom funcionamento da sociedade – nesse caso, entre os sexos – apareçam para elas como algo intimamente seu enquanto indivíduo (REIS, 1989). Desse modo, a oposição violentamente desenvolvida entre as mulheres no período da caça às bruxas, agora aparece em seu psiquismo como uma naturalizada competição entre as mulheres, ocultando sua verdadeira determinação.

Engels (2010) complementa trazendo a importância da ruptura com o caráter de coletividade não só entre as mulheres, mas entre o proletariado como um todo, e dentro disso entre homens e mulheres. Nesse sentido, a concorrência, a luta de todos contra todos, a oposição do proletariado a si mesmo como indivíduos, representam uma pedra angular do capital. O autor ressalta que esta é a arma mais poderosa da burguesia em sua luta contra o proletariado, tendo em vista que caso trabalhadoras e trabalhadores reconheçam sua força coletiva e se recusem conjuntamente ao trabalho, a burguesia se vê diante de um problema que não pode resolver.

Com isso, a relação de concorrência estabelecida entre homens e mulheres, aliada aos baixos salários pagos a estas, viabilizam piores condições de trabalho para a classe como um todo, levando em conta que o amplo contingente de exército industrial de

reserva<sup>19</sup> mantém constante a ameaça ao desemprego, e, por conseguinte, à fome e à miséria (SAFFIOTI, 2013).

Esses elementos foram constituindo o que Federici (2017) irá chamar de política reprodutivista do capital, e para apresentar seu embrião e desenvolvimento defendemos que é importante retomar o período de nascimento do capitalismo, através do detalhado trabalho de Engels (2010) que perscruta a situação da classe operária na Inglaterra, em sua obra escrita em 1844 e publicada em 1845, resgatando dados exaustivos que descrevem suas condições de habitação, alimentação, descanso, saúde, cuidado das crianças, trabalho infantil e das mulheres, remuneração, perpassando pelo trabalho do operariado fabril, mineiro e agrícola em busca de encadear os acontecimentos do período em uma totalidade histórica e social.

O autor relata que no processo de nascimento e consolidação do capitalismo, aqui considerando o período imediato da Revolução Industrial, o emprego de mulheres e crianças no trabalho fabril generalizou-se, de modo que as relações familiares se desenvolviam em relações com vínculos frágeis, tendo em vista que a vida familiar era praticamente impossível por conta da carga horária e condições de trabalho do período. Os jovens não possuíam vínculo com sua família nem de dever tampouco de afeto, o que passará por uma inversão no período subsequente com uma mudança nos papéis familiares, uma nova divisão sexual do trabalho e a consolidação da família mononuclear burguesa (ENGELS, 2010).

O autor destaca que com o nascimento da indústria, e a descoberta da máquina a vapor, a propriedade se centraliza paulatinamente nas mãos de alguns poucos proprietários, assim como se centraliza também a população, e que a constituição do operariado corresponde ao desenvolvimento da indústria e do comércio, e das necessidades por eles apresentadas. Desse modo, o operariado se apresenta como uma extensão do capital, uma fração sua, colocada à disposição do industrial, e nesse sentido, Engels (2010) apresenta que o desenvolvimento da indústria e do comércio irá expressar aos poucos as suas consequências sobre o desenvolvimento do próprio proletariado.

Para além da forma miserável como vivia e morria a classe trabalhadora no período, em suas terríveis condições de habitação, alimentação, saúde e trabalho, com baixíssimas expectativas de vida, alto índice de mortalidade infantil, além de amplas

---

<sup>19</sup> O exército industrial de reserva representa o contingente populacional estruturalmente mantido em desemprego e disponível para ocupar os postos dos trabalhadores empregados que porventura venham a faltar na execução de suas funções (MARX, 2011a).

deformidades físicas das mais diversas ordens, a indústria moderna se apresentava em três importantes características, o aproveitamento das forças da natureza, a substituição do trabalho manual pelas máquinas e a extrema divisão do trabalho (ENGELS, 2010).

Com surgimento das máquinas abre-se a possibilidade de substituir o trabalho de homens pelo de mulheres e crianças, tendo em vista a histórica menor remuneração de sua força de trabalho, colimando na progressiva eliminação do homem adulto da fábrica (ENGELS, 2010). Além disso, Marx (2011a) complementa que com o ingresso de mulheres e crianças na fábrica se fraciona o salário da família, que antes era remunerada através do salário do homem, de modo que o valor pago pela força de trabalho masculina correspondia à remuneração para a sobrevivência de toda a família. Com isso, por um lado o salário individual reduziu-se, nivelando para baixo o valor da força de trabalho dos operários, que se equiparava à remuneração concedida às mulheres e crianças. Por outro lado, ao se fracionar o salário da família em diversas remunerações, inicialmente se eleva o valor total pago pela força de trabalho familiar ao serem somados os salários de cada um de seus indivíduos, pai, mãe e filhos. Entretanto, aumenta-se o grau de exploração, tendo em vista que se amplia o trabalho excedente extraído de um número maior de trabalhadores.

Engels (2010) faz destaque às consequências do trabalho das mulheres para a vida familiar, relatando que as crianças ficam desassistidas e o número de acidentes cresce de modo alarmante, a taxa de mortalidade infantil cresce, bem como se inicia o emprego de narcóticos na infância. O autor ressalta que o despreparo de meninas e mulheres para o trabalho doméstico, bem como o trabalho feminino e infantil em paralelo ou em substituição ao trabalho masculino devido à sua menor remuneração, cumpre a função de desagregar<sup>20</sup> a família.

Engels (2010) continua afirmando que para o surgimento do capitalismo foi necessário o fim das relações patriarcais, que perduram mais tempo no campo, mas acabam sucumbindo, tendo em vista que somente quando operário se afasta do patrão e se torna um estranho para ele, apenas quando seus laços se restringem exclusivamente aos interesses do lucro, diferentemente dos laços feudais que atavam o servo ao senhor

---

<sup>20</sup> Avaliamos como importante ressaltar que o autor apresenta esse tópico como uma condenação dos homens ao trabalho doméstico, com uma inversão dos papéis familiares de modo degradante e com amplas consequências morais, em uma situação que “tolhe o caráter viril do homem e a feminilidade da mulher, sem oferecer ao homem uma verdadeira feminilidade e à mulher uma verdadeira virilidade” (ENGELS, 2010, p. 184). Aqui gostaríamos de destacar que nos opomos a quaisquer possíveis naturalizações dos papéis atribuídos aos homens e mulheres que possam ser compreendidos a partir desse trecho.

através do vínculo pela terra, é que se torna possível compreender sua posição e seus interesses. Nesse sentido, os laços feudais foram superados pela lógica do lucro, após a expulsão do campo e a libertação da relação de servidão, e torna-se possível o desenvolvimento objetificado<sup>21</sup> do operário pela indústria.

A partir disso nos questionamos se estariam realmente superadas as relações patriarcais sob o capital. Saffioti (2015) compreende o patriarcado como um sistema com relações hierárquicas entre seres socialmente desiguais, e defende que bem como foi necessária a dissolução da antiga forma de família, foi necessário o surgimento de uma nova, na qual se reinscrevem parte das leis presentes no sistema feudal e antigo, agora com uma nova roupagem.

Nesse sentido, Marx (2011a) disserta que os papéis atribuídos às mulheres e crianças na produção capitalista e seu distanciamento da vida doméstica e familiar irão gerar “o novo fundamento econômico para uma forma superior de família e das relações entre os sexos (MARX, 2011a, p.554). Souza (2006) corrobora na análise afirmando que a separação entre o trabalho produtivo e reprodutivo implicou em mudanças na estrutura familiar, locus onde o domínio dos homens sobre as mulheres guarda relação com seu domínio sobre o patrimônio, através da divisão dos papéis sexuais.

Marx (2011a) explana que com o surgimento da manufatura o trabalho de mulheres e crianças foi amplamente utilizado, tanto nas fábricas quanto no trabalho a domicílio, este, complementar ao trabalho fabril e importante na redução de seus custos. Crianças a partir de três anos trabalhavam por horas a fio, e seus “pais, mergulhados na miséria e degradação, só pensam em extrair o máximo de seus filhos. Estes, depois de crescidos, não querem mais saber dos pais e os abandonam” (MARX ENGELS, 2011a, 533). Essa ruptura dos vínculos familiares sob a qual Engels (2010) já havia discorrido se apresenta como o xeque mate sobre o pátrio poder familiar, de modo que a indústria moderna dissolve “a base econômica da família antiga e o correspondente trabalho familiar, desintegrando também as velhas relações familiares” (MARX, 2011a, p. 554).

Por outro lado, com o desenvolvimento da manufatura em máquina a vapor e as subsequentes descobertas da indústria moderna se faz necessária a substituição da miserabilidade e subdesenvolvimento do operariado por seres humanos plenamente capazes de desenvolver suas potencialidades para o trabalho, atendendo às novas

---

<sup>21</sup> No prefácio à edição alemã de 1892 Engels faz uma ressalva ao próprio trabalho corrigindo o que apontava no período em que o trabalho do operário era vendido ao capitalista, e não sua força de trabalho, por período e condições determinadas.

necessidades da exploração capitalista. Nesse momento, tornam-se necessárias leis fabris que irão regulamentar a produção social, com regras sobre a compra e a venda da força e trabalho, em especial a infantil e de mulheres, com restrições de carga horária, tipos e condições de trabalho, além de tornar obrigatória a frequência escolar das crianças.

Com isso, junto à burguesia nascente surge a necessidade de se regular a oferta da força de trabalho, e o necessário controle sobre a sua quantidade e qualidade, e do mesmo modo como o capital necessita e permite o controle sobre o processo de produção das demais mercadorias, assim o faz com a sua mercadoria especial, a força de trabalho, relegando ao Estado e a seus mecanismos coercitivos e ideológicos o caminho para controlar a oferta de força de trabalho, diretamente relacionada com o controle sobre a sexualidade feminina, sobre a família e sobre os papéis familiares (FEDERICI, 2017).

Nesse sentido, aos poucos se ergue uma nova divisão social e sexual do trabalho em que as mulheres cumprirão função central na produção e reprodução da força de trabalho. No período anterior o trabalho produtivo e reprodutivo, de produção de bens e de reprodução da vida, não se apresentava cindido, tampouco a força de trabalho se apresentava como uma mercadoria. Com o desaparecimento da economia de subsistência, a unidade entre produção e reprodução vai sendo substituída pela cisão entre o trabalho voltado para produção de valor e o trabalho reprodutivo, por vezes sequer considerado trabalho, invisibilizando sua importância na acumulação e produção capitalistas.

Aos poucos as mulheres vão perdendo espaço nas esferas produtivas, em um contínuo processo de substituição de mulheres por homens nas profissões, negando treinamento profissional às mulheres. O casamento passa a ser visto como verdadeira carreira e a relação com a prostituição se apresenta de forma contraditória. Inicialmente ela passa a ser importante possibilidade de sobrevivência para as mulheres, ampliando-se por toda parte, e em seguida é proibida. Federici (2017) relaciona a proibição da prostituição com expulsão das mulheres do trabalho organizado e assalariado com a aparição da figura da dona de casa e a redefinição da família como locus de produção da força de trabalho (FEDERICI, 2017).

O processo de erosão de direito já era observado entre os séculos XVI e XVII, de modo que a literatura já retrata a ampla divisão entre o masculino e o feminino, e aos poucos surgirá um novo modelo de feminilidade que irá representar a esposa ideal, passiva, obediente, casta, doce e meiga, diferente da figura anterior que encenava a feminilidade, a bruxa selvagem, sexualizada, perigosa e temível (FEDERICI, 2017).

O embrião da política reprodutiva capitalista já se gestava desde o final do século XVII, na qual o capital irá construir a feminilidade como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, além de confinar as mulheres à esfera do trabalho reprodutivo. No século XIX atinge-se o ápice dessas mudanças, ao se criar a figura da dona de casa em tempo integral<sup>22</sup>, redefinindo a posição social das mulheres em relação aos homens (FEDERICI, 2017).

Marx (2011a) afirma que o produto esconde o processo através do qual foi produzido, ao discorrer sobre como a forma mercadoria oculta seu próprio processo de produção e os trabalhadores e trabalhadoras responsáveis por ela. Nesse sentido, retomamos Marx (2011a) para ampliar as lentes sobre o processo de produção e reprodução capitalista e observar o modo como o ocultamento do trabalhador e da trabalhadora do processo produtivo também se apresenta no trabalho reprodutivo, invisibilizado e negado como trabalho.

Desse modo, desde o surgimento das classes sociais e da oposição entre homens e mulheres, percorre-se o caminho em que a consolidação da família como unidade econômica rompe com a organização coletiva da vida, representando os interesses privados da sociedade ao se apresentar como guardião da propriedade privada, de forma que as famílias se colocam em oposição umas às outras na luta pela sobrevivência.

Com o desenvolvimento da civilização, o caráter anteriormente coletivo da reprodução da vida vai se reduzindo cada vez mais à responsabilidade da unidade familiar, chegando a sua última forma no capital (REED, 2008), onde a família é negada como unidade produtiva e reafirmada como unidade reprodutiva. Desse modo, Leacock (2019) defende que a família se apresenta como unidade econômica da sociedade, responsável pela reprodução da força de trabalho, e este é o elemento central da subjugação das mulheres.

Com isso, sob a necessidade de reduzir o valor da força de trabalho, a família é separada da esfera pública, consolidando-se como instituição central para a apropriação e ocultamento do trabalho das mulheres, de modo que a dominação das mulheres representa uma condição para a acumulação de trabalho e riqueza, que irá ocultar a exploração do trabalho relegado às mulheres, o trabalho doméstico.

Reis (1989) percorre o processo de desenvolvimento da família ao longo da história para se chegar em sua última forma, a família mononuclear burguesa, ressaltando

---

<sup>22</sup> Mudanças na forma como as mulheres se relacionam com o trabalho produtivo a depender do momento do ciclo econômico do capital em que se encontre.

a forma como as relações sociais de produção irão determiná-la. O autor apresenta a família como constituída ao redor da necessidade da reprodução, mediando a relação entre indivíduo e sociedade, tendo em vista que ela é a primeira a apresentar a sociedade para o indivíduo, em suas regras gerais, é a primeira a apresentar a forma social sobre a qual organizaremos nossa personalidade, desenvolvendo a socialização básica dos papéis sociais a serem cumpridos e a estruturação da personalidade. Nesse sentido, o autor localiza na família duas funções centrais, a reposição da força de trabalho e a perpetuação da ideologia.

Poster (1979) descreve as diferentes formas que assume a família<sup>23</sup> a partir do século XVI, até atingir sua forma contemporânea, a família mononuclear burguesa. O autor percorre as formas de família aristocrata, camponesa proletária e burguesa, ressaltando as três etapas do desenvolvimento da família proletária, que com o desenvolvimento e consolidação do capitalismo, se aproxima paulatinamente do modelo familiar da classe dominante.

A primeira fase de constituição da família proletária diz respeito ao período da Revolução Industrial, com amplas jornadas de trabalho de todos os membros da família e péssimas condições de trabalho e vida a manutenção dos vínculos comunitários e resquícios das relações camponesas era ferramenta indispensável para a garantia da sobrevivência, em que os filhos eram criados de maneira informal e sem grandes vínculos de atenção e fiscalização por parte dos pais (POSTER, 1979).

A sua segunda etapa corresponde à segunda metade do século XIX, período no qual se desenvolvem setores mais qualificados do operariado, tendo em vista que o desenvolvimento da maquinaria torna necessário superar seu período de subdesenvolvimento, outorgado através da generalização das leis fabris. Nessa fase os papéis sexuais se aproximam daqueles exercidos pela burguesia, nos quais as mulheres passavam mais tempo em casa e com os filhos, desenvolvendo uma rede de apoio feminina entre mães, filhas e outras familiares, e os homens ocupavam-se da fábrica e da vida pública (POSTER, 1979).

Na terceira fase, ocorrida no século XX, após a mudança da família proletária para os subúrbios, encerram-se os vínculos comunitários isolando a mulher no lar e em sua unidade familiar, valoriza-se a educação dos filhos como prioridade da família, bem como se acentua a autoridade paterna. Nesse momento, a família proletária praticamente não se

---

<sup>23</sup> Poster (1979) ressalta que os dados utilizados partem majoritariamente da história da família europeia.

diferencia da família burguesa na sua constituição emocional e ideológica (POSTER, 1979).

Por fim, o autor apresenta a família burguesa, nascida na Europa em meados do século XVII, que se consolida na configuração nova para as novas necessidades do período no início do século XIX. Algumas características essenciais destacadas pelo autor são a individualização da família e seu fechamento em si mesma, a rigorosa divisão sexual entre papéis masculinos e femininos, sendo o homem provedor e a mulher responsável pelo cuidado da casa, e o cuidado dos filhos se torna o principal objetivo da família, tornando objetivo das mulheres se tornarem mais perfeitas (POSTER, 1979).

A partir do trabalho de Poster (1979), Reis (1989) destaca que a generalização do modelo de família mononuclear burguesa, em substituição à família colonial extensa foi adotada como modelo pelo Estado nacional, e a transição foi fortalecida pelo movimento higienista, desenvolvendo-se em rígida hierarquia de idade e sexo, modelo no qual a família proletária passa a reproduzir, primeiramente e sempre que necessário através da violência, e em segundo lugar e sempre que possível, através da ideologia.

Além disso, Reis (1989) ressalta que a família, tendo em vista ser o primeiro contato dos seres humanos com a forma como se organiza a sociedade, irá cumprir a função de perpetuar os papéis sociais promovidos pela dominação de classes e divisão social e sexual do trabalho, naturalizando-os, e apresentando-se como uma extensão do Estado, outorgando as normas ditadas por ele, além de ocultar a sua determinação histórica.

Com isso, a família foi sendo forjada como locus do trabalho reprodutivo, onde se realiza o trabalho necessário para a reposição da mercadoria força de trabalho no mercado. Dessa forma, entendemos que o processo de desenvolvimento de uma política reprodutivista que cindiu produção e reprodução, com profunda divisão sexual do trabalho e marcada pela opressão e oposição entre homens e mulheres é um dos elementos que compõe a transição entre o que chamamos de subsunção formal para a subsunção real ao modo de produção capitalista.

A exploração atinge níveis mais profundos conforme se aprofunda e sofisticada o grau de opressão entre homens e mulheres, com a intensificação da divisão sexual do trabalho e o ocultamento do trabalho das mulheres. É importante assinalar que o surgimento da clássica figura da dona de casa também representa uma resposta a um primeiro ciclo de lutas da classe trabalhadora, que anteriormente se encontrava sob

condições extremamente precárias de sobrevivência, a família moderna só nasce após esse período.

A partir da necessidade colocada pelo período de se regular a produção da mercadoria força de trabalho, em quantidade e qualidade, além de discipliná-la, o Estado, através da Igreja e da família, dois dos seus principais instrumentos ideológicos, construiu a individualização da reprodução no núcleo familiar, atribuindo às mulheres a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo e negando-o como trabalho, aprofundando as divisões entre homens e mulheres e eliminando comportamentos femininos indesejados, definindo a família como locus da produção da força de trabalho, de forma não paga. A partir disso, desenvolvem-se as características subjetivas do feminino e do masculino que alimentam a divisão sexual do trabalho, e colocam homens e mulheres em oposição, cumprindo também a função de dificultar sua organização e reconhecimento como classe e do verdadeiro inimigo a ser combatido.

Nesse sentido, a opressão das mulheres representa um instrumento do capital de combate à luta organizada do proletariado e de controle sobre a produção de sua mercadoria mais importante, a força de trabalho. Para aprofundar no debate desse tópico, adentraremos agora na discussão sobre o trabalho responsável pela produção dessa mercadoria especial, a única capaz de produzir mais valor do que ela vale, e motor do modo de produção capitalista, o trabalho doméstico.

#### **4- O trabalho doméstico como elo entre opressão das mulheres e exploração capitalista**

“Meu Deus, porque vivi eu? Pancadas... o trabalho... não via ninguém senão o meu marido, não conhecia senão o medo. Nem mesmo reparei como o Paulo crescia. Acarínhei-o quando o meu marido era vivo? Nem sequer sei. Todos os meus cuidados, todos os meus pensamentos, relacionavam-se apenas com a preocupação de nutrir aquele animal selvagem; que ele estivesse satisfeito e farto, servi-lo a tempo para que não encolerizasse, que não me enchesse de pancadas, que me poupasse ao menos dessa vez. Recordo-me que nunca me poupou; batia-me sempre. Dir-se-ia que não era por mim, mas por todos os que odiava. Vivi assim vinte anos e ignoro tudo o que houve

antes do meu casamento. Às vezes vêm-me lembranças à cabeça, mas, depois, fico como cega, não vejo mais nada”.

(Maximo Gorki)

Na última sessão, apresentamos os elementos que avaliamos como eixos centrais que formam a base para o debate acerca do papel do trabalho doméstico não pago como elo entre a opressão das mulheres e exploração capitalista, os conceitos de trabalho e força de trabalho, valor, mais valia absoluta e relativa; a acumulação primitiva de capital e sua intercambialidade com a opressão das mulheres; a relação entre produção e reprodução; a política reprodutivista e a consolidação da divisão sexual do trabalho; o desenvolvimento de um modelo de feminilidade; o desenvolvimento e a consolidação do modelo de família mononuclear burguesa como dominante.

Nesta sessão buscaremos adentrar nos elementos específicos que defendemos constituir essa relação, para tanto, dividiremos nossa análise em três eixos: 1) a análise do trabalho doméstico realizado de forma não paga e a relação que guarda com a produção da mercadoria força de trabalho; 2) a investigação do trabalho feminino remunerado, traçando alguns elementos iniciais acerca da relação que estabelece com o trabalho doméstico não remunerado; e, por fim, 3) o papel da ideologia na vinculação do trabalho doméstico não remunerado com opressão das mulheres e exploração capitalista.

#### *4.1- O trabalho doméstico não remunerado e a produção da mercadoria força de trabalho*

Bottomore (2013) inicia a discussão acerca do papel do trabalho doméstico no ciclo do capital, questionando se o mesmo figura como produtor de valores de uso, de mercadorias ou ainda de mais valia. O autor ressalta que esse debate tem origem na discussão acerca da reprodução simples e ampliada do capital como localizados na estrutura ou na superestrutura do modo de produção capitalista, que vem gerando divergências entre os teóricos da economia política, bem como críticas entre as feministas marxistas, e apresenta essa divergência como a chave para a articulação entre a opressão das mulheres e exploração capitalista.

A partir disso, Araújo (2000) defende que nossa análise sobre a relação entre opressão e exploração não deve ser realizada na esfera privada, ou ainda ideológica, mas

que deve olhar para as bases necessárias para compreender como se articulam, ao entender o valor social do trabalho e em que momento do ciclo do capital se encontra o trabalho doméstico não pago, tornando possível que a divisão sexual do trabalho e da vida entre homens e mulheres ganhe um caráter naturalizado e a-histórico.

Marx e Engels (2011a) ao discorrerem sobre o processo de reprodução do capital descrevem a impossibilidade da existência da produção sem a reprodução, na qual esta irá repetir as condições daquela. Desse modo, uma parcela do que foi produzido será destinado aos elementos da produção nova, de forma que “a reprodução é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital, isto é, como valor que se expande” (MARX, 2011a, p. 661). Nesse sentido, os autores separam a parcela da produção que será destinada ao consumo produtivo e a parcela destinada ao consumo individual.

Os autores seguem explicando que o processo produtivo tem início com a compra da força de trabalho por um tempo previamente estipulado, e que ao se colocar em movimento irá “produzir o fundo para o seu próprio pagamento” (MARX, 2011a, p. 662), o chamado trabalho necessário. O trabalho excedente ao necessário é aquele que produz um valor novo, produz a mais valia que é expropriada pelo dono dos meios de produção e comprador da força de trabalho. Ao se colocarem em movimento as máquinas, instalações e matérias primas, de modo geral, os meios de produção necessários para a produção de uma nova mercadoria, movimento que se dá através da força de trabalho, o valor antigo das mercadorias já prontas é transferido para a mercadoria nova, gerando um desgaste parcial ou consumo total dos meios necessários para a sua produção, a este processo de desgaste chamamos consumo produtivo.

Ao olhar para o processo de produção da força de trabalho, que também se desgasta com o decorrer dos dias e durante o processo produtivo, aparentemente se trata apenas da vida do trabalhador, e dos meios necessários para mantê-la, e, portanto, poderíamos pensar que se trata de um consumo individual, não produtivo. Entretanto, a vida do trabalhador e a continuidade de sua reposição como força de trabalho no mercado é tão necessária quanto a manutenção dos demais meios de produção. Nesse sentido, o consumo de meios de subsistência “serve para reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores” (MARX, 2011a, p. 667), de modo que o consumo individual pelo trabalhador dos meios de subsistência necessários à sua sobrevivência se convertem em “nova força de trabalho explorável pelo capital, produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador” (MARX, 2011a, p. 667).

Com isso, Marx (2011a) defende que o consumo aparentemente individual do mínimo necessário para a garantia da sobrevivência da mercadoria força de trabalho em essência é consumo produtivo. Discorremos sobre esse trecho para pensar a pergunta levantada por Bottomore (2013), acerca de que momento do ciclo de produção se encontra o trabalho reprodutivo, e conseqüentemente, o trabalho doméstico.

Nesse sentido, Iasi (2011b) defende que para pensarmos o papel do trabalho doméstico é importante retomarmos o conceito de trabalho em Marx e Engels (2011a), em três de seus elementos centrais: 1- O de constituir a relação dos seres humanos com a natureza para manterem-se vivos, produzindo valores de uso e transformando-se a si próprios nesse processo, humanizando-se; 2 - Ao processo de produção de valor, que caracteriza uma sociedade que produz mercadorias; 3- E, por fim, o processo de produção de mais valia, que pressupõe uma sociedade capitalista.

Num primeiro ponto, ao compreendermos que o trabalho doméstico representa um conjunto de tarefas concretas de limpeza, preparo de alimentos, cuidado de crianças e idosos, etc., ou seja, tarefas que transformam a natureza, realizadas através da prévia ideação, e que se adequam a um fim, a sobrevivência humana, entendemos que o mesmo apresenta os elementos necessários para se enquadrar como uma atividade de trabalho, produzindo valores de uso (MARX, 2011a; IASI, 2011b).

Federici (2019) corrobora na defesa da necessidade de se reconhecer o trabalho doméstico como trabalho, invisibilizado e naturalizado como parte da feminilidade. Com isso, entendemos que o trabalho doméstico produz valores de uso, e que a invisibilização desta atividade como trabalho compõe uma das funções da opressão das mulheres no modo de produção capitalista, mas ainda precisamos de mais elementos para analisar essa relação.

Em segundo lugar, tratando-se do processo de produção de valor, o trabalho reprodutivo representa a atividade que irá cotidianamente repor a força de trabalho para vender-se no mercado. Como vimos, a força de trabalho sob o capital representa uma mercadoria particular, a única capaz de produzir mais valor do que ela própria vale, ainda assim segue a lei geral do valor para determinar o seu próprio valor. Desse modo, o valor da força de trabalho é determinado pelo quantum de trabalho necessário para produzi-la, e conseqüentemente, reproduzi-la. (MARX, 2011a; IASI, 2011b)

Ao refletirmos sobre o trabalho necessário para que a força de trabalho se ponha de pé ao decorrer dos dias, repondo o desgaste produzido nos processos de trabalho ou ainda repondo a si própria quando, inútil para a compra, deixa de existir, falamos em

trabalho doméstico. Para manterem-se vivos, os trabalhadores e trabalhadoras, donos da mercadoria força de trabalho precisam atender às necessidades de comer, beber, vestir, morar e reproduzir-se, atividades que são satisfeitas em grande parte<sup>24</sup> através do trabalho doméstico. Este trabalho transformará matérias primas em um novo valor de uso pronto para a reposição da força de trabalho, ao preparar uma refeição, por exemplo. Dessa forma, diferentemente da refeição preparada, o trabalho doméstico figura não como valor de uso, e sim como um serviço, produtor de valor. E, nesse sentido, a manutenção da força de trabalho é o produto em questão. Com isso, o trabalho doméstico, ainda que não seja pago, compõe o valor da força de trabalho, e poderá ou não apresentar-se como uma mercadoria a depender da relação em que se encontre, de assalariamento ou não assalariamento (IASI, 2011b).

A partir da conclusão que o trabalho doméstico é produtor de valor, especificamente pela quantidade de trabalho necessária para produzir a mercadoria força de trabalho por ele realizada, retomamos Marx (2011a) para apresentar que é necessidade permanente do capital a conservação e reprodução da classe trabalhadora. Com isso, o capitalista, para garantir seus lucros, se esforça para restringir ao mínimo o consumo necessário para manter a força de trabalho viva, regulando seu valor. Portanto, Federici (2019) discute que o trabalho doméstico realizado no âmbito familiar representa a base da exploração fabril, de modo que o trabalho reprodutivo realizado de forma não paga cumpre o papel de manter reduzido o valor da força de trabalho.

Marx (2011a) apresenta que “a reprodução da classe trabalhadora envolve ao mesmo tempo a transferência e a acumulação da habilidade<sup>25</sup>, de uma geração para a outra” (MARX, 2011a, p. 669). Ao analisar a história do desenvolvimento do capitalismo com Engels (2010) vimos que desde a mais tenra infância as meninas, bem como suas mães, já estavam no espaço fabril, ficando impossibilitadas de perpassarem o processo de aprendizado e desenvolvimento de habilidades necessárias para o trabalho doméstico e inaptas para a sua operacionalização. No momento seguinte, apresenta-se o desenvolvimento de uma nova ordem patriarcal na qual se reinscrevem os papéis sociais atribuídos a cada sexo, representando não mais uma subsunção formal ao capital, mas uma subsunção real, na qual se confinam às mulheres ao âmbito privado e do lar e as

---

<sup>24</sup> Bottomore (2013) faz destaque à necessidade de compreensão da relação estabelecida entre o trabalho reprodutivo da força de trabalho realizado no âmbito do lar, o trabalho doméstico, e o mesmo trabalho realizado socialmente, para compreensão desse debate.

<sup>25</sup> Neste trecho, o autor discorre sobre a importância da acumulação e preparo da habilidade do trabalhador para a execução de suas funções.

responsabiliza – novamente – pelo desenvolvimento do trabalho doméstico de forma não paga.

A partir disso, Federici (2019) defende que o desenvolvimento de atributos da feminilidade como funções-trabalho naturalizam o trabalho doméstico como parte da natureza feminina, ocultando seu papel central como responsável pela produção da mercadoria força de trabalho, alocando a família como pilar da produção capitalista, criada para institucionalizar o trabalho não pago.

Como já dissemos, o ápice da caça às bruxas e do desenvolvimento dos novos papéis sociais atribuídos ao feminino e ao masculino coincidem com o período de colonização e escravização. Um dos papéis centrais cumprido tanto pela colonização quanto pela escravização características do período de acumulação primitiva era reduzir o valor das mercadorias responsáveis pela manutenção da força de trabalho, ou seja, reduzir o valor das matérias-primas que representavam bens de consumo, de modo que se acumulava tanto o trabalho morto, na forma de bens roubados, as matérias-primas; como o trabalho vivo, seres humanos disponíveis para a exploração (FEDERICI, 2017).

Nesse sentido, o trabalho escravo realizado nas colônias cumpria a função de produzir bens de consumo de forma mais barata, a ser acessado pelos trabalhadores e trabalhadoras industriais e assalariados na metrópole, de modo que seu salário operava como um veículo de realização do valor dos produtos do trabalho realizado de forma não paga, integrando o trabalho escravo à produção e reprodução ao ampliar a parte não remunerada dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados através do trabalho não remunerado realizado por outros trabalhadores e trabalhadoras (FEDERICI, 2017).

Em uma analogia entre o papel do trabalho escravo e o papel do trabalho doméstico realizado de forma não paga Federici (2017) defende que o trabalho reprodutivo não pago será incorporado na fábrica, quando a mercadoria força de trabalho se coloca em movimento para produzir mais valor, transferindo-o para a mercadoria produzida, de modo que se organiza a exploração do trabalho não assalariado através do trabalho assalariado.

A partir disso, adentramos no debate do terceiro tópico, que interroga se trabalho doméstico é produtor de mais valia. Iasi (2011b) defende que ao se levar em conta o não assalariamento do trabalho doméstico, quando realizado no âmbito do lar, e o fato do mesmo não ser utilizado para se valorizar o capital inicialmente investido, faz com que o trabalho doméstico seja um trabalho improdutivo, ou seja, não produtor de mais valia. É importante retomar Marx (2011) para afirmar que não há vantagem em ser trabalhador

produtivo de mais valia, não representando uma hierarquia entre trabalhadores produtivos e improdutivos.

Após a superação do primeiro momento do surgimento do capital, o período imediato após a revolução industrial, desenvolveu-se uma subsunção real ao capital, na qual já havia se consolidado uma classe trabalhadora que naturaliza as leis do modo de produção por intermédio da educação, tradição e costumes, de modo que as mudanças promovidas na organização familiar, a consolidação da política reprodutivista, da divisão sexual do trabalho e da mulher como responsável pelo trabalho doméstico, fazem parte da mudança na forma de exploração, saindo de um período de extensão da apropriação mais valia absoluta para intensificação da produção da mais valia relativa.

Federidi (2019) retoma Marx (2011) para afirmar que uma mudança na forma de exploração, de extensão da jornada e redução do salário para intensificação do trabalho, de mudança na extensão da mais valia absoluta para intensificação da relativa, foi erguida sobre a base que irá excluir as mulheres do recebimento de salários, mudando a forma sob a qual se apresentava o trabalho feminino após a revolução industrial, com uma crescente diferenciação do trabalho de homens e mulheres que passarão a sustentar relações sociais diferentes.

Nesse sentido, consideramos o desenvolvimento de uma nova configuração da divisão social e sexual do trabalho que relega às mulheres o trabalho reprodutivo, o invisibiliza enquanto uma função-trabalho e o naturaliza como característica feminina, como alterações nas condições técnicas e sociais do trabalho, características do período de mudança na forma de exploração que transitava da extensão da mais valia absoluta para intensificação da relativa.

Com isso, a reafirmação da família como unidade produtiva da força de trabalho, sendo as mulheres as principais responsáveis por sua reprodução, deriva do rigoroso controle necessário à produção dessa mercadoria, controle que é realizado de forma mais ou menos indireta através da opressão das mulheres, de modo que tanto se possa regular a quantidade e qualidade da mercadoria em questão, quanto, ao viabilizar que o trabalho doméstico seja realizado de forma não paga, promover as condições necessárias para ampliar a apropriação da mais valia relativa por meio da redução do valor da força de trabalho (FEDERICI, 2019).

Com o desenvolvimento tecnológico, tem se produzido equipamentos cada vez mais sofisticados em executar diversas tarefas do âmbito doméstico com tempo reduzido, máquinas de lavar e secar roupas, lava-louças, robôs aspiradores, entre outros. Esse

avanço poderia significar a redução significativa da quantidade de trabalho doméstico em uma família, o que em parte é verdade. Entretanto, é importante marcar a distância que existe entre a tecnologia já disponível para a realização do trabalho doméstico e a tecnologia que é de acesso às mulheres trabalhadoras. É a condição de assalariadas que determina a quantidade e qualidade da tecnologia a qual essas mulheres farão uso (FEDERICI, 2019). Desse modo, mesmo que aja um avanço tecnológico que reduza consideravelmente a quantidade de trabalho doméstico necessário para se manter uma família viva, esse tempo será marcado pela sua situação de classe, e seu acesso às mercadorias produzidas.

Pensando no papel da luta de classes, a pauta defendida pelas mulheres pela dessexualização do trabalho doméstico e redistribuição do mesmo, é dificultada quando nasce um bebê, tendo em vista que o homem perde direitos<sup>26</sup> quando se afasta do trabalho para cuidar dos filhos. Além disso, os baixos salários femininos culminam na redução geral da remuneração familiar quando homens e mulheres estão empregados em períodos iguais, o que representa um obstáculo muito maior do que a resistência masculina em realizar esses trabalhos por serem socialmente considerados como femininos (FEDERICI, 2019, p. 104). Por outro lado, tendo em vista o risco de demissão por perseguição política daqueles envolvidos com a militância por melhores condições de trabalho, o salário duplo na família permite maior resistência à perda de direitos e fortalece o enfrentamento político, por oferecer maior segurança econômica ao núcleo familiar (FEDERICI, 2019).

Tendo isso em vista, Reed (2008) ressalta que é característica do capitalismo a desigualdade entre os sexos, em que as mulheres cumprem o papel de subordinadas, e destaca que essa subordinação é ao capital, representado pela figura masculina no seio da família, servindo a ele com o trabalho doméstico não pago, que cumpre o papel de manter viva a força de trabalho que mantém o capital em funcionamento. Nesse sentido, a oposição aparentemente entre os sexos, garante a regulação da oferta da força de trabalho em quantidade e qualidade, mantém reduzido o valor da força de trabalho de modo geral ao não remunerar o trabalho doméstico e intensifica a expropriação da mais valia relativa.

---

<sup>26</sup> A Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 (CONGRESSO NACIONAL, 1991) que versa sobre planos de benefícios da previdência social e dá outras providências discorre sobre o direito legal das mulheres de afastamento remunerado do trabalho como proteção à maternidade por 120 dias, não apresentando nenhuma consideração sobre um afastamento paterno do trabalho no período de nascimento dos filhos. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 7º, XIX e art. 10, § 1º, concede cinco dias de afastamento remunerado do trabalho ao pai.

#### 4.2- *Trabalho feminino remunerado e sua relação com o trabalho doméstico não remunerado*

Antes de adentrar na análise específica do papel do trabalho doméstico não remunerado na compra e venda da força de trabalho das mulheres, gostaríamos de discutir alguns elementos gerais sobre trabalho feminino remunerado. Saffioti (2013) aponta que as mulheres das classes ocupadas do trabalho nunca foram alheias a ele, em nenhum modo de produção, tanto em sua contribuição para a sobrevivência da espécie através do trabalho no seio da família quanto na produção de riqueza social. Reed (2008) corrobora no debate apresentando que mesmo nos períodos em que a mulher sai de casa ocupando-se também do trabalho produtivo, a desigualdade permanece.

Davis (2016) faz uma ressalva para destacar que entre as mulheres negras a relação com o trabalho fora do âmbito doméstico sempre foi proporcionalmente maior que das mulheres brancas, ganhando particularidades na forma como se manifesta sua opressão-exploração desde o período de acumulação primitiva, quando a escravização se estende pelo mundo através da colonização, até os dias atuais.

Nas etapas pré-capitalistas, enquanto a família operava como unidade econômica responsável pelo trabalho produtivo e reprodutivo, mulheres e crianças ocupavam papel econômico fundamental. A baixa produtividade dos sistemas pré-capitalistas permite, e necessita, que as mulheres não sejam excluídas do sistema produtivo para garantir a ociosidade das classes dominantes. Ainda assim, as posições ocupadas pelas mulheres neste então já eram subalternas, de pouco prestígio e com remuneração reduzida (SAFFIOTI, 2013).

No capital, o emprego da força de trabalho de modo geral irá se configurar de diferentes modos a depender da formação econômica e social em que se encontre, bem como a força de trabalho masculina ou feminina irá se apresentar em características diferentes, sujeitas ao desenvolvimento das forças produtivas, tendo em vista que o capital combina as características de cada formação social aos caracteres naturais dos indivíduos, em especial os caracteres raciais e sexuais para determinar a forma da exploração em cada localidade (SAFFIOTI, 2013).

Nos países subdesenvolvidos, em seu processo de industrialização, ou reconstrução após períodos de crise, emprega-se de forma mais ampla a força de trabalho feminina, entretanto, na maioria das vezes em funções não produtivas, continuando à margem do sistema produtivo. Conforme cresce o grau de industrialização, a força de

trabalho das mulheres vai sendo absorvida nos setores produtivos, com novo retrocesso quando se colocam momentos de crise e assim por diante (SAFFIOTI, 2013).

A sociedade de classes, por colocar em oposição as forças produtivas e as relações sociais de produção, periodicamente produz crises, tendo em vista que em certo momento do seu ciclo, a organização do modo de produção deixa de se apresentar como forma de desenvolvimento social e se apresenta como entrave. Sob o capitalismo, diferentemente dos modos de produção anteriores, fala-se em crise não pela escassez de produtos necessários à sobrevivência humana, mas por superprodução, colimando na queda da taxa de lucros expropriada pela burguesia. Nesses momentos, torna-se necessário ao capital destruir suas forças produtivas que estão produzidas em excesso, queimando capital constante e variável e reinscrevendo o processo de acumulação e expansão do capital, em busca de novos mercados e de uma exploração mais intensa dos mercados antigos (MARX; ENGELS, 2001).

Nesse sentido, a depender do momento do ciclo econômico do capital em que se encontre, em período de crescimento, quando se convoca uma parcela do exército industrial de reserva a ocupar seus postos buscando ampliar a expropriação de mais valia, ou de crise, quando se reinscreve a necessidade de acumulação e, por conseguinte, de queima de capital, as mulheres podem ser trazidas, em geral de forma periférica, ao conjunto dos trabalhos produtivos, ou ainda mandadas de volta aos seus lares, retornando aos postos em que despende a maior parcela de seu tempo com trabalho doméstico não pago.

Em momentos de crescimento econômico, o desenvolvimento da produção nacional promove a ampliação do setor terciário, que cresce também enquanto produtor de mais-valia, e as mulheres passam a ocupá-lo massivamente, exercendo funções de auxiliares, em trabalhos precarizados, com baixos salários e baixas condições organizativas (SAFFIOTI, 2013). O relativamente amplo contingente de mulheres neste setor não significa uma vitória, significa apenas mais uma expressão das formas de exploração do capital mediante as opressões.

As ocupações do setor terciário ficam mais vulneráveis aos efeitos das crises econômicas, de modo que as mulheres trabalhadoras nestes serviços se apresentam como as primeiras a serem dispensadas de seus postos nos momentos que se torna necessário destruir capital para retomada do crescimento da taxa de lucros e saída da crise. As transições entre emprego e desemprego, emprego sazonal, rotatividade, baixas remunerações, piores condições de trabalho, se manifestam de forma mais evidente no

setor de serviços, de modo que poderíamos nomear essas semiocupações de desemprego disfarçado (SAFFIOTI, 2013).

Dessa forma, ainda que as mulheres venham se inserindo cada vez mais no âmbito do trabalho realizado no espaço público, esse significativo aumento é composto por precarizações, desregulamentações, menor remuneração e menores direitos trabalhistas, para além do trabalho não remunerado realizado na esfera privada, compondo a exploração do trabalho feminino (ANTUNES, 2009).

Para exemplificar esse ponto, gostaríamos de tecer uma breve análise sobre o momento de crise econômica e sanitária que vivemos no Brasil e no mundo. A crise econômica em andamento é apontada há alguns anos como tendência por Souza (2020) através de Martins (2020) e Botelho (2020), uma crise de superprodução capitalista que foi acentuada pela crise sanitária em decorrência da pandemia do vírus Sars-CoV-2 e a necessidade de paralisar ou reduzir o trabalho como medida de contenção da doença, de modo que COVID-19 agrava um processo que já estava em andamento.

Souza (2020) ressalta que apesar do conhecimento dos órgãos internacionais da possibilidade de emergência de pandemias no mundo, não foram tomadas medidas de prevenção a elas, sem nos atermos essencialmente a essa questão, destacamos que o impacto da pandemia apresenta-se de formas diferentes a depender do país e da classe em que se encontra. As localidades mais atingidas são aquelas em que o isolamento social tem sido negligenciado pelos governantes, através da falta de políticas sociais que garantam os elementos básicos para a sobrevivência, sistemas de saúde em colapso e ou desassistidos, baixo acesso a equipamentos de proteção individual e testagem em massa, explicitando as dificuldades de desenvolvimento da ciência ou a priorização de determinados setores da indústria.

Entendemos que a forma como o enfrentamento à crise sanitária tem sido realizado, seja pelas ações que se concretizam seja pela ausência delas, compõe uma parcela das necessárias medidas de saída da crise econômica do capital, onde crises sanitárias, políticas e econômicas são parte das condições de sua existência. Com o encontro da crise sanitária e da crise econômica já em andamento, a necessidade do capital de destruir suas forças produtivas que estão produzidas em excesso, queimando capital constante e variável e reinscrevendo o processo de acumulação e expansão do capital, irá marcar a forma como as medidas de enfrentamento à COVID-19 serão realizadas, de modo que o número de mortos e adoecidos e a miserabilidade das condições de vida são determinados pela totalidade social do capitalismo.

Dessa forma, a crise em andamento produz mudanças na dinâmica da organização social do trabalho de modo geral. A necessidade do distanciamento social inaugura o trabalho remoto de forma ampliada<sup>27</sup> bem como altas taxas de desemprego, culminando na reorganização do espaço habitacional e das suas funções, aliando-se ao aumento do trabalho doméstico, tendo em vista o ensino remoto das crianças, a necessidade de intensificar os cuidados com higiene e as altas taxas de adoecimento. Consideramos que a conjuntura mundial impactou profundamente as condições de vida do conjunto da classe trabalhadora e gostaríamos de nos ater aos impactos produzidos diretamente na vida das mulheres.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), baseado nos dados coletados através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)<sup>28</sup>, avalia que uma parcela expressiva de mulheres perdeu sua ocupação no período da pandemia e muitas não buscaram uma nova inserção. Entre o 3º trimestre de 2019 e 2020, o contingente de mulheres fora da força de trabalho subiu 8,6 milhões, a ocupação feminina diminuiu 5,7 milhões e mais 504 mil mulheres passaram a ser desempregadas (DIEESE, 2021).

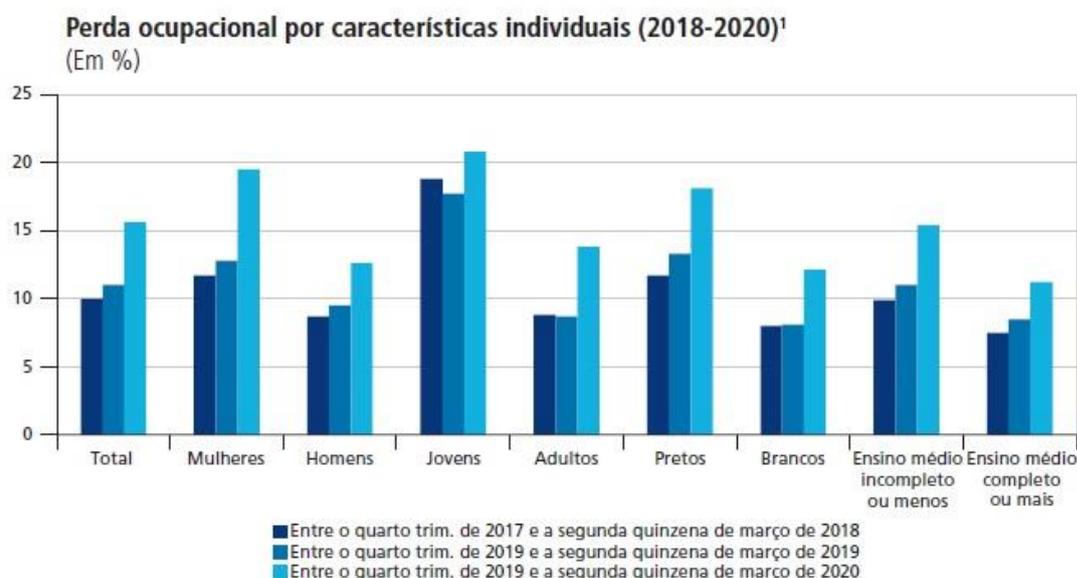
Entre as mulheres negras, a taxa de desemprego cresceu 3,2% e entre as não negras, 2,9%. A crise sanitária, econômica e social agravou a distância salarial entre homens e mulheres, em 2020, elas seguiram ganhando menos, mesmo quando ocupavam cargos de gerência ou direção ou com a mesma escolaridade, a hora paga foi R\$ 32,35 para elas e R\$ 45,83 para eles. O departamento entende que a conciliação dos cuidados com os filhos fora da escola, a preocupação com os idosos sob sua responsabilidade, os afazeres domésticos e as longas jornadas se inclina para o agravamento de problemas de saúde física e mental dessas mulheres (DIEESE, 2021).

Junto a esses dados, Barbosa, Costa e Hecksher (2020) também se utilizaram das informações da PNADC para sistematizar graficamente os dados acerca da perda ocupacional por características individuais, avaliando as variáveis analisadas sofreram os impactos do início da crise de forma desigual.

---

<sup>27</sup> É importante destacar que o trabalho remoto tem sido uma possibilidade apenas para uma parcela da classe trabalhadora, havendo grupos que não puderam isolar-se como medida de prevenção à doença, ou ainda que vivem em condições miseráveis em decorrência do desemprego. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ressalta que o perfil da pessoa em teletrabalho é predominantemente composto por pessoas ocupadas no setor formal, com escolaridade de nível superior completo, do sexo feminino, de cor branca e com idade entre 30 e 39 anos (GÓES; MARTINS; NASCIMENTO, 2021).

<sup>28</sup> Os dados apresentados se referem às primeiras consequências econômicas e sociais da COVID-19, tendo em vista que foram coletados até março de 2020, e a pandemia com seu início em fevereiro do mesmo ano.

**Gráfico 2 – Perda ocupacional por características individuais (2018-2020)**

**Fonte:** Barbosa, Costa e Hecksher baseados na PNAD Contínua/ IBGE de março de 2020

No gráfico apresentado destacamos o fato de que os grupos com maiores chances de perder o emprego no início da crise são as mulheres e os jovens, cerca de 20%. De fato, os resultados encontrados na nota produzida por Barbosa, Costa e Hecksher (2020) sugerem que os efeitos desta crise sobre o mercado de trabalho foram imediatos e afetam de forma desigual aos trabalhadores. Os mais afetados em termos de perda de ocupação foram as mulheres, os mais jovens, os pretos e pretas e os com menor nível de escolaridade. Na avaliação dos autores, a falta de atividades escolares presenciais e ao aumento das atividades domésticas e de cuidados é fator decisivo na maneira particular como a crise atinge as mulheres.

Outro ponto sobre o impacto da crise sobre a vida das mulheres é acerca da violência contra a mulher. Conforme pesquisa anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre a violência com as mulheres, 24,4% das brasileiras acima de 16 anos afirmou ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de covid-19. De modo que cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano (FBSP, 2021).

Ainda que o número apresentado seja alarmante, concretamente não significa um aumento percentual em relação ao ano anterior (27,4% em 2019), uma margem estável considerando os três pontos percentuais de margem de erro da pesquisa. Apesar da aparente redução representada pela queda nos registros policiais tradicionais, a nota

técnica destaca o aumento da violência letal e das chamadas em canais oficiais de ajuda, demonstrando que pode haver uma subnotificação no número de casos, além de dificuldades ao seu enfrentamento, tendo em vista a crise sanitária que prolonga a convivência das mulheres com seus agressores, reduz a renda familiar, aumenta das tensões em casa, isola a mulher, distanciando-a de uma potencial rede de proteção (FBSP, 2021).

Por último, gostaríamos de apresentar alguns dados sobre o emprego doméstico e a forma como foi afetado pela crise sanitária em andamento. O DIEESE (2020) apresenta que o emprego doméstico é caracterizado por altos níveis de informalidade, salários baixos e desproteção social e sindical, marcado por relações de assédio moral e sexual, representa uma das principais formas de ocupação das mulheres no Brasil. O país conta com o maior contingente de empregadas domésticas do mundo, composto por cerca de seis milhões de trabalhadoras, em sua maioria mulheres negras.

Marcado pela herança de relações de escravidão, combinam-se opressões raciais e de gênero para a manutenção da precariedade das condições de trabalho da categoria. A persistência de desigualdades raciais e de gênero, bem como a falta de oportunidade no mercado de trabalho para as mulheres pouco escolarizadas, em especial as mulheres negras, são fatores determinantes para explicar o grande contingente de pessoas inseridas nessa ocupação no país (DIEESE, 2020).

Junto a isso, emprego doméstico está entre as ocupações mais atingidas pelos efeitos da covid-19. Com a pandemia e as mudanças na forma como se realizam as atividades voltadas aos trabalhos reprodutivos, que exigiram a intensificação dos afazeres domésticos, aumentou-se a sobrecarga de tarefas para boa parte das mulheres que trabalham como empregadas nos lares (DIEESE, 2020).

Ainda que com a necessária intensificação dos afazeres domésticos, no primeiro trimestre de 2020 os dados apresentados pela PNADC foram de queda no emprego de trabalhadoras domésticas<sup>29</sup>. Também foi observado que uma parcela dessas trabalhadoras era solicitada a permanecer no local de trabalho para poupar seus empregadores do risco de transmissão da doença. Além disso, as mulheres empregadas possuem, de modo geral, uma média de idade alta, o que as coloca em situação de maior vulnerabilidade ante a pandemia (DIEESE, 2020).

---

<sup>29</sup> 385 mil pessoas, considerando homens e mulheres.

Dessa forma, a desproteção trabalhista, a informalidade do emprego, o isolamento das trabalhadoras entre si dificultando sua organização, além das relações de afeto que permeiam o emprego doméstico são características que marcam a maior vulnerabilidade da categoria aos efeitos da crise (DIEESE, 2020).

Com isso, observamos que dentro da classe trabalhadora há parcelas que irão sofrer de modo mais severo as medidas de saída da crise econômica, viabilizadas pela opressão, que se expressa no aumento da violência doméstica, no amplo desemprego entre as mulheres, na precariedade das condições de trabalho na saúde, majoritariamente ocupada por mulheres, na piora nas condições de vida, nos retrocessos legais, no aumento da carga horária de trabalho doméstico não-pago.

A entrada das mulheres em postos de trabalho produtivos, que em geral de já ocorre de forma periférica e precarizada, acompanha momentos de crescimento econômico, e em momento de recessão, retrocede, de modo que as mulheres retomam a seus antigos postos, ampliando a quantidade de tempo que dedicam ao trabalho doméstico não remunerado. Desse modo, a divisão sexual do trabalho, aparentemente determinada apenas por uma oposição moral que se coloca entre homens e mulheres é regulada em última instância, pela estrutura econômica e as necessidades dela decorrentes (SAFFIOTI, 2013).

Como vimos, o nascimento e consolidação da família nuclear se dão apenas após e dizimação massiva da força de trabalho tendo em vista as grandes epidemias bem como a organização social do trabalho com condições miseráveis e absolutamente insalubres presentes no momento do nascimento do capital, tornando necessário o disciplinamento e estabilização da quantidade e qualidade da força de trabalho, e nesse sentido, o capital passa a organizar a família nuclear como centro de sua reprodução.

Num momento de crise econômica aliado à crise sanitária, apresenta-se uma reorganização do trabalho na qual o papel da família também se reorganiza, reforçando os papéis sociais de gênero para organizar a divisão sexual do trabalho nos lares, reforçando o papel das mulheres como responsáveis pelo trabalho reprodutivo, ainda que se encontrem homens e mulheres em suas casas por um período de tempo praticamente integral.

Analisando mais especificamente a relação entre trabalho feminino remunerado e trabalho doméstico não remunerado, já apresentamos brevemente a quantidade de

dinheiro que seria movimentada no PIB do Brasil<sup>30</sup> e do mundo caso o trabalho doméstico fosse remunerado integralmente. A partir do desenvolvimento da divisão sexual de funções-trabalho, são necessários cerca de 20 anos de socialização e treinamento cotidianos realizados pela mãe não remunerada para formar a força de trabalho da filha, preparando-a para os papéis atribuídos a ela na sociedade, de esposa e mãe.

Junto a isso, as possibilidades de emprego para as mulheres são frequentemente extensões do trabalho doméstico, muitas vezes realizando as mesmas funções pelas quais são responsáveis em suas próprias casas, limpeza, preparo de alimentos, cuidado de crianças e idosos, com a diferença que se paga um salário; ou ainda, de forma um pouco mais indireta, funções que representam um eixo de cuidado, como empregos na saúde e na educação escolar, mas exigem uma formação técnica para além daquela proveniente dos anos de socialização e treinamento que em geral se estabelecem entre mãe e filha.

Federici (2019) entende que a formação para o trabalho doméstico da filha da classe trabalhadora ser realizada de forma não paga, descartando a necessidade de parte considerável dos investimentos para formação da força de trabalho que realizará funções de cuidado de modo geral, torna possível a menor remuneração da força de trabalho feminina já que se reduz o seu valor. Com isso, além da já demonstrada intensificação da expropriação da mais valia relativa em decorrência da redução geral do valor da força de trabalho promovida pelo não assalariamento do trabalho doméstico, quando se trata da venda da força de trabalho feminina, esta fica duplamente prejudicada.

Na análise desse ponto, merece o papel da educação como componente no valor da força de trabalho em geral e das mulheres especificamente, que é determinante nos rumos e desenvolvimento de sua carreira profissional. Saffioti (2013) afirma que as mulheres, muito mais que os homens, não são preparadas para o exercício de uma profissão. De modo que sua formação restringe-se a escolarização média, cursos técnicos, e ainda que consigam avançar na escolarização e ocupar certas funções remuneradas, apresentam-se em funções subalternas e com poucas perspectivas de promoção (SAFFIOTI, 2013).

Os dados apresentados Saffioti (2013) referem-se à década de 60, período em que o livro foi publicado pela primeira vez, tendo isso em vista, avaliamos como necessário buscar dados mais recentes acerca da escolarização de mulheres para avaliar como o

---

<sup>30</sup> 11,2% do PIB nacional em 2016.

componente educacional compõe a relação de compra e venda da força de trabalho feminina.

Segundo a Sinopse Estatística da Educação Básica de 2019 (INEP, 2020), as mulheres representam minoria em número de matriculadas na educação infantil, básica e ensino fundamental; a partir do ensino médio até a formação superior essa quantidade se inverte e as mulheres a passam a representar a maioria de matriculadas. Deve-se levar em conta que, em 2019, até a faixa dos 24 anos, os homens representam maioria na população, e após os 24 anos, as mulheres. Já a taxa de frequência escolar no mesmo ano foi maior entre as mulheres desde os anos iniciais do ensino fundamental, acentuando-se em seus anos finais (IBGE, 2020a).

**Gráfico 3** – Taxas ajustadas de frequência escolar líquida nos anos iniciais e finais do ensino fundamental segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões



**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

O índice de evasão escolar de homens e mulheres entre 14 e 29 anos com educação inferior ao ensino médio e que não frequentavam a escola em 2019 é maior entre os homens, mas quando se tratam daqueles jovens que já frequentavam a escola esses índices se apresentam de forma bastante variável, como apresentado a seguir.

**Tabela 2** – Pessoas de 14 a 29 anos e que não frequentam a escola com nível de instrução inferior ao médio completo, por sexo e cor ou raça – 2019

Sexo e cor ou raça	Total		Que já frequentaram escola	
	Absoluto (milhões)	Percentual (%)	Absoluto (milhões)	Percentual (%)
Total (1)	10,1	-	9,8	-
<b>Sexo</b>				
Homem	5,9	58,3	5,7	58,1
Mulher	4,2	41,7	4,1	41,9
<b>Cor ou raça</b>				
Branca	2,8	27,3	2,7	27,1
Preta ou parda	7,2	71,7	7,1	71,8

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

**Tabela 3** – Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo e que já frequentaram escola, segundo a idade que abandonou a escola pela última vez, por sexo, cor ou raça e Grandes Regiões – 2019

	até os 13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos ou mais
<b>Total</b>	8,5	8,1	14,1	17,7	17,8	15,8	18
Homem	9	7,7	13,6	17,4	18	16,9	17,5
Mulher	7,8	8,8	14,9	18	17,4	14,3	18,8
Branca	8,3	9,5	14,6	19,4	18,2	15,2	14,9
Preta ou parda	8,6	7,7	13,9	17	17,6	15,9	19,2
Norte	9,7	7,3	11,3	14	15,2	15,9	26,6
Nordeste	9	7,3	13,9	14,9	16,4	16,2	22,2
Sudeste	8,7	9	14,9	21,6	18,2	14,6	12,9
Sul	7,1	9,9	16,3	19,2	20,6	15,5	11,4
Centro-Oeste	5,9	6,3	12,2	16,6	20,6	18,6	19,9

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Os jovens relatam que o principal motivo para terem abandonado ou nunca frequentado escola foi a necessidade de trabalhar (39,1%), seguido pelo não interesse (29,2%). Entre os homens, 50% disseram precisar trabalhar e 33% relataram não ter interesse. Já entre as mulheres, o principal motivo foi não ter interesse em estudar (24,1%), seguido de gravidez e trabalho (ambos com 23,8%). Além disso, 11,5% das mulheres relataram que o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado

escola era a realização os afazeres domésticos, enquanto para homens este percentual foi inexpressivo (0,7%) (IBGE, 2020c).

Quando se trata do ensino superior, Ristoff (2007) se baseia no Censo da Educação Superior de 2006 para analisar que o número de mulheres matriculadas em cursos de graduação foi de 55,7% e os homens matriculados representaram 44,3%. Quando se destringem as matrículas entre os cursos, as mulheres são igualmente maioria em 33 das 48 áreas de conhecimento abrangidas pelo primeiro ciclo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), ou seja, em 69% das áreas.

É interessante observar que os cursos mais procurados pelos homens são os relativos à engenharia, tecnologia, indústria e computação, com um percentual de matrículas superior a 70% nessas áreas, indicando não apenas uma forte preferência do sexo masculino por essas áreas, mas uma surpreendente ausência do sexo feminino. Da mesma forma, a presença das mulheres é marcante nas áreas relativas a serviços e educação para a saúde e para a sociedade (secretariado, psicologia, nutrição, enfermagem, serviço social, pedagogia), com presença superior a 70% de matrículas em alguns cursos, superando 90% nos cursos de Fonoaudiologia, Fisioterapia, Secretariado Executivo, Pedagogia, Serviço Social e Terapia Ocupacional (RISTOFF, 2007).

Retomamos o argumento que a tendência da inserção das mulheres no mercado de trabalho representa uma extensão do trabalho doméstico, seja de forma mais direta, em atividades que são semelhantes às realizados no lar; ou mais indireta, nas áreas de saúde e educação. Levantamos a hipótese de que, ainda que seja necessária uma qualificação técnica para as funções aqui descritas, o fato das mesmas representarem uma extensão do trabalho doméstico, invisibilizado como trabalho e realizado de forma não paga, pode guardar relação com a precarização e má remuneração dessas funções, como afirmou Federici (2019). Para o estudo dessa hipótese seria necessário avaliar os diferentes setores de atividade, relacionados ao grau de instrução, tipo de vínculo trabalhista, remuneração entre os sexos nas atribuições semelhantes, avaliando em estudos futuros os pormenores da relação entre o trabalho doméstico não pago e o valor reduzido da força de trabalho feminina em comparação à masculina, em um movimento de retorno ao real, parte importante do método de estudo aqui proposto.

Além disso, o estudo realizado evidencia que as mulheres são maioria na faixa de renda familiar mais baixa e minoria entre os estudantes de faixa de renda mais alta. Ainda assim, surpreendentemente, o percentual de estudantes homens que trabalham é maior do

que o de mulheres<sup>31</sup>. Apesar dos homens serem maioria na sociedade na fase do vestibular<sup>32</sup> mais mulheres do que homens ingressam na universidade nesta faixa etária, escancarando o fato de que há muitos homens jovens deixando os bancos escolares cedo demais, por necessidade de contribuir para o sustento da família. Ristoff (2007) questiona se haveria relação dos dados apresentados com a divisão sexual do trabalho, na qual os homens são considerados como mais responsáveis que as mulheres por garantir o sustento da família.

A partir dos números estudados, Ristoff (2007) analisa que na educação, o acesso igualitário de homens e mulheres à educação escolar é uma conquista importante, ainda assim, tanto as preferências naturalizadas por certas áreas, quanto a evasão escolar dos homens jovens evidenciam a necessidade de análises mais profundas para identificar as valorações sociais que explicam esse fenômeno e as suas implicações para as relações sociais de sexo/gênero, de modo que o maior número de mulheres na escola e no campus, por si só, é insuficiente para dizer sobre mudanças efetivas nas relações de gênero que são socialmente construídas entre os sexos.

Com isso, entendemos que ainda que as mulheres venham conseguindo uma melhor qualificação profissional da sua força de trabalho, isso não necessariamente significa que irão efetivar-se no mercado a partir do seu grau de instrução. Levanta-se, então, mais um elemento acerca do papel da educação na análise do valor da força de trabalho feminina ser inferior à masculina, reiterando a necessidade de novas pesquisas para resultados mais conclusivos.

Ainda assim, entendemos ser possível inferir que a educação cumpre não apenas uma função ideológica, tendo em vista a perpetuação dos papéis sociais masculinos e femininos forjando uma força de trabalho adequada às suas necessidades, mas também econômica, compondo a determinação do valor reduzido da força de trabalho feminina, seja pela área de inserção das mulheres trabalhadoras, seja pelo cargo que ocupam ao venderem sua força de trabalho.

Nesse sentido, levantamos outro ponto de análise acerca do valor reduzido da força de trabalho feminino, das dificuldades encontradas na inserção no mercado de trabalho e na progressão de carreira: o absentéismo feminino. Saffioti (2013) acredita que os empregadores se utilizam de compreensões acerca dos papéis femininos na sociedade

---

<sup>31</sup> A maioria dos estudantes de graduação do Brasil trabalha em tempo integral: 51,4% dos homens e 41,7% das mulheres.

<sup>32</sup> A faixa etária considerada adequada para o ingresso no vestibular é entre 18 e 24 anos.

que promovem a descontinuidade do trabalho feminino – com mais ou menos faltas, entradas e saídas do emprego – para justificar a subalternidade das mulheres na hierarquia dentro das empresas, preferindo homens para funções de maior responsabilidade. A autora defende que, para o empregador, é legítimo empregar as mulheres de forma periférica e não valeria a pena investir em sua qualificação, ao passo que estas podem abandonar seus postos a qualquer momento devido ao matrimônio ou gravidez.

Nogueira e Laurenti (1975) citam a pesquisa realizada por Batjer em 1946 que afirmava que a ausência de mulheres ao trabalho por motivo de adoecimento é significativamente maior que a de homens, principalmente em decorrência de ginecopatias, de modo que justificasse a subutilização da força de trabalho feminina em detrimento da masculina. A partir desses dados, os autores foram em busca da veracidade da informação, realizaram uma pesquisa longitudinal<sup>33</sup> averiguando não haver indícios que, entre o grupo estudado, as mulheres faltem mais ao trabalho que os homens por doença<sup>34</sup>. O estudo evidencia que a utilização de força de trabalho feminina não implica risco de maior número de faltas ao trabalho por motivo de doença, falseando a afirmativa de Batjer que ao se empregar mulheres era necessário manter uma força de reserva maior.

As informações apresentadas nos levam a pensar que, ainda que sejam necessários mais estudos acerca do absentismo das mulheres no trabalho ser considerado maior que o masculino, conforme apresentado por Saffioti (2013), o componente ideológico cumpre importante função nessa afirmativa, tendo em vista que pode ser utilizada como meio de tanto apartar a força de trabalho feminina do mercado de trabalho, quanto de manter reduzida a sua remuneração.

Dessa forma, entendemos que a compra e venda da força de trabalho feminina é marcada tanto pelo momento do capital quanto pela localidade em que se encontre, com valor reduzido em relação à força de trabalho masculina, muita das vezes ocupando cargos repletos de precarizações, desregulamentações, menor remuneração e menores direitos trabalhistas. Inferimos que o trabalho doméstico não remunerado pode ser um dos motivos pelo valor da força de trabalho das mulheres ser inferior ao dos homens, tendo em vista que as funções ocupadas pelas mulheres muitas vezes representam

---

<sup>33</sup> A pesquisa utilizada é de 1975, tendo em vista que não foram encontradas pesquisas mais recentes que retratassem, de modo geral, o absentismo das mulheres por doenças no Brasil. A ausência de dados ou ainda a dificuldade em encontrá-los, já relatada por Nogueira e Laurenti em 1975, evidencia a necessidade de que se realizem novas pesquisas sobre o tema.

<sup>34</sup> Quando se analisam as faltas das mulheres ao trabalho é necessário levar em conta não apenas o se próprio adoecimento, mas também as ausências para cuidar dos filhos e idosos adoecidos, e por vezes dos próprios maridos, tendo em vista a responsabilização das mulheres por essa tarefa.

extensões do trabalho doméstico, e uma parcela de sua qualificação, maior ou menor a depender da função, é realizada de forma não remunerado. Para confirmação dessa hipótese, mais estudos precisam ser realizados.

Além disso, outros fatores, como o absenteísmo feminino ser maior que o masculino, ou a instabilidade na progressão da carreira em decorrência do matrimônio ou da gravidez, são utilizados como justificativa pelos empregadores para o uso periférico da força de trabalho feminino. Dessa forma, os empregadores se utilizam das diferenças biológicas e sociais entre os sexos para justificar condições de trabalho distintas entre eles, agravando sua exploração e os colocando em oposição, desviando a atenção do verdadeiro elemento responsável por sua opressão e exploração, a oposição entre classes e a relação capital-trabalho.

É necessário, portanto, analisar de forma aprofundada o papel do componente ideológico na vinculação do trabalho doméstico não remunerado com opressão das mulheres e exploração capitalista.

#### *4.3- O componente ideológico na vinculação do trabalho doméstico não remunerado com opressão das mulheres e exploração capitalista*

A opressão das mulheres cumpre a função de atribuir à tradição ou à moral e costumes o fato das mulheres não conseguirem realizar-se plenamente na sociedade de classes, visão necessária para a manutenção da ordem vigente, atenuando as tensões por ela própria geradas. O fato da capacidade para o trabalho ser reduzida nos últimos meses de gestação, o aleitamento materno tornar necessário à presença da mãe junto à criança, são fatores biológicos utilizados para justificar a inatividade profissional da mulher por toda a vida. É evidente que as funções que as mulheres ocupam na família, de reprodutora, cuidadora dos filhos, do lar, etc., compõem a sua condição de trabalhadora, estando ela empregada de forma periférica ou de forma nenhuma (SAFFIOTI, 2013). Com isso, a questão das mulheres na sociedade de classes deve ser observada a partir de dois aspectos: de ordem social e natural, que, por sua vez, também se torna social ao passo que ao nos humanizamos.

Já sabemos que os papéis sociais atribuídos às mulheres acerca de sua sexualidade, da reprodução, da responsabilidade no cuidado dos filhos e idosos, entre outros, influenciam o trabalho feminino. À medida que, nos períodos em que o trabalho feminino é requerido, a sociedade consegue organizar-se, não de forma permanente ou eficaz, para

cobrir esses papéis, com creches, escolas infantis, e até mesmo com avanços morais no papel da mulher. Isso fica evidente quando em momentos ou em localidades em que o capital se encontra num momento favorável de sua constituição, como nos chamados países de primeiro mundo, em que há grandes avanços nas pautas femininas, ou ainda quando em momentos de crise, como no Brasil atual, aparecem retrocessos morais em relação às mesmas pautas, ainda que com todo esforço das lutas feministas para avançar no debate, o retrocesso na consciência, ou a tentativa dele, fica evidente. Desse modo, apresenta-se a determinação econômica dos papéis sociais de sexo/gênero (SAFFIOTI, 2013).

Com isso, a tradição da submissão da mulher não pode ser vista de modo isolado. Na individualização nascida com o capital, as desvantagens sobre as mulheres se inscrevem em dupla dimensão: tanto em caráter superestrutural, a cargo das tradições que perpetuam uma supremacia masculina ideologicamente; tanto a cargo de sua estrutura, tendo em vista que o desenvolvimento das forças produtivas materiais e a organização das relações sociais de produção condicionam a marginalização das mulheres no sistema produtivo (SAFFIOTI, 2013).

Nesse sentido, na maleabilidade encontrada no capital para manter-se vivo, é possível identificar variações na forma que se apresenta a opressão das mulheres, porém Saffioti (2013) defende que, em seu conteúdo, é impossível superá-las sem a superação do próprio capitalismo, tendo em vista os limites que o capital impõe ao que ele próprio se propõe (liberdade, igualdade, etc.), de modo que nenhuma sociedade de classes consegue anular ou desvencilhar-se dos fatores de ordem natural que operam ideologicamente.

Ainda assim, para que ocorra a compra e venda da força de trabalho de forma livre e assalariada é pressuposto da sociabilidade capitalista a igualdade jurídica entre os seres humanos, mesmo que fundada na exploração e profundamente marcada pela desigualdade. Diferentemente do modo de produção escravista ou feudal, agora se apresentam as explicações do sucesso<sup>35</sup> de cada pessoa como resultado de suas capacidades individuais. Além disso, a expropriação da mais valia e a relação de exploração entre as classes sociais ficam ocultas na remuneração do trabalho em forma de salário e na própria liberdade do trabalhador em vender sua força de trabalho – única mercadoria com a qual conta para vender tendo em vista que está privado dos meios de

---

<sup>35</sup> Sob o capital o sucesso individual é associado ao abandono da posição de classe dominada pela ascensão à classe dominante, mobilidade historicamente impossível nos períodos anteriores.

produção necessários para garantir sua sobrevivência –, criando uma ilusão de justificativa jurídica da exploração do homem pelo homem (SAFFIOTI, 2013).

Nesse sentido, os fatores aparentemente independentes da ordem social capitalista e de ordem natural que aparecem na sociedade de classes, tais como sexo e etnia, são utilizados como válvula de escape na justificativa da exploração do homem pelo homem, atribuindo a essas características as justificativas para a desigualdade, e que desviam a atenção da estrutura da sociedade de classes. Dessa forma, justifica-se que a liberdade formal, princípio do capitalismo e contradição expressa por ele, que todos possuímos não é alcançada pela ausência de potencialidades atribuídas a esses fatores de ordem natural (SAFFIOTI, 2013).

É importante dar destaque ao racismo como uma das importantes opressões estruturantes do capitalismo, lado a lado da opressão das mulheres, sobre a qual não nos dedicamos neste trabalho. Ainda que pelos limites propostos por esse estudo não tenhamos nos dedicado à questão racial com o afincamento necessário, acreditamos que as particularidades que exerce sobre o papel do trabalho doméstico na articulação da opressão não só de sexo, mas também de cor, e a exploração capitalista devam ser levadas em conta em estudos futuros.

A opressão das mulheres – bem como a opressão racial – irá operar como uma marca social, criando hierarquias e escalas de valores entre os indivíduos, aparecendo aparentemente apartada da ordem capitalista, cria a ilusão de ser um resquício de formações sociais anteriores, que se mantém por mera tradição e aparentemente em contradição com o modo de produção atual. Dessa forma, a opressão das mulheres irá aliviar as tensões produzidas pelo capital, ao operar de forma ideológica, ocultando características essenciais da apropriação privada do trabalho social, a concentração dos meios de produção em poucas mãos, a divisão social do trabalho, a determinação do modo pelo qual participamos das trocas, ou seja, o modo pelo qual acessamos as mercadorias necessárias a nossa sobrevivência, que é determinada no momento da produção (SAFFIOTI, 2013).

Desse modo, as construções sociais que buscam naturalizar os papéis femininos e masculinos são alicerçadas por um sistema permeado por desigualdades sociais, e cumprem funções ideológicas a serviço dos interesses dominantes, contando com instituições hegemônicas na propagação da sua ideologia, em destaque a família, a igreja e a escola, fundamentais para o processo de desenvolvimento da consciência, que difundem a naturalização do ser mulher/homem, atribuindo a esse processo características

imutáveis e inquestionáveis (CISNE, 2015), o que demonstra a importância de estudos que questionem o modo como esses papéis têm sido estabelecidos, além das implicações e funções sociais que eles têm cumprido em nossa sociedade.

A educação é fundamental no processo de formação do ser humano como ser social em suas múltiplas esferas de constituição, na construção da vida, formação do mundo e estabelecimento de relações, sendo que os processos educativos não estão restritos ao sistema escolar formal (CISNE, 2015). Entretanto, a natureza da educação está intimamente ligada à natureza do trabalho, aos processos sociais de produção e reprodução da vida, e o que poderia ser ferramenta de emancipação humana, acaba se tornando instrumento de amoldamento à ordem do capital, de perpetuação e reprodução desse sistema (MÉSZÁROS, 2008).

Segundo o autor, a educação institucionalizada, em especial nos últimos 150 anos, têm servido para fornecer conhecimentos necessários para manutenção da máquina produtiva e em expansão do capital, além de propagar um complexo quadro de valores que fundamenta os interesses dominantes e a ordem estabelecida como natural e supostamente inalterável, através de uma dominação estrutural, uma subordinação hierárquica implacavelmente imposta. Desse modo, os processos educativos buscam assegurar que cada indivíduo internalize a posição que lhe é atribuída na hierarquia social como legítima, juntamente com as expectativas e formas de conduta a elas adequadas, como uma garantia dos parâmetros reprodutivos gerais do capitalismo ao adotar como suas as metas de reprodução que são impostas pelo sistema (MÉSZÁROS, 2008).

Não somente as instituições educacionais formais, mas todos os âmbitos particulares com alguma influência na educação são intimamente afetados pelas determinações gerais do capital, tendo em vista que estão intrinsecamente ligados à totalidade dos processos sociais e funcionando em acordo com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo (MÉSZÁROS, 2008). Desse modo, ainda que a educação formal não seja a única forma de disseminação ideológica do capital, é parte importante desse sistema, por isso mostra-se necessário voltar-se para ela como um dos ambientes importantes onde esses processos ocorrem.

Entendemos aqui que o papel ideológico cumprido pela educação, diz respeito à correspondência encontrada entre a organização do contexto escolar enquanto relação social e de seus conteúdos ao conjunto social capitalista em seu modo de funcionamento, que ao explicar e sistematizar na aparência as relações sociais em que vivemos se desenvolve enquanto ideologia. A ideologia não se trata, então, de uma mentira, ou uma

compreensão absolutamente incorreta ou descolada da realidade, e sim diz respeito ao que, ao se olhar de imediato, na superfície, na aparência das relações sociais consegue se apreender. Entendemos que também estão presentes na ideologia necessárias distorções do real, nas explicações que a ele são dadas, que ao se colocar necessariamente em contradição, em seu movimento, tornam necessário ocultar ou distorcer as explicações do real, pois explicá-lo em sua totalidade seria desvelar a ideologia presente.

Essa regra também se reproduz na educação, ao se pensá-la enquanto um aparelho ideológico. O que se é ensinado enquanto regra, moral, consciência cívica, etc. opera ideologicamente apenas enquanto encontra correspondência na organização das relações de modo geral, tratando-se como determinação primeira da correspondência encontrada no real acerca da forma como as relações se organizam e a forma como isso se reproduz no ambiente escolar e nas explicações e sistematizações que são ali desenvolvidas acerca de nossa sociabilidade.

Nesse sentido, ao se pensar a expressão ideológica da opressão-exploração das mulheres, ergue-se todo um sistema de valores com regras e normas fixas sobre feminino e masculino, a qual homens e mulheres são educados e coagidos a se submeter. Estabelecendo definições sociais rígidas sobre o que é ou não ser homem ou ser mulher, percurso que repousa num processo de naturalização que compõe a ideologia dominante, iniciado desde a mais tenra infância, momento no qual as crianças são educadas a partir de uma diferenciação entre os sexos marcada pela desigualdade, e que conta com instituições generalizadamente presentes no processo educacional na propagação da sua ideologia, em destaque a família, a igreja e a escola, fundamentais para o processo de desenvolvimento da consciência, que difundem a naturalização do ser mulher/homem, atribuindo a esse processo características imutáveis e inquestionáveis (CISNE, 2015).

Sendo assim, a educação cumpre um papel ideológico, reproduzindo e legitimando as relações dominantes materializadas nas relações sociais de produção, investindo em formações e desenvolvimento de consciência que satisfaçam aos seus interesses e garantam sua manutenção e, nesse processo, as instituições hegemônicas, tais como escola, família e igreja, cumprem o papel de amoldamento dos indivíduos, através da transmissão de valores dominantes e do controle dos seus instintos.

Ainda que o papel ideológico cumprido pela educação de forma geral seja a regra, é necessário destacar que os processos educativos também podem cumprir um papel fundamental na formação de uma consciência revolucionária, quando se colocam como comprometidos em combater todas as formas de alienação e opressão, operando no

momento da crise da forma de consciência imediata que se dá na vivência das contradições do real, e ainda que por si só eles não seja capazes de transformar o mundo, mesmo que sejam extremamente críticos, o que na maioria das vezes não acontece, sem uma educação que se proponha a ser libertária essas transformações se distanciam cada vez mais (CISNE, 2015).

Conquanto o aspecto ideológico cumpra função importante para ocultar a contradição expressa pelo capital com as próprias leis a que se propõe, tendo em vista que se propõe a um funcionamento meritocrático e de liberdade entre seus cidadãos, mas oculta a propriedade privada dos meios de produção como determinante nessa corrida, não é apenas a ideologia que determina a relação opressão-exploração no capital. Nesse sentido, nos voltamos para a categoria trabalho para entender a questão das mulheres, que assume características diversas a depender do modo de produção e também da formação social da localidade em que se encontre, mas se revela como um fator de ordem natural utilizado como fator de discriminação social que não é possível de anulação ou abrandamento (SAFFIOTI, 2013).

Avaliado o aspecto ideológico da dominação burguesa, retomamos a afirmação de Lessa (2012) para lembrar o papel indispensável cumprido pela violência ou a sua ameaça para manutenção da relação de exploração. Nesse sentido, nos questionamos se a necessária violência para manutenção da dominação, que de modo geral se apresenta através do Estado em seus agentes repressores na sociedade, não apareceria através dos homens na relação com as mulheres, cumprindo a função de aparelho repressivo do Estado através da instituição família.

Desse modo, a violência doméstica tão comum nas relações entre homens e mulheres ao redor do mundo, cumpriria o papel, no seio da família, de mantenedora da relação de opressão que ali se sucede, bem como cumpre a violência, ou a sua ameaça, no seio da sociedade capitalista, para manutenção de sua dominação, garantindo a relação de exploração.

Sendo assim, o homem, ao aparecer como o guardião da propriedade privada da família, e, por conseguinte, aquele que toma as decisões acerca dela, submete através do uso da força às condições de quem a domina, de modo que a relação de oposição presente entre as classes também se expressaria na oposição entre homens e mulheres. Com isso, um dos papéis cumpridos pela opressão entre os sexos, seria colocar a classe em oposição a ela própria, com violência, conduzindo a exploração capitalista ao se apropriar do trabalho doméstico não pago realizado pelas mulheres no âmbito do lar, criando a

aparência de uma tensão que se coloca entre homens e mulheres, quando em essência o verdadeiro beneficiário é o capital.

Engels (2017) propõe que no debate da opressão econômica, a igualdade jurídica entre classes coloca a solução dos seus antagonismos através da luta, determinada pela correlação de forças entre ambas. Ao discorrer sobre a questão das mulheres o autor defende que a igualdade de direitos por via legal seria suficiente para suprimir desigualdades entre homem e mulher, culminando na inserção da mulher na indústria pública e no fim da família monogâmica enquanto unidade econômica da sociedade, base sobre as quais se erguem as desigualdades entre homens e mulheres, colocando-os em luta.

Entretanto, Lenin (2021) apresenta um contraponto ao discorrer o papel da luta por direitos na democracia capitalista como mecanismo de enfrentamento à opressão das mulheres, afirmando que conquistar um direito democrático sob o capital apenas torna possível revelar a verdadeira determinação da opressão, a opressão econômica, que estabelece “condições em que é impossível às classes oprimidas o ‘exercício’ dos seus direitos democráticos” (LENIN, 2021, p. 84). O autor discorre sobre o processo de conquista do direito de divorciar-se como exemplo, em que a ausência do direito aparece como causa aparente da impossibilidade das mulheres se divorciarem; entretanto, ao conquistar o direito ao divórcio, um grande contingente populacional de mulheres permanece em casamentos com violência, traições e infelicidade, de modo que “o direito ao divórcio permanecerá na maioria dos casos irrealizável porque o sexo oprimido é economicamente esmagado; porque, sob o capitalismo, a mulher, em qualquer espécie de democracia, permanece uma ‘escrava doméstica’” (LENIN, 2021, p. 84). Ainda assim, entendemos que a família, guardiã da propriedade e representante da cisão entre interesses privados e coletivos, deva ser superada como unidade econômica, oferecendo as verdadeiras condições de superação de si própria e das opressões que perpetua.

O trabalho doméstico, fundado na divisão social e sexual do trabalho e calcado em papéis de gênero, cultural e ideologicamente aceitos, esconde um dos seres responsáveis por sua realização no lar, e oculta o trabalho humano realizado por trás das relações que aparentemente se dão entre mercadorias. Ocultar o trabalho doméstico no capital cumpre a função de ocultar o trabalho não pago realizado, em sua maior parte, pelas mulheres. Cabe à opressão das mulheres criar a aparência de naturalização do seu trabalho, ocultando a relação de expropriação das trabalhadoras e trabalhadores de modo

geral do produto de seu trabalho social, e as verdadeiras determinações que compõe o capital.

Nesse sentido, a acumulação capitalista na qual se gestou essa relação de oposição, cumpriu a função de não apenas acumular capital e unir trabalhadores exploráveis, mas cindir a classe trabalhadora em diferenças e hierarquias, tanto em dois sexos, em oposição um ao outro, quanto hierarquias raciais constitutivas da dominação de classe. Com isso, não podemos nem devemos olhar para o processo de acumulação primitiva ou ainda para a revolução burguesa como libertadora da oposição presente entre homens e mulheres no patriarcado feudal. A revolução burguesa representa o oposto disso, não só a incorporação da opressão das mulheres pelos homens, mas o aprofundamento e sofisticação de seus mecanismos de dominação. Essas cisões profundas no corpo do proletariado serviram e servem para ocultar e intensificar o verdadeiro elemento de sua dominação, a cisão da sociedade em classes e a exploração da força de trabalho. Não se liberta os trabalhadores pela privatização da terra, liberta-se o capital, à medida que a terra se torna livre para funcionar como meio de exploração e acumulação e não mais como meio de subsistência.

Foi de fundamental importância para o capitalismo que o trabalho não remunerado das mulheres estivesse (e esteja) submetido à força de trabalho masculina, remunerada, através da construção de uma nova ordem patriarcal, com uma divisão sexual do trabalho que diferencia não apenas o trabalho entre eles, mas toda a construção da sua subjetividade, além de configurar uma relação de dominação que ao mesmo tempo que divide a força de trabalho, impulsiona a acumulação capitalista. É de extrema importância ao capital a cisão entre trabalho produtivo e reprodutivo e o trabalho oculto e não remunerado realizado pelas mulheres na extensão da mais valia relativa, de modo que o trabalho masculino opera como veículo de acumulação e apropriação do trabalho feminino. Além de cumprir a função de desvio ideológico do antagonismo entre classes para o antagonismo entre os sexos. Dessa forma, se ampliam as hierarquias e divisões que separam os trabalhadores entre si, num processo cíclico de subordinação ao modo de produção capitalista.

## **5- Considerações finais**

Como vimos até aqui, a sociedade em que vivemos é erguida em uma contradição central, dividida em classes, é marcada pela desigualdade e exploração. A relação de exploração é assinalada pela dominação e opressão na qual emergem grupos

aparentemente apartados da classe explorada, com características próprias e que serão utilizadas como forma de ocultar a questão de classes que une e determina as opressões vividas por esses grupos.

A opressão das mulheres é composta por questões anteriores ao modo de produção capitalista e passa por mudanças a depender do modo de produção em que se encontre. Ao ser incorporada pelo capital, mantém algumas características e adequa outras a seu bom funcionamento marcando a exploração do trabalho feminino. Desse modo, o ser mulher/homem na sociedade capitalista possui especificidades características desse modo de produção, cumprindo uma função social com base em seus interesses materiais.

Dessa forma, compreendemos que a dominação e opressão de uns pelos outros caminham lado a lado com a possibilidade de exploração do trabalho alheio, presente na cisão da sociedade em classes, que configura o momento em que nasce a oposição entre homens e mulheres, se intercambiando de forma inseparável. Sendo assim, entendemos que a opressão vivida pelas mulheres, lado a lado às demais opressões vividas pela classe trabalhadora, compõe a contradição central do modo de produção atual, a apropriação privada do trabalho por uma pequena parcela da humanidade.

Deste modo, buscamos olhar para os diversos enfrentamentos que as mulheres têm vivenciado na sociedade capitalista, na tentativa de compreender sua totalidade, rompendo com as perspectivas pós-modernistas que vem estudando o tema de forma isolada do seu contexto histórico e social. Nesse sentido, procuramos compreender a fundo a forma como as contradições centrais das opressões vividas pelas mulheres se intercambiam com a estrutura da sociedade de modo geral, em sua gênese e em seu processo de desenvolvimento, até chegar à sua última forma na sociedade capitalista, na defesa que a determinação central que une as diversas expressões da opressão vivida pelas mulheres é o seu caráter de classe.

Embasados pela compreensão materialista da história, nos voltamos para o estudo do desenvolvimento histórico da opressão de um sexo pelo outro, cujo nascimento se alia ao surgimento da sociedade de classes para defender que nesse momento de gênese, em que se apresentam inseparáveis a exploração do homem pelo homem e a opressão de um sexo pelo outro, pode haver elementos que nos auxiliem a analisar da sua forma final, mais desenvolvida, ainda que, por uma questão de método<sup>36</sup>, entendamos que só será

---

<sup>36</sup> “A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco” (Marx 1978, p. 120).

possível compreender os elementos que se expressam em germe no seu nascimento, em sua forma final, mais desenvolvida, que aparece com o capitalismo.

Com isso, ao olhar para a origem da opressão de um sexo pelo outro, evidenciou-se que seu surgimento decorre do nascimento da propriedade privada aliado à divisão sexual do trabalho, que para garantir a manutenção da herança e o enriquecimento individual, cria a necessidade do controle sexual das mulheres, além de uma hierarquização da divisão social do trabalho com a perda do caráter público do trabalho doméstico, que até então dava às mulheres um papel central na sociedade.

Com a derrocada do direito materno, passando a vigorar o direito paterno que garantiria a herança das propriedades privadas ao núcleo familiar, o homem ganha o domínio sobre a casa. A economia doméstica, que representava uma divisão do trabalho já existente, mas que, até então, não privava as mulheres de poder dentro dos clãs e que não estava apartada da vida pública da comunidade, ganha um novo caráter, marcando o rebaixamento da condição da mulher, e a derrota do sexo feminino na história universal.

Nesse sentido, a cisão que se apresenta nesse momento histórico, divide não apenas o trabalho manual e intelectual, mas também o trabalho produtivo e reprodutivo, antes realizado em totalidade pelo núcleo familiar, com uma divisão social do trabalho que garantia a interdependência e a verdadeira autonomia entre os povos, e que se desenvolve de modo que, cada vez mais, se individualize o trabalho reprodutivo responsável pela manutenção da vida e realizado na esfera privada, em uma unidade familiar gradativamente menor, e o trabalho produtivo realizado na esfera pública e coletiva, colocando indivíduos e suas famílias em oposição uns contra os outros na luta pela sua sobrevivência.

Desse modo, entendemos que essas transformações que ocorreram ao longo da história nas configurações de família, nos papéis sociais de homens e mulheres, está imbricada na cisão da sociedade em classes, um salto na estrutura da sociedade que modifica com certa velocidade toda a sua superestrutura, em suas leis, sua política, sua consciência social, em seu Estado, que compõe o terceiro ponto da tríade da sociedade de classes: propriedade privada, família monogâmica e Estado.

Vimos também que o Estado concretiza-se como gerenciador das leis da propriedade privada, utilizando-se da violência para manter sua regra geral, bem como outros mecanismos coercitivos. O direito, as leis, uma forma de política, a consciência social em forma de ideologia, expressão ideológica das relações dominantes, que invertem, ocultam, distorcem a realidade, para por fim justificá-la.

Com isso, o ser mulher na sociedade de classes ganha um conjunto novo de características, que necessita suprimir das mulheres sua autonomia, sua coletividade, seu acesso ao caráter público, e mais desenvolvido, do trabalho na sociedade, para que possam ser dominadas, com violência sempre que necessário e por intermédio dos meios ideológicos sempre que possível, num processo de subsunção primeiro formal e subsequentemente real ao modo de produção vigente.

Voltando os nossos olhares para o modo de produção capitalista, evidenciamos que as bases econômicas que produziram a necessidade do controle da sexualidade feminina tendo em vista a necessidade da garantia da fidelidade para manutenção da herança se transformaram, ainda que talvez não tenham se transformado em essência, não vivemos mais em um modo de produção escravista ou feudal, e houve transformações radicais nas relações sociais de produção.

No nascimento do capitalismo, resgatamos o período de acumulação primitiva de capital para analisar o germe do desenvolvimento da política reprodutivista, que buscava o controle da sexualidade, da natalidade e a repressão formas de luta e organização social dos oprimidos. Nesse momento a Igreja cumpriu a função estatal de regulação da violência para manutenção das relações de classe, principalmente através da caça às bruxas e da inquisição, onde irá acentuar e aprofundar as diferenças hierárquicas entre os sexos para erguer as novas funções sociais exigidas pelo capital, desenvolvendo um modelo de feminilidade e masculinidade.

No momento seguinte, após a Revolução Industrial, a necessária ruptura com os laços feudais para a consolidação da nova forma de relação social traz as mulheres da clausura dos seus lares para a indústria. Nasce junto ao capitalismo a individualização, a liberdade indispensável para o surgimento do capital, que necessita de sujeitos livres para que possam vender a sua força de trabalho entrando em aparente contradição com a dominação que o homem exercia até então sobre a mulher. Entretanto, as condições de trabalho miseráveis em que vivia o proletariado nascente, as crianças sem cuidados, as epidemias que assolavam o mundo, culminaram em altas taxas de mortalidade e baixíssima longevidade, representando uma ameaça para a burguesia, reinscrevendo a necessidade de controle da oferta da força de trabalho.

Com a necessidade colocada pelo período resgata-se a família como lócus da reprodução, atribuindo às mulheres o trabalho doméstico como uma função trabalho, reerguendo as relações patriarcais dos períodos anteriores em um novo patamar, com uma divisão sexual do trabalho aliada a rígidos papéis sociais masculinos e femininos,

perpetuados e regulados através da família, unidade econômica responsável pela reprodução social.

Desse modo, a consolidação da política reprodutivista gestada no período de acumulação primitiva representou a consolidação de uma subsunção real ao capital, no qual as mudanças na organização social da vida, a reinscrição do patriarcado em um novo patamar, com um modelo de feminilidade que cerceava novamente as mulheres ao âmbito privado do lar, cumpriu a função de regular a quantidade e qualidade da oferta da mercadoria força de trabalho no mercado. Nesse ínterim a família mononuclear burguesa aparece como um braço do Estado, que se apresenta, junto à escola, como agente mantenedor das relações de classe, que pela via ideológica e da violência irão manter a regulação sobre a reprodução social.

Em sequência, reafirmamos que a opressão das mulheres opera como veículo exploração capitalista, nos atendo ao estudo do papel do trabalho doméstico como elo desta relação, e adentramos na análise dos elementos da economia política que compõe o papel do trabalho doméstico sob o capital, em uma investigação das características particulares e centrais que adquire sob o capital.

Retomamos, então, os conceitos de trabalho, força de trabalho, valor, mais valia absoluta e relativa para analisar como o trabalho doméstico, elemento central da reprodução capitalista, se apresenta como um elo entre a opressão das mulheres e a exploração capitalista. Inicialmente apresentamos o papel do trabalho doméstico no ciclo de produção e reprodução capitalista, atividade que irá cotidianamente repor a força de trabalho para vender-se no mercado, reafirmando a impossibilidade da existência da produção sem a reprodução e alocando a família como pilar da produção capitalista, criada para institucionalizar o trabalho não pago.

Com isso, foi possível perceber que o trabalho doméstico compõe o valor da força de trabalho, e sua não remuneração cumpre a função de manter reduzido o valor da força de trabalho, estendendo a apropriação da mais valia relativa do conjunto da classe trabalhadora, legitimada pela configuração da divisão social e sexual do trabalho e dos papéis sociais masculinos e femininos. Desse modo, o trabalho reprodutivo não pago é incorporado na fábrica, quando a mercadoria força de trabalho se coloca em movimento para produzir mais valor, transferindo-o para a mercadoria produzida, organizando a exploração do trabalho não assalariado através do trabalho assalariado.

Além da já demonstrada redução geral do valor da força de trabalho promovida pelo não assalariamento do trabalho doméstico, quando se trata da venda da força de

trabalho feminina, esta fica duplamente prejudicada. Tendo em vista que as possibilidades de emprego para as mulheres são frequentemente extensões do trabalho doméstico, e a formação para o trabalho doméstico ser realizada de forma não paga, a força de trabalho feminina fica mais barata, reduz-se o seu valor, desembocando em menor remuneração desta força de trabalho. Desse modo, a disparidade da remuneração entre homens e mulheres também encontra sua raiz no ocultamento do trabalho doméstico do conjunto dos trabalhos necessários para a reprodução da mercadoria força de trabalho.

Com isso, a materialidade das diferenças biológicas entre os sexos é utilizada como forma de hierarquia entre eles, produzida pela divisão sexual do trabalho e perpetuada tanto pela ideologia quanto pela violência, que se expressa nas relações familiares de modo central, viabilizando piores condições de trabalho para a classe como um todo, além de colocar homens e mulheres em oposição, corroborando na necessária oposição do proletariado a si mesmo como indivíduos, pedra angular do capital.

Também evidenciamos necessidade de se analisar a questão das mulheres nas particularidades que assume a partir da localidade em que se encontra, nas especificidades da sua formação social, além dos aspectos conjunturais, bem como a forma como se aliam outras opressões, em especial a opressão racial, para constituir o conjunto da exploração capitalista.

Nesse sentido, analisamos o papel da crise de superprodução capitalista, e a forma como a depender do ciclo do capital em que se encontra, adapta-se a forma como se apresentam os papéis femininos na divisão sexual do trabalho, demonstrando que a opressão das mulheres, aparentemente determinada apenas por uma oposição moral que se coloca entre homens e mulheres é regulada em última instância, pela estrutura econômica e as necessidades dela decorrentes.

Nesse momento, entendemos que o capitalismo se apropria de características advindas de outros modos de produção, tendo em vista que a opressão das mulheres tem seu início logo quando surge opressão de classes, junto ao surgimento da propriedade privada e a possibilidade de se apropriar de forma privada do trabalho realizado socialmente e a adequa para seu bom funcionamento. Evidenciamos que o capitalismo se fundamenta na compra e venda da força de trabalho de forma assalariada para que se garanta a exploração da mais-valia, em um ciclo que transforma dinheiro em capital, e trouxemos a defesa que as opressões, e aqui mais especificamente, a opressão das mulheres, opera como justificativa ideológica para manter o capital em bom

funcionamento, atuando como um veículo da exploração, desviando a atenção da estrutura da sociedade de classes para uma questão aparentemente de ordem natural.

Ainda que concordemos que a função ideológica da opressão das mulheres seja indispensável ao funcionamento do capital, acreditamos que entender que esta é sua única função, ou ainda sua determinação primeira, é compreender de forma superficial e até mesmo idealista o seu funcionamento, e apontamos que existem mais motivos para que o capitalismo se aproprie da oposição entre os sexos, sendo impossível superá-la sem superar a si próprio. Ao compreender que é na estrutura da produção social da vida, na forma como entram em contradição as relações sociais de produção que estão estabelecidas e o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais que se determina o nosso modo de vida em geral, a forma como pensamos o mundo, os seus aspectos ideológicos, suas leis e política, buscamos localizar na estrutura das relações sociais de produção a intercambialidade entre opressão das mulheres e exploração capitalista.

Nesse sentido, entendemos que a opressão irá operar como veículo da exploração capitalista, tendo em vista que na história da humanidade a exploração de uma classe sobre a outra nunca se apresentou de forma pacífica, de modo que são necessários meios os mais diversos que permitam que se inicie e mantenham a exploração. Com isso, defendemos que não há exploração sem opressão (em seus diversos níveis e modalidades, dos meios mais violentos aos mais sutis, das forças armadas a atividades religiosas, educativas, culturais), e não é possível uma verdadeira libertação das mulheres sem a verdadeira libertação da humanidade, dos entraves que tem coloca a si própria e ao seu desenvolvimento, com a superação da sociedade de classes.

A necessidade de abstração das características concretas que possui a classe trabalhadora é uma necessidade do capital, que aliena produtor e produto, transforma o trabalho humano em trabalho abstrato, mercadoria abstraída de suas características, fetichizada. Resgatar a concretude da classe trabalhadora, e nesse sentido, resgatar também a sua composição em sexos/gêneros na diversidade em que se apresentam, é preencher de determinações a totalidade da classe, tornando possível a sua verdadeira compreensão e abrindo caminhos para a superação de toda forma de opressão e exploração.

Por fim, assim como no seu nascimento, em sua forma final, complementemente desenvolvida, o antagonismo entre homens e mulheres se apresenta entrelaçado à oposição de classes, colocando a classe em oposição a ela própria e ocultando o

verdadeiro inimigo, tornando mais difícil a execução da necessária tarefa de superação da organização social capitalista, onde a vida possa ser mesmo vida, para todas e todos, em que seja possível atender a cada necessidade humana a partir das capacidades de cada um, onde a individualidade seja verdadeiramente possível, em que a materialidade biológica e as diferenças entre nós constituam uma vantagem e não uma forma de dominação.

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1980. 120 p. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos.
- ANTUNES, Ricardo. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. Cap. 6. p. 101-118.
- ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 65-70, 2000.
- ARAÚJO, Clara. Sobre a origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019. 196 p.
- BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões; HECKSHER, Marcos. MERCADO DE TRABALHO E PANDEMIA DA COVID-19: ampliação de desigualdades já existentes?. **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise (Especial Covid-19)**, [S.L.], n. 69, p. 55-64, 24 jul. 2020. Instituto de Pesquisa Economica Aplicada - IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/bmt69/notastecnicas1>.
- BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 133, p. 446-462, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.153>.
- BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda., 2013. 705 p.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm)> acesso em 09/10/2019.
- BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário de Segurança Pública: 2019**. Open Society Foundations, 2019. 205 p.

CADÓ, Iriana. Da produção à reprodução: um olhar do feminismo crítico para o trabalho das mulheres. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. Chapecó: Marxismo21, 2020. p. 65-74.

CISNE, Mirla. Educação ou modelação alienante?: Uma reflexão crítica à ideologia sexista e homofóbica. **Revista Festim: Experiências Educacionais**, Natal, v. 1, n. 2, p.147-155, mar. 2015.

CISNE, Mirla. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. In: 4º COLÓQUIO MARX E ENGELS, 4., 1999, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 1-10.

Disponível em:  
<https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%e7%f5es/GT4/gt4m3c6.PDF>. Acesso em: 05 dez. 2020.

CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 247 p.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

DIEESE. **Quem cuida das cuidadoras**: trabalho doméstico remunerado em tempo de coronavírus. **Estudos & Pesquisas**, São Paulo, n. 96, p. 1-31, 15 jul. 2020.

DIEESE. **A inserção das mulheres no mercado de trabalho**: 3º trimestre de 2019 e de 2020. 3º trimestre de 2019 e de 2020. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html>. Acesso em: 24 jul. 2021.

ENGELS, Friederich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 2004. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em: 15 jan. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. 383 p.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafont, 2017. 223 p. Tradução de Ciro Mioranza.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017. 460 p.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019. 384 p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (org.). **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. 3. ed. FBSP: Brasil, 2021.

- GÓES, Geraldo Sandoval; MARTINS, Felipe dos Santos; NASCIMENTO, José Antônio Sena. **O trabalho remoto e a pandemia: o que a pnad covid- 19 nos mostrou.** São Paulo: Ipea, 2021. 16 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/06/potencial-de-teletrabalho-na-pandemia-um-retrato-nobrasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- IASI, Mauro. Ideologia... quer uma para viver? In: IASI, Mauro. **Ensaios sobre consciência e emancipação.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011a. Cap. 3. p. 77-87.
- IASI, Mauro. Trabalho doméstico e valor. In: IASI, Mauro. **Ensaios sobre consciência e emancipação.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b. Cap. 6. p. 123-142.
- IASI, Mauro. Educação, consciência de classe e estratégia revolucionária. **Perspectiva,** Florianópolis, v. 31, n. 1, p.67-83, 4 nov. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795x.2013v31n1p67>.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,** 2019.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): educação 2019, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,** 2020a.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio, por sexo e nível de instrução, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,** 2020b.
- IBGE. **PNAD Educação 2019:** mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. 2020c. Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 03 ago. 2021.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 03 de agosto de 2021.
- IPEA. Atlas da Violência, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada,** 2018.
- IZQUIERDO, M. J. Bases materiais do sistema sexo/gênero. São Paulo: SOF, [1992]. Mimeografado. Disponível em:

<https://anossapropriasubstancia.wordpress.com/2016/12/21/bases-materiais-do-sistemasexogenero%C2%B9/>, acesso em 06 de março de 2021.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina**: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. São Paulo: Instituto Lukács, 2019. 416 p.

LENIN, Vladímir Ilitch Uliánov. Um grande iniciativa. In: LENIN, Vladímir Ilitch Uliánov. **Obras escolhidas**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2004. p. 141-160.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LENIN, Vladímir Ilitch Uliánov. Excerto de uma caricatura do marxismo e o economicismo imperialista. In: LENIN, Vladímir Ilitch Uliánov. **A emancipação das mulheres e a revolução proletária**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021. p. 83-88.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 112 p.

MARTINS, Lígia Márcia. **As aparências enganam**: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Anual da ANPED. 2006. Acesso em 1 de agosto de 2017, de <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2001. 132 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 614 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. 67 p.

MARX, Karl. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 45-50.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos** (Coleção Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. 929 p. 2 v. (Livro I). Tradução de Reginaldo Sant'anna.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b. 174 p.

- MASCARO, Alysson Leandro. Prefácio à edição brasileira. In: ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MELO, Hildete Pereira; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. **R. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan/abr. 2009. <https://doi.org/10.1590/S1415-98482009000100006>
- MELO, Hildete Pereira; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABBATO, Alberto di. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 331, p. 435-454, dez. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000300006>
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. 124 p.
- MORAES, Lucas Vidal Silva. **A flexibilização do patriarcado no capitalismo contemporâneo**: um estudo sobre o casamento civil igualitário. 2013. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 59 p.
- NOGUEIRA, Diogo Pupo; LAURENTI, Ruy. Absenteísmo por doença em mulheres. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, p. 393-399. jan. 1975. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101975000300012>
- OXFAM Internacional. **Tempo de cuidar**: o trabalho de cuidar não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Brasília, 2020.
- POSTER, Mark. Modelos de estrutura de família. In: POSTER, Mark. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 184-224.
- REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luíz e Rosa Sandermann, 2008. 144 p.
- REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 99-124.
- RISTOFF, Dilvo. A mulher na educação superior brasileira. In: SIMPÓSIO GÊNERO E INDICADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA, 1., 2007, Brasília. **Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira**. Brasília: Inep, 2008. p. 13-30. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas\\_interdisciplinares/simposio\\_genero\\_e\\_indicadores\\_da\\_educacao\\_superior\\_brasileira.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/simposio_genero_e_indicadores_da_educacao_superior_brasileira.pdf). Acesso em: 01 ago. 2021.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528 p.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 158 p.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. **Emoções e capital: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista**. 2006. 353 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, Brasília, v. 15, n. 30, p. 475-494, jul./dez. 2015. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2015v15n30p475-494>

SOUZA, Ana Karen de Oliveira. O naufrágio do Titanic: a vida das mulheres trabalhadoras em momentos de catástrofe. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 158, 16 ago. 2020. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i1.37811>.

STABILE, Carol A.. Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas do abismo. In: WOOD, Ellen Meiksins; BELLAMY, John Foster (org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda, 1999. Cap. 3. p. 145-260.

TONET, Ivo. **Método científico: Uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136 p.

## Memorial

Não me recordo a primeira vez que sofri uma violência pelo fato de ser mulher, me dava conta afetivamente das violências que sofria, mas não podia compreendê-las. Desde criança aprendi a questionar a ordem das coisas e assim que aprendi a palavra “porquê” ela sempre me acompanha. O que é ser mulher nesta vida? Por que tornar-se mulher é violento?

Em 2012, foi o primeiro momento que participei de uma grande manifestação organizada, A Marcha Mundial de Mulheres, em que um leque de possibilidades se abriu para mim ao me dar conta da potência da coletividade. Fui buscando respostas na minha graduação como psicóloga, me organizando no diretório acadêmico do meu curso, e foi quando fiz meu primeiro curso Como Funciona a Sociedade. Consigo lembrar nitidamente da sensação que tive ao descobrir o que era mais valia. O que fazemos agora? É a pergunta me acompanha desde então.

Minha formação enquanto monitora do Núcleo de Educação Popular 13 de maio tornou possível virar o mundo de cabeça para baixo, desinvertê-lo, achar resposta para alguns porquês presentes desde a infância, desenvolver novas perguntas.

A ruptura com o feminismo liberal, o encontro teórico e político com o marxismo foram desenhando a necessidade de entender a relação entre a opressão das mulheres e a exploração capitalista como tarefa de uma vida. Desde os conceitos teóricos mais complexos a cada detalhe do cotidiano, como ambas se intercambiam?

Ser psicóloga, trabalhadora do SUS, no Brasil em crise do coronavírus me relembra dia a dia das antigas e novas perguntas. Não há um dia que não escute uma mulher em que seu sofrimento não seja permeado pela violência. É um trabalho duro, dureza característica com que o trabalho se manifesta sobre o capital. Seria duro demais caso a militância revolucionária não desse sentido cotidiano à minha existência nesse mundo.

Das três lutas necessárias para a revolução, da luta teórica agora me armo. Ao trabalho.